

O GOVERNO MOTA PINTO

«Senhor Primeiro-Ministro nomeado:

Uma última pergunta.

Como compatibiliza a composição e o Programa do Governo que aqui nos traz, com o que estabelece o n.º 2 do art.º 185.º da Constituição? Parece oportuno recordar que essa norma constitucional estabelece:

O Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição por forma a corresponder aos objectivos da democracia e da construção do socialismo».

Pág. 4

Final da intervenção do PCP na primeira sessão de debate do Programa do IV Governo na Assembleia da República.



O comício de encerramento da 3.ª Conferência da Reforma Agrária foi, apesar da chuva que viria a tornar, uma grandiosa afirmação de massas

A FORÇA DA REFORMA AGRÁRIA

- O balanço do esforço dos trabalhadores da Reforma Agrária — Pág. 12

- A ofensiva do MAP — Pág. 7

Roubados às UCPs e Cooperativas
88 000 hectares das melhores terras;
20 000 cabeças de gado, mais de 250
tractores, 47 ceifeiras, mais de 870
máquinas e alfalhas diversas e mais de 50
instalações, num valor superior a 315 mil
contos. Lançados no desemprego
13 000 trabalhadores, 7 UCPs
destruídas, 600 trabalhadores espan-
cados.

- Discurso do camarada Álvaro Cunhal — Pág. 6

- Reportagem e documentos — Pág. 7



Três mil delegados participaram activamente nos trabalhos da Conferência

Recenseamento eleitoral

O recenseamento é parte integrante da batalha eleitoral e integra-se na luta pela defesa, prestígio e consolidação da democracia e, por isso, deve merecer a maior atenção de todo o Partido.

A propaganda e esclarecimento em torno do recenseamento e da sua importância política é da maior importância. Para além de chamar a atenção para o acto, há que divulgar prazos, horários, locais de recenseamento e outras informações com interesse para os cidadãos.

Pág. 2



Um aspecto da manifestação que percorreu as ruas do Porto sob uma chuva torrencial

SETENTA MIL TRABALHADORES MANIFESTARAM-SE NO NORTE

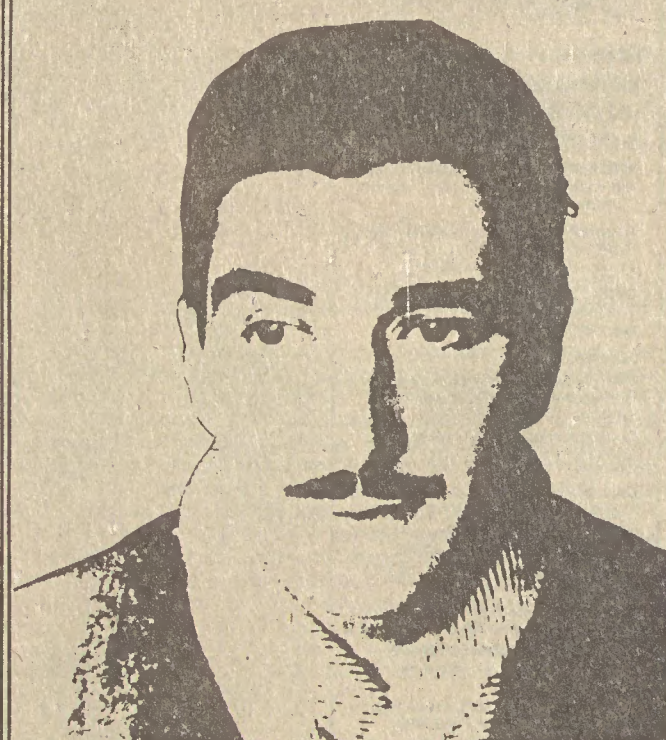
POVO UNIDO

O PROGRESSO DE FANHÕES
ESTÁ NO VOTO NA APU

Pág. 8

Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior

Pág. 9



SOEIRO PEREIRA GOMES

Baptista Bastos, Urbano Tavares Rodrigues e Alexandre Cabral falam sobre o autor de «Estelros» por ocasião do 29.º aniversário da sua morte. Pág. 10

Editorial

TEM A PALAVRA O PS!

A abertura do debate parlamentar sobre o “programa” do governo empossado, com a intervenção inicial do Primeiro-Ministro designado, cuja personalidade fortemente contestada era já por si um sério motivo de objecções à nova equipa governamental, veio confirmar a justeza da posição política do PCP de apresentar na Assembleia da República uma moção de rejeição do “programa” do governo.

A intervenção do prof. Mota Pinto na tribuna da Assembleia, mais do que as linhas programáticas do governo empossado, é um monumento de sectarismo político, de agressividade antidemocrática, de defesa a todo o transe de uma política que, nas últimas semanas e nas formas mais variadas, foi expressamente contestada por larguíssimos sectores da população portuguesa.

Na sua intervenção, o Primeiro-Ministro designado quis fazer alarde da fórmula pretensamente “apartidária” do governo empossado. Se, do ponto de vista jurídico — como sublinhou o Comité Central do PCP no seu comunicado de 20 de Novembro, último — isso formalmente o afasta das características normais previstas na Constituição, de facto, torna-se claro e ainda mais grave, que o pretenso “apartidarismo” do governo empossado não é senão uma construção verbal para camuflar o carácter verdadeiramente partidário de direita da equipa chefiada por Mota Pinto — uma fórmula claramente destinada a irresponsabilizar os partidos da direita parlamentar e extraparlamentar relativamente às medidas fortemente antipopulares, à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que o “programa” define nas suas linhas gerais.

Não se trata de um governo de “Independentes” da esquerda e da direita, como pretende o Primeiro-Ministro nomeado, mas sim, pela sua composição política e pessoal, pelo seu “programa”, pela mentalidade de quem o dirige, de um governo abertamente de direita, comprometido até à medula com os partidos de direita.

Direita e esquerda não são, em política, simples conceitos de orientação no espaço — são conceitos de classe.

O professor Mota Pinto, na tribuna da Assembleia da República, falou muito em “antitotalitarismos” de esquerda e de direita, reiterou enfaticamente a sua profissão de fé “antitotalitária”, encheu a boca com a palavra “democracia” mas todos os seus postulados exprimem de facto uma filosofia de classe que o identifica com os interesses de uma minoria exploradora, impaciente por impor antidemocraticamente a sua política à imensa maioria do povo português, do povo que trabalha e produz neste país.

A sua definição do “reaccionário” é lapidar. Ao Primeiro-Ministro nomeado não mereceram qualquer menção os discursos fascistas que há dias na cidade do Porto quiseram iniciar o seu “Inverno quente” e nem uma palavra de condenação se lhe ouviu para a cáfila que na última sexta-feira desfilou pela Avenida da Liberdade fazendo a saudação nazi e soltando gritos a Salazar. Nem para a clique reaccionária de Kaúlza, Sanches Osório, Galvão

de Melo, Vera Lagoa & C.ª, que alardearam no meio das suas hostes um ódio visceral à democracia.

Provavelmente, para o prof. Mota Pinto, trata-se de cidadãos exemplares, respeitadores das leis do país. Parece por outro lado, inferir-se das diatribes tribuniciais do Primeiro-Ministro nomeado, que, afinal, os “reaccionários” são outros, são os patriotas, são, no fim de contas os democratas, os representantes do povo trabalhador que, serenamente, objectivamente, da bancada parlamentar do PCP, fizeram a crítica irrefutável do seu governo e do seu “programa”.

Para todos os patriotas e democratas que o voto do povo português colocou nas cadeiras de S. Bento, para todos os que, qualquer que seja o seu lugar no homicídio, estão conscientes dos perigos que resultariam para a democracia portuguesa e as conquistas de Abril da passagem deste governo, só uma atitude é admissível: rejeitar-lhe o “programa”, demitindo as funções governativas.

Não pode haver outro caminho para quem, na Assembleia da República, se queira manter fiel ao mandato do povo, ao espírito da Revolução de Abril, coerente com a sua consciência de democrata e de patriota.

☆☆☆

Na verdade, se é um preciosismo de semântica chamar “programa” ao amontoado de papel e de palavras submetido com esse nome à Assembleia da República, não é menos verdade que, mesmo com a sua parcimónia de explanações e de medidas, ele é um documento altamente esclarecedor quanto ao seu conteúdo de classe.

Ali se afirma a revisão de toda a legislação do trabalho num sentido claramente favorável ao grande patronato, a liberalização dos despedimentos, o cerceamento dos direitos sindicais dos trabalhadores. Nas mãos de uma equipa dirigida por um ministro ex-gestor da Sociedade Central de Cervejas, que deixou as suas marcas à frente do pelouro do pessoal, tais disposições programáticas adquiriram seguramente a sua expressão mais reaccionária.

No “programa” do governo empossado toda uma estratégia de ataque às empresas nacionalizadas é esboçada. Sob o pretexto de uma hipotética integração na CEE, todo o apolo financeiro e fiscal é prioritariamente atribuído ao sector privado. No “programa” este combate mais frontal ao sector nacionalizado, constitui, para quem o saiba ler e interpretar, um inequívoco apoio ao renascimento dos monopólios, à penetração do capital estrangeiro em Portugal. Também neste domínio, uma equipa ministerial — o MIT — constituída na base de ex-gestores dos Mellos da CUF, no momento em que a MDM (Mellos, Deutsche, Morgan) arrebanha em série empresas em falência, é um elemento definidor do carácter de classe do governo de Mota Pinto.

O enfeudamento ainda mais acentuado de Portugal à OTAN é a principal condicionante da nossa política externa no “programa” do governo empossado. Certamente, esta política teria um apropriado realizador no actual titular da

pasta dos Negócios Estrangeiros, um conhecedor familiarizado dos meandros bélicos e armamentistas da OTAN. Adicionalmente ao “programa”, ficámos a saber, pelas vozes autorizadas do sr. Joseph Luns e do general Alexander Haig, que as Forças Armadas Portuguesas, receberão novos aviões e blindados por exigências estratégicas alheias aos desejos pacíficos do nosso povo, que novos encargos, incomportáveis para os nossos magros recursos financeiros, nos serão impostos.

Por outro lado, activar o processo das indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários, continuar por meio da ilegalidade e da violência a aplicação da famigerada “lei Barreto”, são outros dos objectivos “programáticos” do governo empossado de Mota Pinto.

A celerada equipa do MAP, do governo Nobre da Costa, transitada por inteiro e acrescentada para o novo elenco governamental, vai manter aberta a porta para o cometimento de novas violências, roubos e depredações contra a Reforma Agrária, que têm caracterizado a sua acção nos últimos três meses. A enormidade dos crimes contra os trabalhadores e a economia nacional contrastam violentamente com o balanço do esforço criador e patriótico dos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo trazido ao conhecimento do povo português nessa marcante realização que foi a 3.ª Conferência da Reforma Agrária, de sábado e domingo em Évora.

O “programa” é um espelho da natureza social e da incompetência técnica de um governo de “competências”. Os tecnocratas do governo empossado de Mota Pinto deixaram afinal no “programa” o seu retrato de classe.

☆☆☆

É desde já uma questão arrumada a aprovação dos partidos da direita parlamentar a este “seu” governo dirigido por Mota Pinto. Mantém-se ainda ambígua a posição do PS.

O início dos debates é, contudo, esclarecedor quanto à tática dos partidos da extrema-direita legal relativamente ao governo empossado: a demagogia populista quanto aos problemas que afligem o povo e o país aliada ao apolo efectivo à prática política do governo. A equipa governamental do professor Mota Pinto, se passasse na Assembleia da República, tiraria, em benefício do grande patronato, dos monopólios portugueses e estrangeiros e dos partidos da extrema-direita legal, as castanhas do lume duma política antipopular, que não resolverá, antes agravará, todos os grandes problemas nacionais.

Os partidos da extrema-direita legal — o CDS e o PPD — procurariam não só não se queimar na vigência política do governo Mota Pinto, como tentariam branquear-se da sua responsabilidade fundamental na grave situação criada no passado recente pelos governos de hegemonia PS.

A intervenção do representante do CDS neste começo dos debates é um modelo de cinismo político. O sr. Rui Pena, ministro do governo PS/CDS, em nome deste último partido veio verter na tribuna as suas lágrimas de crocodilo

pelo aumento do custo de vida, a falta de habitações, as barracas miseráveis dos trabalhadores, a falta do primeiro emprego para os jovens.

E entretanto o CDS, com o PPD e o PS, foram os autores dos “pacotes”, da contra-revolução legislativa, os pais das leis contra o controlo de gestão dos trabalhadores; da celerada “lei Barreto”, da contra-Reforma Agrária; da iníqua lei do arrendamento rural, da paternidade do partido de Sá Carneiro, ao abrigo da qual milhares de rendeiros estão a ser expulsos das terras que adubaram com o seu suor; da lei dos limites entre os sectores público e privado que abre o caminho à liquidação das nacionalizações; da lei das indemnizações que permite a entrega de mais de cem milhões de contos aos ricos accionistas e latifundiários expropriados.

Cinicamente os partidos da extrema-direita procuram propalar que os comunistas é que são os culpados da ruína da nação, do afundamento da nossa economia, do agravamento das condições de vida do nosso povo quando se sabe que não somente não têm a mínima responsabilidade nessa política, que inteiramente lhes cabe e ao PS, assim como são os comunistas quem unicamente lutam com denodo pelo melhoramento das condições de vida do povo, que apontam soluções viáveis para os difíceis problemas do país, que insistem numa saída patriótica e democrática para a crise.

Tudo isto aparece claro na conduta dos partidos nesta discussão do “programa” do governo empossado, cujos mentores políticos tentam desesperadamente fazê-lo passar na Assembleia da República.

☆☆☆

O governo empossado de Mota Pinto não passará na Assembleia se o PS tiver a coragem viril de votar uma moção de rejeição.

Para o PS o caminho do futuro é muito claro: ou vota uma moção de rejeição com o PCP — e será o início de uma difícil caminhada para o restabelecimento da sua declinante força política — ou deixa passar o governo com a sua abstenção ou o voto contra a moção de rejeição do PCP — e pode ser o seu suicídio político como partido, além dos novos e graves perigos que daí advirão para o regime democrático português.

Em política há as ambições legítimas e as ilegítimas. Qualquer que seja a natureza das ambições políticas dos dirigentes do PS tudo pode ir por água abaixo com um passo irreflectido. Irá o PS dar esse passo? Se assim for não venha depois responsabilizar o PCP pelas suas desgraças, não venha depois acusar os comunistas do seu colapso político, quando o PCP é um esforçado campeão da unidade e do entendimento entre comunistas e socialistas para a defesa e a consolidação da democracia portuguesa e da Revolução de Abril! Não — se tal coisa acontecer no final deste debate, a responsabilidade endossamo-la inteira aos dirigentes do PS.

Ao PS, pois, a palavra decisiva dos destinos deste governo empossado de direita de Mota Pinto.

O 1.º de Dezembro dos fascistas

1. A manifestação de ontem, em Lisboa, com que as mais negras forças da reacção pretenderam adulterar uma data histórica da luta do povo português pela independência nacional, não trouxe surpresas. Limitou-se a confirmar a fraqueza, o isolamento e o desespero dos saudosos do fascismo. Constituiu, ao mesmo tempo uma elucidativa demonstração dos objectivos antidemocráticos, antipopulares e antinacionais da reacção.

2. Nem a mobilização a nível nacional, nem a garantia de transportes gratuitos, nem os avultados recursos financeiros gastos com uma intensa propaganda, nem a bandeira esfarrapada do anticomunismo agitada como factor de entendimento entre uma direita dividida, nem a luz verde concedida pelo PPD e CDS aos seus militantes — chegaram para que a manifestação reaccionária pudesse ter minimamente o significado social e político com que sonhavam os seus desclassificados promotores.

3. Por outro lado, o lugar de destaque ocupado no desfile reaccionário por um ex-general do fascismo e da guerra colonial, fiel servidor da ditadura de Salazar e Caetano, teórico do terrorismo, do racismo e do colonialismo, vale como um símbolo de que, sem margem para dúvidas, a única coisa que inspira as forças reaccionárias é a ambição feroz de restabelecer em Portugal o regime de terror, medo, violência e exploração de que os portugueses se libertaram em 25 de Abril de 1974.

4. O PCP chama vivamente a atenção para que, quer na propaganda prévia da referida manifestação quer no seu decurso, foram proferidas afirmações e difundidos slogans e palavras de ordem que correspondem de forma exacta e rigorosa aos crimes definidos no Artigo 3.º da Lei 64/78: a adopção, defesa, pretensão de difundir ou difusão efectiva dos «valores, os princípios, os expoentes, as instituições e os

métodos característicos dos regimes fascistas que a História regista, nomeadamente o belicismo, a violência com forma de luta política, o colonialismo, o racismo, o corporativismo ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes».

5. O PCP considera que esta claríssima violação da legalidade democrática não pode passar em claro e que, em consequência, devem ser accionados os instrumentos jurídicos adequados para a incriminação legal dos responsáveis por esta manifestação reaccionária, dando-se assim rigoroso cumprimento à Lei contra as organizações fascistas.

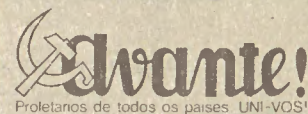
6. O cumprimento e o respeito pela legalidade democrática não podem permitir que mais uma vez a reacção e o fascismo beneficiem de tolerância e benevolência para a manifestação da sua arrogância

provocatória, desafiando impunemente a autoridade democrática do Estado e os sentimentos antifascistas do povo português.

7. O PCP salienta que no mesmo dia em que reaccionários de todo o País se concentravam em Lisboa para exprimir ódio, intolerância e sentimentos antinacionais e para contestar o 25 de Abril e a democracia, no Norte do País, em mais de uma dezena de manifestações populares, os trabalhadores, os democratas mostraram — tal como na grandiosa manifestação unitária de 11 de Novembro em Lisboa — que o verdadeiro patriotismo consiste na defesa da liberdade, do progresso social, dos interesses do povo e do País, da democracia e da independência nacional.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL Central Distribuidora Ljubra, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto. Tel. 26893.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Enxa, 6 — Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alameda do Bairo, 13 — Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417.

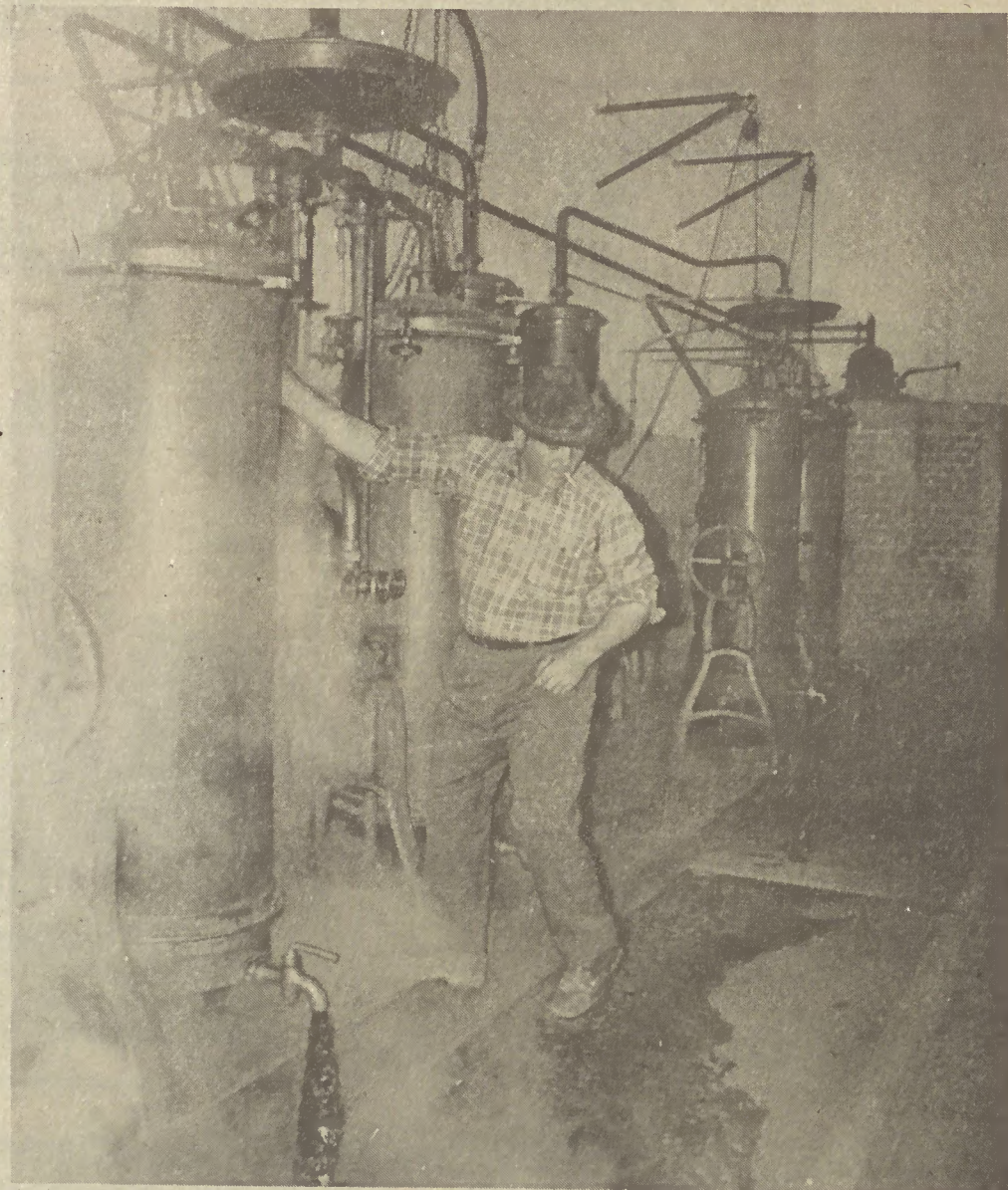
ASSINATURAS:

CDL Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE:

Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 74 812



Recenseamento já começou: vamos todos cumprir esse dever

O recenseamento eleitoral começou, tal como estava definido na lei, na passada segunda-feira, dia 4 de Dezembro.

Por todo o país, com maior ou menor afluência, os cidadãos começaram a acorrer aos postos de recenseamento, cumprindo um dever que, sendo obrigatório, é também e sobretudo cívico.

A necessidade e importância deste acto — a que todos os cidadãos maiores de dezoito anos e sem incapacidades eleitorais, residentes no Continente e Ilhas, estão obrigados — não pode nem deve ser menosprezada. Com efeito, numa altura em que os partidos de direita e a reacção põem já abertamente em causa o sistema democrático, é indispensável mobilizar todos os esforços na defesa das instituições e dos seus suportes legais.

Como se sabe, tanto o Presidente da República como a Assembleia da República e os órgãos de poder local são eleitos através do voto universal, igual e directo dos cidadãos eleitores. E o direito de voto só pode ser exercido pelos cidadãos devidamente recenseados.

Isto implica, obviamente, que a defesa das instituições, dentro do sistema constitucional, passa pelo

exercício do direito de voto. Compreende-se facilmente, por exemplo, que se a Assembleia da República não funcionar — por não terem funcionado os mecanismos legais necessários à sua eleição — a defesa das liberdades democráticas seria muito mais difícil.

Não será certamente por acaso que os partidos reaccionários, empenhados na destruição do edifício democrático, estejam desde a primeira hora a dificultar a tarefa do recenseamento. Após terem rejeitado uma proposta do PCP para se proceder à actualização do recenseamento efectuado em 1974, aqueles partidos — que mais tarde vieram a reconhecer a razão que assistia ao PCP — fazem agora as mais diversas críticas à nova Lei do Recenseamento, boicotando na prática a sua aplicação.

Não obstante, tanto o PPD/PSD como o CDS afirmaram o seu interesse na concretização do recenseamento, com apelos à participação popular, o facto é que o estão a boicotar, quer impondo a redução do número de mesas quer não nomeando colaboradores para facilitar a inscrição dos eleitores.

E se o recenseamento porventura ficasse muito aquém dos valores normais,

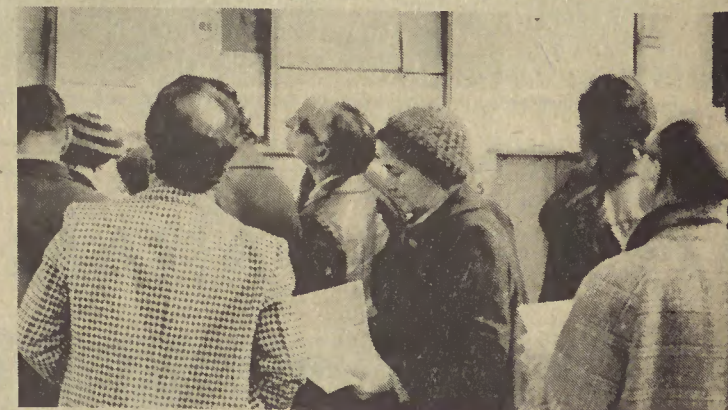
seriam os primeiros a vir afirmar que tal se devia ao desinteresse do povo português pela participação na vida nacional.

Por tudo isto importa que todos se recensem. Por tudo isto importa também que se

denunciem os boicotes dos que, arvorando-se em representantes da vontade popular, tudo fazem para afastar o povo da construção do regime que pretende — democrático, rumo ao socialismo.



Preencher a «papelada» não é difícil — basta um pouco de atenção



Durante os primeiros dias a afluência tem sido boa

Unidade e firmeza nas praças e ruas do Norte

A combatividade, firmeza, determinação e disposição de luta dos trabalhadores e do povo do Norte foram, uma vez mais, evidenciadas em onze localidades, na passada sexta-feira à tarde, quando dezenas de milhares de pessoas se concentraram e desfilarão para manifestarem a sua firme oposição à política de direita e reclamarem o cumprimento da Constituição e a defesa da independência nacional, ao apelo dos secretariados das uniões sindicais dos distritos do Porto, de Braga, de Vila Real, de Viana do Castelo e da comissão instaladora da US de Bragança.

Não obstante a forte invernada, as massas populares saíram à rua. Como sublinha um documento divulgado pelos promotores da jornada, a determinação entusiástica, voluntária e aguerrida de cerca de 20 000 trabalhadores, fez-se sentir em Santo Tirso, Felgueiras, Braga, Guimarães, Fátima, Viana do Castelo, Chaves e Bragança. No Porto, a chuva torrencial e o frio não arrefeceram o ânimo dos trabalhadores e do povo. Mais de 50 000 pessoas participaram na manifestação, aguentando o mau tempo, durante quase três horas.

Na verdade, só uma firme consciência da importância desta jornada podia levar às ruas a multidão que, a pouco e pouco, se juntou na «baixa» portuguesa e noutros pontos do Norte. Chovia a cântaros. Mas, empunhando cartazes e gritando palavras de ordem, ali estava aquela enorme mole humana a dar à Praça do general Humberto Delgado o aspecto das grandes demonstrações de unidade que ali têm sido efectuadas.

O entusiasmo foi enorme quando, um pouco antes das 16 horas, a instalação sonora anunciou o êxito da manifestação de Bragança, onde se concentraram 600 pessoas, na Praça 1.ª de Maio. Os aplausos redobravam e misturavam-se com os ecos do enorme coro, que não se cansava de gritar as palavras de ordem: «O povo rejeita o governo de direita»;

«Reforma Agrária dá pão, repressão, não»; «Custo de vida aumenta, o povo não aguenta»; «Democracia sim, fascismo, não»; «Divisão sindical só interessa ao capital»; «Contratos colectivos são para sair, são para cumprir».

Continuaremos a lutar

As bâtegas caíam ininterruptamente, mas as pessoas não arredavam pé. Eram 16 e 45 quando Salgueiro Barros, dirigente da USP/CGTP-IN, se dirigiu aos manifestantes para salientar o enorme caudal de apoios à jornada, para denunciar o constante agravamento do custo de vida, as tentativas do patronato para pôr em causa a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores.

«A arrogância dos patrões, recordou, tem sido sustentada e incentivada pela política de direita dos últimos governos». A propósito do novo Executivo, Salgueiro Barros sublinhou que a continuação da equipa do MAP e afirmações proferidas por Mota Pinto prenunciavam a continuação das medidas contra os trabalhadores e a continuação da política de direita, e frisou, «E contra isto que protestamos. E contra isto que lutamos. E contra tudo isto que continuaremos a lutar».

Após ter criticado as desinvenções escandalosas, as ar-

ruas fascistas e ameaças ao regime democrático, as tentativas de divisão do movimento sindical, o dirigente da USP/CGTP-IN concluiu a sua intervenção com palavras de confiança.

«A jornada que aqui estamos a viver foi precedida de grandes lutas e vai ser continuada com mais força e vigor, com unidade e certeza na vitória. Os trabalhadores e o povo de Portugal estão dispostos a contribuir para a solução dos grandes problemas nacionais. Continuarão a lutar, cada vez mais, unidos e solidários, pelo direito ao pão e ao trabalho, por melhores salários, pela defesa do regime democrático, da Reforma Agrária e das outras conquistas do 25 de Abril, por um Portugal autenticamente livre e independente, por um futuro melhor para todos os portugueses».

Solidariedade com a Reforma Agrária

A solidariedade aos trabalhadores da Reforma Agrária atingidos pela criminosa ofensiva do MAP tem sido uma constante nos últimos tempos no Norte e em todo o País. Os trabalhadores do Porto, a Guimarães e a Braga testemunharam pessoalmente os vivos sentimentos solidários do povo desta região, face a tão importante conquista.

Os números que atestam com clareza os enormes êxitos e transformações conseguidos nos campos do Alentejo e do Ribatejo, nos últimos três anos, foram divulgados por António Ramos e Leonor Xavier, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, respectivamente em Braga e no Porto. «Os trabalhadores da Reforma Agrária, concluíram aqueles dirigentes, estão conscientes de que a sua luta sairá

vitoriosa e de que todos os que conspiram contra aquela conquista dos trabalhadores portugueses não terão qualquer êxito».

Em todos os locais foi lida uma mensagem da CGTP-IN que, na sua parte final, salientava: «A nossa luta é a luta do Futuro, a luta por uma nova política, assente nos ideais do 25 de Abril e na Constituição da República Portuguesa, uma política para servir os trabalhadores e o povo, para servir Portugal. Prosseguiremos, todos os dias, a nossa luta nas empresas, nos sectores e nas regiões, em defesa dos nossos direitos e interesses, no que é também a grande luta pela defesa da Democracia, da Constituição e do Socialismo.»

Pelo pão, pelo trabalho, pela Constituição

«Aprovado», «Aprovado», «Aprovado», eis a resposta da multidão, no final da leitura da moção apresentada no Porto pelos promotores da jornada. Na sua tomada de posição, os manifestantes protestavam contra o aumento do custo de vida, repudiavam o boicote patronal às negociações dos CCTs, exigiam medidas eficazes contra o desemprego e os despedimentos, manifestavam a sua solidariedade com a luta dos rendelões contra os despejos e pela alteração da Lei do Arrendamento e do Arrendamento Rural, apoiavam a Reforma Agrária, denunciavam a violência e impunidade dos bandos fascistas e nazis que semeiam a desordem e o ódio nas ruas, exigindo a aplicação da Lei sobre organizações fascistas, com a punição exemplar dos responsáveis.

Por último, reafirmaram: «A sua disposição inabalável de continuar a reforçar os Sindicatos e o Movimento Sindical Unitário, combatendo e denunciando com firmeza as manobras divisionistas, reforçando e alargando a unidade nos campos, nas fábricas, nos escritórios, em todos os locais de trabalho, na luta pelos seus direitos e interesses, pela defesa do regime democrático e das conquistas de Abril, por um governo que



Nas ruas de Braga, o Norte esteve presente com a razão que assiste às reivindicações e lutas de todo o povo

leve à prática uma nova política, que respeite os interesses dos trabalhadores e do Povo e conte com a sua participação activa.»

Enquanto em Braga mais de oito mil pessoas desfilarão pelas principais ruas da cidade, debaixo de uma chuva intensa, no Porto, nas mesmas condições atmosféricas, cerca de trinta mil pessoas atravessaram a Avenida dos Aliados, a Praça da Liberdade e as ruas de Sá da Bandeira e de Fernandes Tomás para regressarem à Praça do general Humberto Delgado.

«Pelo pão, pelo trabalho, pela Constituição», era a faixa que abria o desfile, onde se incorporaram cerca de trinta mil pessoas que, sob intensas bâtegas, não deixaram de gritar bem alto as principais consignas da jornada e divulgar as suas principais reivindicações.

Em Braga

Apesar de alguns meios de comunicação terem pretendido

minimizar (reduzindo a um sétimo o número de manifestantes) a jornada de luta contra o aumento do custo de vida, a repressão patronal, os despedimentos e a violência na área da Reforma Agrária, promovida pela União dos Sindicatos de Braga no passado dia 1, pode dizer-se que ela constituiu, mesmo debaixo de rigoroso temporal, uma das maiores manifestações, a nível concelhio, levadas a efeito na capital do Minho.

A «manif», logo que partiu do local da concentração, foi crescendo em volume e entusiasmo e quando regressou ao ponto de partida, cerca de oito mil trabalhadores gritavam ao vento o lema «O Povo rejeita o governo de direita». «Democracia sim, fascismo nunca mais», «Reforma Agrária dá pão, violência não» e outras palavras de ordem que traduziam a sua firmeza em lutar por melhores condições de vida, pela saída dos contratos colectivos, pela defesa da inde-

pendência nacional e da Constituição da República.

Mais uma vez a reacção e a direita — bem como aqueles que de uma ou outra forma, conscientemente ou inconscientemente, lhes dão cobertura — tomou os seus desejos pela realidade. A «manif» foi grandiosa, embora não fosse humanamente exigível de toda aquela gente, sem os caros abalões, e as peles que agasalharam muitos dos manifestantes da provocatória concentração do mesmo dia em Lisboa, de permanecer nítidos de uma hora expostos, na Avenida Central, às inclemências do tempo.

Durante a concentração, António Alves, da União dos Sindicatos de Braga, e António Gaspar Ramos, do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Portalegre, fizeram exposições sobre a situação actual e as questões que, prendendo-se com as condições de vida dos trabalhadores e de todo o Povo português, estavam na

origem daquela jornada de luta: o aumento desenfreado do custo de vida e as negras perspectivas que a investidura recente de um governo ainda mais à direita que o anterior deixa antever, bem como a brutal violência desencadeada contra os heróicos trabalhadores alentejanos pela equipa do MAP com que Nobre da Costa e agora Mota Pinto ensinam a tentativa de destruição da Reforma Agrária.

Após a «manif» e já com os trabalhadores de novo concentrados na Av. Central, foi lida uma saudação da CGTP-Intersindical e aprovada uma moção repudiando a política antinacional e antitrabalhadores que tem vindo a agrandar as suas condições de vida. «Os trabalhadores são a força da Nação e não há ameaças, nem chantagens, nem violência, nem repressão que os faça vergar» — foi ali dito e essa era de facto a disposição que o rigor do frio e da chuva não impediu que ficasse bem demonstrada.



No Porto, o Movimento Sindical...



... os democratas e as massas populares...



... mostram o volume e a justiça da sua força

A carne e o leite e o que mais faltará

Era uma vez um cabaz de compras, inventado pelo Governo das "grandes cabeças", anunciado profundamente pelas grandes vozes colocadas em órgãos de informação estatizados. As pessoas foram, ainda assim, deixar uma espreitadela para dentro do cabaz e constatarem que mais eram as vozes que as nozes.

De promessas estava o cabaz cheio, esse triste cabaz transitório dos governos das "grandes cabeças" para os governos das "grandes competências", cada vez mais vazio e inacreditável.

Vem isto a propósito da carne que falta, do leite que falta, e do que mais faltará ou subirá de preço, quer esteja ou não nos cabazes com que se querem comprar votos ou empanurrar as consciências.

Porque falta, afinal, a carne de bovino, nos talhos a que dificilmente os trabalhadores conseguem chegar? Será por diminuição da produção pecuária? Será que diminuiu a procura, orientada para outro tipo de carne, mais abundante e barata? Ou será, finalmente, que produtores e retalhistas, confrontados com preços impraticáveis e deixados à mercê das manobras dos intermediários pela Junta Nacional de Produtos Pecuários, não conseguem abastecer o mercado com preços justos?

Falta a carne porque os taihantes intermediários querem eliminar as tabelas, diz quem sabe. Ora vejamos o problema acompanhando-o desde que os animais para abate se encontram na engorda. Os aumentos do preço das rações e de outros factores de produção, extremamente elevados — 40 por cento os últimos que se verificaram —, não foram acompanhados pelo aumento do preço da carne comprada

à produção — que apenas foi acrescido de 10 por cento.

Estes aumentos verificaram-se no início do ano de 1978. Os produtores começam a retrair-se na venda dos animais para abate, já que os seus gastos não são compensados pela Junta Nacional de Produtos Pecuários que mantém as tabelas anteriores. Por sua vez, os intermediários passaram a abastecer-se directamente à produção e «chegam a oferecer 20 escudos a mais por quilo/carcaça — isto é, o animal abatido e despojado da pele e vísceras. Assim, enquanto a JNPP continua a pagar o quilo/carcaça a 115 escudos, os intermediários já têm pago a mesma unidade por 135 escudos e nunca abaixo de 125 escudos.

O intermediário que assim se substitui à JNPP não quer, entretanto, prescindir das suas habituais margens de lucro e acaba por vender ao retalhista a preços muito superiores aos da tabela da JNPP que continua em vigor.

O retalhista, que pretende que a JNPP lhe forneça a carne ao preço fixado no início do ano, não pode, hoje, comprando a preços mais altos, respeitar as tabelas em vigor — perderia mesmo dinheiro nalguns casos —, nem pode vender a preços superiores, pois aí a lei, que funciona sempre no caso dos mais pequenos, não o absolveria.

O consumidor... esse virá, como sempre a arcar com os resultados de uma política virada para a recuperação capitalista, de uma política de "cabeças" e de "competências" que escolheu o seu caminho — o de inverter o curso de uma outra política que abriu, com o IV e V Governos Provisórios, novas perspectivas para a sociedade portuguesa.

Com efeito, as tentativas de restabelecer a liberdade de preços ou de fixar um preço máximo extremamente elevado já vêm do tempo de Basílio Horta, a "competência" do CDS do II Governo de "cabeças". Aí foi substituído no cabaz a carne de bovino pela de porco, com preços agravados e sem garantia de abastecimento regular.

Entretanto, nada se faz para encorajar a produção de gado para abate e para substituir as importações de rações, importações que vão onerar substancialmente o custo da carne. A sementeira de prados, reivindicação da Reforma Agrária, que permitiria mais tarde substituir rações importadas, é ignorada.

Enquanto a tentação do preço livre, própria da economia capitalista, vai fazendo caminho pela mão dos governos que apostam na recuperação da direita, a carne vai continuar a faltar e acabará por ser racionada pelo aumento de preços que não tardará a...

E o leite?

O leite também continua a faltar.

E, apesar da diminuição cíclica anual da produção, que não se diga que é essa a única razão das longas bichas, ao frio e à chuva, em Lisboa

e arredores, onde pessoas idosas, mães de família, crianças, donas de casa que têm de deixar os seus trabalhos, passam horas na esperança de conseguir leite para as suas famílias.

A falta de leite deve-se no fundamental à inépcia dos governos em organizar a sua recolha e a sua distribuição. Em Trás-os-Montes e nas Beiras há cerca de 115 mil litros de leite diários cuja recolha não está organizada. Ora, na região de Lisboa, que necessita de 250 mil litros, apenas chegam 135 mil e não se tomam medidas para que essa diferença, ao menos, se reduza, poupando a milhares de pessoas as horas de bicha e de trabalhos, poupando-lhes o recorrer ao leite estrangeiro, que é vendido a 16\$50, e que o Governo continua a achar melhor comprar lá fora, quando não lhe merece nenhum apoio os esforços designadamente dos trabalhadores da Reforma Agrária em aumentar a produção nacional.

Pelo contrário: Foi negado um subsídio à Cooperativa «1.º de Maio», em Aviz, para a instalação de um estábulo e, apesar de concedido um outro para a instalação de um centro de ordenha mecânica, nunca este chegou à Cooperativa. Preocupado em entregar reservas aos agrários, em destruir por completo as unidades de produção, os governos das "cabeças" e agora das "competências" não querem saber de leite.

É que, como disse em Novembro passado, na Assembleia da República, a camarada Zita Seabra, pelos vistos, os membros do Governo não sabem o que é andar nas bichas do leite, às 7 da manhã.

O Governo Regional da Madeira contra população

O nível de vida da população da Madeira degrada-se cada vez mais, em consequência não só da desastrosa política levada a cabo pelos sucessivos governos da República, como também em resultado do agravamento dessa política, em virtude da actividade do PPD no governo local. Nesta região autónoma, mais de 10 por cento da população activa encontra-se no desemprego, a balança comercial regista o maior défice de sempre, as liberdades dos cidadãos não são garantidas, os dirigentes sindicais são perseguidos, são impostos contratos a prazo aos trabalhadores, o patronato com o apoio do governo regional encerra empresas.

Representante da grande burguesia local e «padrinho» dos separatistas da Flama, o governo regional do PPD tem vindo a conduzir uma acção constante contra as camadas mais desfavorecidas da população e contra os interesses de desenvolvimento do arquipélago, mas sempre em benefício dos grandes capitalistas e dos senhorios ricos.

Conforme denuncia um comunicado da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, com a cumplicidade do governo regional, o patronato madeirense recusa-se a aceitar a extensão de âmbito a conquistas que os trabalhadores do continente já conseguiram.

No sector da hotelaria, o patronato reaccionário impõe o contrato a prazo, os pescadores são vítimas de exploração desenfreada por parte de conhecidos capitalistas militantes do PPD/PSD, a própria lei do PPD sobre a colonização é cumprida, em todos os sectores da actividade

o patronato desenvolve acções contra os trabalhadores, contra os interesses do arquipélago, contra os interesses da economia nacional.

A DORAM do PCP, no seu comunicado, cita por exemplo o processo de luta dos trabalhadores da Empresa de Electricidade da Madeira, afirmando nomeadamente:

Há quem tente criar uma grave situação económica e social na Casa da Luz. É importante que os trabalhadores estejam atentos às manobras de gabinete que tentam pôr em causa esta empresa pública. É importante que, perante todas as formas de luta a adoptar, os trabalhadores esclareçam profundamente a população da justiça e objectivos das suas reivindicações, por forma a não permitir que as forças que ainda apolam o actual governo regional coloquem a população contra os trabalhadores da EEM, como já o tentou fazer em declarações o presidente do Conselho de Gerência, a propósito dos últimos aumentos da energia. Unidos em torno do seu sindicato e comissão, os trabalhadores saberão impor uma pesada derrota a quem quer contrariar os seus interesses. O Governo será assim o grande responsável do que se vier a passar.

E o comunicado da DORAM do PCP finaliza, acentuando: todo o povo madeirense, trabalhadores, caseiros, pequenos comerciantes e industriais, todos os que são vítimas da ruína política que nos querem impingir com grande palavrado devem unir-se numa luta comum e permanente todos os explorados e seus representantes.

pontos cardeais

● Críticas e críticas

Lamentam-se dirigentes do PS dizendo que, agora que estão na mó de baixo, sofrem críticas de todos os lados, da esquerda e da direita. Mas esquecem um pormenor importante. As críticas da esquerda, nomeadamente do PCP, não são de hoje, vêm do tempo em que o PS, deixando de lado o seu programa e a sua vocação de partido de esquerda, se alçou de facto à reacção, pôs em causa importantes conquistas dos trabalhadores e começou a trilhar uma política claramente anticomunista. Durante esse período a direita não atacou o PS, antes pelo contrário: aduiu-o, cercou-o, puxou-o para as suas posições, procurando fazer dele — o que em grande parte conseguiu — um aliado para a política de ataque às conquistas de Abril.

E se a direita agora mudou de tática, é porque julga ter chegado o momento de dar o golpe de misericórdia num PS enfraquecido pela sua política de cedências... à direita. As críticas do PCP ao PS foram sempre acompanhadas da prevenção de que era isto mesmo que viria a acontecer.

Pelo que se vê, há críticas e há críticas. Saberão ou quererão os dirigentes do PS, neste preciso momento, arrepiar caminho? Saberão ou quererão os dirigentes do PS distinguir entre as críticas que se lhes fazem no interesse da democracia e do seu próprio partido, e as que visam definitivamente atrelá-los ao comboio da reacção? No imediato, em breve teremos em S. Bento uma resposta a estas questões.

● Os que foram e os que ficaram

Na edição do "Tempo" publicada na véspera da manifestação fascista do 1.º de Dezembro, o tristemente célebre plumitivo Manuel de Portugal escrevia na sua crónica:

«É o Povo, o verdadeiro, aquele de quem feitos valerosos reza crônicas medievais onde se registou o nosso orgulhoso Passado, quem vai descer à rua amanhã, 1.º de Dezembro, para dizer de sua Justiça e garantir à Pátria imorredoura uma continuidade indelmentível, inalienável, eterna.» E mais adiante: «Amanhã, na rua, desfilarão os homens livres deste País. Em casa, desculpando-se com a chuva que molha, desculpando-se com o Sol que cresta, ficarão os cobardes, os tímidos, os fracos de Coragem e Fé.»

Atendendo aos que foram e aos que ficaram, deve ser para o sr. Manuel de Portugal extremamente trágico constatar: 1.º — Que o "Povo verdadeiro" se reduziu a um punhado de senhoras e senhores bem vestidos; 2.º — Que nove milhões de portugueses são "cobardes, tímidos e fracos"; 3.º — Que a Pátria vai acabar amanhã ou depois.

Aguardamos com ansiedade a próxima edição do "Tempo". Receamos fortemente que a crónica do costume venha assinada simplesmente por... Manuel.

● Mentira, e da boa

Quanto a nós com algumas (não muitas) boas razões, tem-se dito e escrito que existem algumas diferenças entre a política de informação da RTP-2 e da RTP-1, esta última completamente enfeudada à direita e, concretamente ao PPD (recordamos os significativos números a este respeito divulgados no "Avante!" de 23 de Novembro, pág. 12).

Entretanto, foi precisamente no noticiário do Canal 2 que há dias, a propósito de uma reunião do Soviète Supremo, ouvimos dizer que as eleições na URSS se fazem "com base numa lista única, elaborada por funcionários do Partido Comunista, limitando-se os eleitores a votar o seu voto numa caixa com um sim ou um não" (!).

Não podemos crer que se trate de desconhecimento. É espantoso como um jornalista digno desse nome se atreva, ainda por cima num órgão de informação estatizado, a "resumir" de tal modo um processo tão longo e participado como o é a formação das listas de candidatos às eleições realizadas a todos os níveis na União Soviética. Não, não é desconhecimento; é mentira, e da boa!

Semana

29
Quarta-Feira

1825 — Nasce o escritor e político José Maria Latino Coelho.

Tomam posse 31 secretários de Estado do IV Governo, ficando o Executivo composto por 49 elementos. ■ Moradores de Alcântara manifestam-se junto à sede da Junta de Freguesia contra o aumento do custo de vida. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa e o Secretariado da CIntura Industrial de Lisboa denunciam a situação de 40 mil trabalhadores que não recebem salário há meses. ■ Os associados do Sindicato dos Pescadores da Leiria (Peniche) elegem uma lista unitária para a direcção. ■ Em comunicado, a União das Cooperativas Livros do Baixo Alentejo reclama a revisão urgente da chamada «Lei Barreto». ■ Os trabalhadores da TAP tomam posição contra o despacho 327/78 do ex-ministro dos Transportes e Comunicações do Governo Nobre da Costa, manifesta tentativa de estrangulamento da empresa. ■ Em Reguengos, agrários e fascistas agredem impunemente trabalhadores agrícolas que colocavam um pano alusivo à III Conferência Nacional da Reforma Agrária. ■ No Porto, Mário Soares visita a delegação do Partido Socialista em Cedeira, assaltada por jovens nazis. ■ É inaugurada no Palácio de S. Bento, em Lisboa, a 24.ª Sessão Inaugural da NATO; o presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, após pronunciar um discurso de boas-vindas, leu uma mensagem do Presidente da República, oficialmente representado pelo almirante Souto Cruz.

30
Quinta-feira

1857 — Nasce no Porto, o escritor e jornalista republicano, José Pereira de Sampaio, vulgarmente conhecido por Sampaio Bruno.

Os trabalhadores do Banco Português do Atlântico (BPA), a exemplo do que já tinham feito os do Totta & Açores, protestam contra a atitude do seu Conselho de Gestão, que pretende vender a Algodoeira Comercial e Industrial (ALCO) à empresa Soja da Portugal, ligada aos ex-monopolistas Mellos. ■ O Comité Local de Lisboa do PCP alerta os trabalhadores e democratas da cidade para a gravidade e o significado da manifestação que elementos declaradamente fascistas convocaram para amanhã à que tem concentração marcada para o Parque Eduardo VII, em Lisboa. ■ Termina a deslocação do secretário-geral do PS, Mário Soares, ao Porto, classificada pelo próprio de estritamente partidária. ■ Uma delegação da CGTP-Intersindical Nacional desloca-se a Cuba a fim de participar no XIV Congresso da Central de Trabalhadores daquele país socialista. ■ 6139 democratas do distrito de Aveiro expressam o seu repúdio pela ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária, subscrivendo um abaixo-assinado que enviaram ao Presidente da República. ■ Termina em Lisboa a 24.ª Sessão da Assembleia Parlamentar da NATO, que se caracterizou pela confrontação entre as tendências «dura» e «moderada» relativamente ao conteúdo do acordo SALT II, que está a ser negociado entre a URSS e os EUA. ■ Surge o novo semanário do PS «Acção Socialista», dirigido por Alfredo Barroso e tendo como chefe de Redacção Rui Cartaxana. ■ O presidente da Associação Nacional dos Transportes Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), José Alberto Cortes Rosa, anuncia em Conferência de Imprensa uma série de medidas de carácter urgentíssimo que devem ser tomadas pelos poderes públicos a fim de permitir a sobrevivência do sector.

1
Sexta-feira

1640 — É restaurada a independência nacional.

Doze grandes manifestações em localidades do Norte, com particular realce para a cidade do Porto, dobaixo de chuva torrencial, rejeitam com determinação o governo de direita e reafirmam a disposição do povo norteño em impedir o retorno do fascismo, protestando ainda contra o aumento do custo de vida, o desemprego e os despedimentos sem justa causa, solidarizando-se com a luta dos rendeiros e a dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo. ■ Vaz Pinto, presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro (IIE) revela que atingem 1,5 milhões de contos as autorizações concedidas de Janeiro a Setembro para investimento directo em Portugal, dos quais um milhão é capital importado e os restantes 500 000 contos, são reinvestimentos. ■ Uma manifestação fascista a começar no Parque Eduardo VII e a terminar nos Restauradores, em Lisboa, decorre em nítido fracasso, apesar da mobilização a nível nacional e dos transportes pagos a pessoas da província para se deslocarem à capital.

2
Sábado

1964 — Um incêndio destrói por completo o interior do Teatro Nacional D. Maria II.

Inicia-se em Évora a III Conferência da Reforma Agrária. ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) revela que está seriamente comprometida a próxima sementeira de batata; visto que a Junta Nacional de Frutas não forneceu a semente da importação encomendada pelos agricultores, num total que ronda as oito mil toneladas. ■ Segundo um informador da comissão negociadora sindical, a adesão à greve nacional de 24 horas nos serviços de Segurança Social desencadeada na quarta-feira foi, em média, em todo o país de 70 a 80% dos cerca de 40 mil trabalhadores no sector. ■ O Governo de Mota Pinto entrega ao presidente da Assembleia da República o seu Programa, que começará a ser discutido na próxima segunda-feira em S. Bento. ■ As Comissões Nacional e Directiva do PS delegam em Mário Soares a tarefa de, conjuntamente com o grupo parlamentar, decidir o sentido do voto do PS em relação ao governo de Mota Pinto. ■ A SIP do PCP emite uma nota onde se considera que os responsáveis pela manifestação fascista da passada sexta-feira devem ser legalmente inquiridos para que não possa passar impune esta clariíssima violação da legalidade democrática.

3
Domingo

1961 — Evadem-se da prisão de Caxias militantes destacados do PCP, utilizando um automóvel blindado em tompos oferecido por Hitler a Salazar.

Termina no Teatro Gil Vicente, em Coimbra, o Encontro Nacional sobre Reestruturação do Ensino Superior promovido pela UEC. ■ Encerra o II Congresso da Juventude Socialista em Tróia. ■ Num encontro de rendeiros em Lamego exige-se a revogação da Lei 76/77, a lei dos «senhorios rúcos». ■ Encerra no salão das Fumas, em Sete Rios, Lisboa, a 1.ª Assembleia do PCP dos pequenos e médios empresários. ■ Grande número de agricultores do Concelho de Albergaria-a-Velha reúnem-se em Angeja, criando a sua União de Agricultores para defesa dos seus interesses.

1969 — O governo fascista envia para a Câmara Corporativa, para emissão de parecer, um projecto de proposta de lei alterando a Lei do Serviço Militar, o que viria permitir ao regime mobilizar, para comissões militares na guerra colonial, oficiais milicianos do Quadro de Complemento com mais de 40 anos.

4
Segunda-feira

A equipa governativa de Mota Pinto apresenta o seu programa de governo na Assembleia da República. ■ Começa, em todo o país, o novo recenseamento eleitoral. ■ Termina o 3.º Congresso da JSD (organização da juventude do PPD/PSD), a que concorreram duas listas, tendo ganho, por escassa margem, a que era afectada à «ala do Porto», conotada com Sá Carneiro. ■ Os trabalhadores de escritório do distrito de Lisboa concentram-se em frente às instalações do seu Sindicato para protestarem contra as arbitrariedades da autoproclamada direcção daquele organismo, reconhecidamente ligada aos divisionistas da chamada «Carta Aberta» e da «UGT».

1917 — Rebenta em Lisboa uma revolução que levava ao poder o maior Sidiónio País. As confrontações entre os fiéis à República e os «sidonistas» duram três dias.

5
Terça-feira

O jornal «o diário» informa que a MDM (Mello-Deutsche-Morgan), grupo financeiro internacional a que está associado o ex-grupo monopolista Mellos, tenta alcançar o controlo sobre as empresas «Precix», «Ironfer» e «Sola», ligadas à indústria de guerra. ■ É anunciada a paralisação para amanhã, na parte da tarde, dos trabalhadores da multinacional Standard Eléctrica (grupo ITT), como forma de protesto contra o despedimento de 830 trabalhadores, por decisão da administração.

Os Comunistas na Assembleia da República

Um governo que não serve identificado com o PPD e os seus neo-apêndices CDS e PPM

Com um discurso de 16 minutos o Primeiro-Ministro nomeado Mota Pinto apresentou na passada segunda-feira o seu governo e o seu programa de 159 páginas à Assembleia da República, no início do debate parlamentar imposto pela Constituição.

A Assembleia da República tomou assim pela primeira vez conhecimento directo daquilo que o deputado do PCP Vital Moreira qualificou como o governo mais à direita desde o 25 de Abril, recheado de personalidades conhecidas por posições reacconárias (e, de entre estas, algumas que ocuparam postos de responsabilidade no regime fascista) e ligadas ao grande capital, ao imperialismo e aos partidos de direita parlamentar e extra-parlamentar, bem assim como de um documento — o programa — de direita e globalmente reacconário.

Na sessão de apresentação da passada segunda-feira, PPD e CDS nada fizeram para esconder a sua satisfação perante este seu governo, limitando-se a vagas declarações e considerações de fundo e a umas quantas perguntas de circunstância para queimar tempo, concedendo por uma vez aplausos acalorados à intervenção inicial de Mota

Pinto — que foi igualmente brindado com numerosos «apiados» e «muito bem» vindos da direita parlamentar.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral olhavam embevecidos o Primeiro-Ministro do governo que apolam, como se estivessem a ver-se ao espelho dos mesmos desejos de contrariar a Constituição, ignorar a vontade popular, esquecer o 25 de Abril e as suas conquistas. Por isso não lhe regatearam aplausos, nem na sua curta e formal intervenção de abertura nem quando, mais tarde, a pretexto de responder às legítimas interrogações e acusações do deputado do PCP Vital Moreira, Mota Pinto se permitiu, num tom arrogante, transformar este debate numa espécie de comício conjunto do PPD/CDS certamente subordinado ao tema «A Convergência Democrática perante a Ameaça Comunista».

O tom da resposta de Mota Pinto à intervenção do deputado do PCP Vital Moreira, produzida em tom autoritário e em termos indignos, acolheu, como já dissemos, os aplausos acalorados das bancadas da direita parlamentar. Na primeira fila da bancada do CDS, Lucas Pires não escondia a sua satisfação perante as palavras que saíam da boca de Mota Pinto; é que,

de certo modo, o Primeiro-Ministro inaugurava no hemiciclo de S. Bento a estratégia da «confrontação global com o PCP», tão cara às hostes de Freitas do Amaral.

A intervenção do deputado do PCP, que teve o mérito de mostrar à evidência o «apego» do Primeiro-Ministro e da sua equipa às regras da vivência democrática que tanto apregoa, foi a única proferida em S. Bento através da qual um partido mostrou claramente a sua atitude patriótica de firme e frontal recusa de um governo que se prepara para agravar a crise e fazer o jeito aos partidos da direita parlamentar e extraparlamentar. É que a primeira intervenção do PS, a cargo do deputado José Luís Nunes, foi tanto na forma como no conteúdo, proferida em termos hesitantes e balbuciantes, mantendo as dúvidas de todos os democratas: José Luís Nunes não esclareceu, na sua intervenção, se o PS cometerá o suicídio de deixar passar este Governo.

O programa do Governo de Mota Pinto foi definido por Vital Moreira como um conjunto vaguíssimo de ideias abstractas e formulações gongórica, muitas vezes expressas em linguagem retórica ou genérica; mas é mais do que isso — está em consonância com a natureza e composição do Governo

e identifica-se com as propostas políticas do PPD e do CDS.

Aliás, o programa apresentado à Assembleia comete uma verdadeira «proeza», supomos que inédita nos dois anos de vigência da Constituição: não fala uma única vez no 25 de Abril!

Mas o 25 de Abril, os interesses nacionais e dos trabalhadores, a defesa da democracia e das conquistas da Revolução não vão estar ausentes de S. Bento no decorrer dos debates propriamente ditos, que se iniciaram na tarde de ontem e que prosseguem na manhã de hoje. Os deputados comunistas, pelo menos, manter-se-ão coerentes com as suas posições políticas e tudo farão para que este Governo não passe, precisamente em nome de Abril, em defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores, em defesa do regime democrático e das conquistas da Revolução. Em nome, sobretudo, de uma norma constitucional — o n.º 2 do artigo 185.º da Constituição — citada por Vital Moreira no final da sua intervenção da passada segunda-feira. Essa norma estabelece que o Governo define e executa a sua política com respeito pela Constituição por forma a corresponder aos objectivos da democracia

e da construção do socialismo.

Este Governo e o seu programa não se coadunam com esta norma constitucional. E mais: o seu primeiro responsável tem uma visão muito própria, por exemplo, do que são reacconários. Foi o próprio Mota Pinto que o disse, depois de Vital Moreira ter acusado o seu governo de estar recheado de personalidades conhecidas por posições reacconárias.

Perdendo a compostura, e puxando as palmas dos partidos da direita, Mota Pinto, depois de ter colocado a questão de ser necessário saber quem são em Portugal os reacconários, respondeu com este «mimo»: para o Governo os reacconários são os que se opõem pela violência à aplicação das leis, seja de que quadrante forem; reacconários são os sequestradores da Assembleia Constituinte; reacconários são também os que em entrevistas a jornalistas italianas declararam que em Portugal não haveria Parlamento nem democracia.

Inventando, calunhando, distorcendo, Mota Pinto afinal deu com esta resposta mais uma cabal demonstração da forma como pensa cumprir o seu programa, caso o mesmo passe na Assembleia da República.

Ficámos assim a saber que, para Mota Pinto — cujo programa não fala uma única vez da aplicação da lei que proíbe as organizações que perfilhem a ideologia fascista — reacconários não são os que atacam os democratas, os que colocam bombas, os que defendem ideias colonialistas e racistas, os que se opõem ao progresso do nosso país.

É claro que o diálogo entre Mota Pinto e o PPD/CDS foi muito mais calmo, apesar da demagogia inflamada com que o ex-ministro centrista Rui Pena temperou a sua intervenção de apoio ao Governo e ao seu programa. É que tanto o PPD como o CDS já se vêem sentados na bancada do Governo embora sem lá estar, reconhecem-se no programa e até nas pessoas dos membros do Governo.

Na próxima semana concluir-se-á o debate do programa do Governo de Mota Pinto, no final do qual será posta à votação a moção de rejeição que o grupo parlamentar do PCP já anunciou. Se, conforme salientou o deputado do PCP Vital Moreira, o PS e o PCP votarem em coerência com as suas posições políticas, torna-se claro que este Governo não passará. Foi por isso que Vital Moreira concluiu a sua intervenção acentuando: Este Governo não serve; este Governo deve ser rejeitado!

Intervenções

«O PCP não aceita este Governo e vai apresentar uma moção de rejeição do seu Programa, para o demitir»

Perguntas ao Primeiro-Ministro
Deputado Vital Moreira

Senhor Presidente
Senhores Deputados

O PCP não aceita este Governo e vai apresentar uma moção de rejeição do seu Programa, para o demitir.

Não poderia ser outra a posição do PCP. Não apoiamos a indigitação do Primeiro-Ministro. Manifestamos profundas reservas em relação à fórmula governamental adoptada. Consideramos a sua composição, claramente de direita, do Governo. Qualificamos de extremamente negativas as ideias programáticas anunciadas e as declarações do Primeiro-Ministro, designadamente no discurso de tomada de posse. Tudo isto imputa que não só a quadratura do círculo, a apresentação do Programa do Governo para manifestar claramente a nossa posição.

Em primeiro lugar, consideramos que este Governo não se coaduna integralmente com o sistema constitucional. Entendemos que um governo extraparlamentar e extraparlamentar só pode admitir-se a título provisório, transitório e precário. Ora, este Governo apresenta-se com qualquer carácter temporário ou transitório, como se de um governo normal se tratasse.

Em segundo lugar, trata-se de um governo de direita, indubitavelmente o mais à direita desde o 25 de Abril, recheado de personalidades conhecidas por posições reacconárias (e de entre estas, algumas que ocuparam postos de responsabilidade no regime fascista) e ligados ao grande capital, ao imperialismo e aos partidos de direita parlamentar e extraparlamentar. Apresentando-se como governo de independentes, é na realidade um governo identificado com o PPD e os seus neo-apêndices CDS e PPM.

Em terceiro lugar, é um governo empenhado em prosseguir e acentuar a política de restauração capitalista à custa das transformações económicas e sociais do 25 de Abril, de recuperação dos privilégios do grande capital à custa dos direitos e interesses dos

trabalhadores, de restabelecimento de ideias e valores alheios ao 25 de Abril. Enfim: é um governo que afronta directamente o sistema democrático, que se apoia em forças minoritárias e visa objectivos políticos derrotados pelo voto popular. Não goza do apoio das forças políticas que são maioritárias na Assembleia da República e fora dela. É um governo que está em contradição com a Assembleia da República e com o País.

Por isso, este Governo é, em si mesmo, perturbador do sistema constitucional e da estabilidade democrática. Por isso, menos foi o III Governo rejeitado por esta Assembleia; por maioria de razão, o IV Governo não poderá ter sorte diversa.

Ao apresentar uma moção de rejeição, o PCP está certo de exprimir os sentimentos democráticos dos trabalhadores e das massas populares. Ao manifestar claramente a sua firme oposição a este Governo, o PCP assume com determinação as suas responsabilidades perante o Povo e o País.

Entretanto, o facto de a posição do PCP estar claramente definida, não impede os portugueses exporem e provarmos as nossas razões, nem de procurarmos obter do Governo resposta para questões cuja clarificação temos por essencial.

E que passo a fazer.

Senhor Primeiro-Ministro nomeado:

A primeira pergunta que surge aos portugueses perante este Governo é a seguinte: qual o sentido deste Governo? o que significa este Governo? ou que significa este Governo?

Na verdade, pela sua natureza, pela sua composição, pelo seu Programa, este Governo surge à revelia e em oposição ao sentir político do País, aos partidos que constituem a maioria na Assembleia da República, às forças sociais que formam a maioria do País. Então não se toma claro que votando o PCP e o PS em coerência com as suas posições políticas, este Governo não passará?

— pretende este Governo afrontar, humilhar e amesquinhar a AR, os partidos políticos que o repelem e que constituem a maioria parlamentar?

— pretende este Governo desencadear uma confrontação com

as forças políticas maioritárias na sociedade portuguesa, com os sentimentos antifascistas da maioria do Povo português?

será que este Governo está a vocação suicidária, criou todas as condições para se fazer derrotar nesta Assembleia?

não compreende este Governo o que inclui e mantém — numa aberração sem nome — um dirigente de um partido anti-republicano e semi-representação parlamentar?

Por outro lado, como pode este Governo reclamar-se de independência e imparcialidade, em relação aos grandes temas de conflito na sociedade portuguesa, quando um grande número dos seus membros não são independentes?

Assim, por exemplo: — como pode a equipa de economia e finanças defender o sector público e as empresas nacionalizadas e tratar adequadamente o problema das indemnizações, se a maioria dos seus membros estão publicamente ligados ao grande capital privado?

como poderia alguma vez a equipa de Agricultura e Pescas defender a Reforma Agrária, se muitos dos seus membros são publicamente alinhados com a direita fascista e alguns deles têm mesmo interesse pessoal ou familiar na atribuição de reservas e na devolução de terras?

— como poderia a equipa de Trabalho defender os interesses dos trabalhadores perante o patronato, se o titular da pasta foi director de uma das empresas da gestão do departamento de pessoal de uma empresa, sob a perspectiva patronal?

— como pode o Governo defender a imprensa nacionalizada e a isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação de massa, quando o titular da pasta foi director de um jornal privado, propriedade da CIP, cargo em que manifestou posições extremamente desfavoráveis ao sector público da comunicação social?

— como pode o Governo dirigir razoavelmente as relações entre a República e as Regiões Autónomas se o presumível

encarregado da matéria foi presidente de uma das Assembleias Regionais, porventura detentor do recorde nacional de decretos declarados inconstitucionais e o público defensor de posições federalistas em matéria de autonomia regional?

Outra questão: Durante o processo de formação do Governo declarou V. Ex.ª que este Governo coleria o apoio económico a políticas democráticas. Esta afirmação não foi desmentida.

Cabe portanto perguntar: — mantêm essa afirmação?

— será que a partir de agora o apoio ou oposição ao Governo constituem o critério de demarcação política para a definição de quem são os democratas e quem são os reacconários?

Assim, por exemplo: — como pode a equipa de economia e finanças defender o sector público e as empresas nacionalizadas e tratar adequadamente o problema das indemnizações, se a maioria dos seus membros estão publicamente ligados ao grande capital privado?

como poderia alguma vez a equipa de Agricultura e Pescas defender a Reforma Agrária, se muitos dos seus membros são publicamente alinhados com a direita fascista e alguns deles têm mesmo interesse pessoal ou familiar na atribuição de reservas e na devolução de terras?

— como poderia a equipa de Trabalho defender os interesses dos trabalhadores perante o patronato, se o titular da pasta foi director de uma das empresas da gestão do departamento de pessoal de uma empresa, sob a perspectiva patronal?

— como pode o Governo defender a imprensa nacionalizada e a isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação de massa, quando o titular da pasta foi director de um jornal privado, propriedade da CIP, cargo em que manifestou posições extremamente desfavoráveis ao sector público da comunicação social?

— como pode o Governo dirigir razoavelmente as relações entre a República e as Regiões Autónomas se o presumível

encarregado da matéria foi presidente de uma das Assembleias Regionais, porventura detentor do recorde nacional de decretos declarados inconstitucionais e o público defensor de posições federalistas em matéria de autonomia regional?

Outra questão: Durante o processo de formação do Governo declarou V. Ex.ª que este Governo coleria o apoio económico a políticas democráticas. Esta afirmação não foi desmentida.

Cabe portanto perguntar: — mantêm essa afirmação?

— será que a partir de agora o apoio ou oposição ao Governo constituem o critério de demarcação política para a definição de quem são os democratas e quem são os reacconários?

Assim, por exemplo: — como pode a equipa de economia e finanças defender o sector público e as empresas nacionalizadas e tratar adequadamente o problema das indemnizações, se a maioria dos seus membros estão publicamente ligados ao grande capital privado?

como poderia alguma vez a equipa de Agricultura e Pescas defender a Reforma Agrária, se muitos dos seus membros são publicamente alinhados com a direita fascista e alguns deles têm mesmo interesse pessoal ou familiar na atribuição de reservas e na devolução de terras?

— como poderia a equipa de Trabalho defender os interesses dos trabalhadores perante o patronato, se o titular da pasta foi director de uma das empresas da gestão do departamento de pessoal de uma empresa, sob a perspectiva patronal?

— como pode o Governo defender a imprensa nacionalizada e a isenção e pluralismo dos órgãos de comunicação de massa, quando o titular da pasta foi director de um jornal privado, propriedade da CIP, cargo em que manifestou posições extremamente desfavoráveis ao sector público da comunicação social?

— como pode o Governo dirigir razoavelmente as relações entre a República e as Regiões Autónomas se o presumível

a reprimir os trabalhadores, a reconstruir os novos impérios financeiros à custa das empresas nacionalizadas?

Senhor Primeiro-Ministro nomeado: Não foi sem surpresa que assistimos à definição da filosofia política deste Governo, primeiramente desenvolvida no discurso de tomada de posse e agora reproduzida na primeira parte do Programa do Governo. Na verdade, o grande objectivo político que este Governo se arroga é provar a compatibilidade entre, por um lado o regime democrático e, por outro lado, a recuperação económica e a autoridade do Estado democrático e a promoção do sentimento nacional.

A nossa estranheza provém do facto de, a nosso conhecimento, ninguém de sentimentos democráticos alguma vez pôs em dúvida essa compatibilidade. Pelo contrário, a nosso ver, são incógnitas.

Só a direita fascista pôe naturalmente em dúvida tal compatibilidade e afira contra o regime democrático o falso paraíso do desenvolvimento económico de antes do 25 de Abril, a autoridade repressiva do Estado fascista e o falso patriotismo do salazarismo.

Ocorre portanto perguntar: —supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

que reprimir os trabalhadores, a reconstruir os novos impérios financeiros à custa das empresas nacionalizadas?

Senhor Primeiro-Ministro nomeado: Não foi sem surpresa que assistimos à definição da filosofia política deste Governo, primeiramente desenvolvida no discurso de tomada de posse e agora reproduzida na primeira parte do Programa do Governo. Na verdade, o grande objectivo político que este Governo se arroga é provar a compatibilidade entre, por um lado o regime democrático e, por outro lado, a recuperação económica e a autoridade do Estado democrático e a promoção do sentimento nacional.

A nossa estranheza provém do facto de, a nosso conhecimento, ninguém de sentimentos democráticos alguma vez pôs em dúvida essa compatibilidade. Pelo contrário, a nosso ver, são incógnitas.

Só a direita fascista pôe naturalmente em dúvida tal compatibilidade e afira contra o regime democrático o falso paraíso do desenvolvimento económico de antes do 25 de Abril, a autoridade repressiva do Estado fascista e o falso patriotismo do salazarismo.

Ocorre portanto perguntar: —supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela sim, ameaça pôr em dúvida o regime democrático?

—supõe o Governo que promove as ideias democráticas e reforça o regime democrático, persistindo e acentuando uma política económica que, ela

São fortes as razões da luta que move os trabalhadores

Grandes empresas que empregam muitos milhares de trabalhadores não pagam salários ou liquidam-nos com atrasos de vários meses. Despedimentos e ameaças muito sérias como a da Standard Eléctrica, onde 830 trabalhadores enfrentam a perspectiva do desemprego, a contratação bloqueada com graves boicotes do patronato, a situação na Previdência, no sector têxtil, na metalurgia e metalomecânica, na CP, conduzem a situações de luta mantida em boas condições de unidade e no caminho do seu reforço envolvendo o interesse imediato de centenas de milhares de trabalhadores apoiados numa estrutura sindical forte e unida na acção comum.

Nos últimos dias alguns êxitos vieram assinalar essa luta. Na Empresa de Electricidade da Madeira (EEM) foi aceite uma proposta para negociar após alguns dias de paralisação. No sector transitário houve acordo salarial. Na Ernesto Cruz, a greve foi suspensa com o pagamento de meio mês de salários. Os paramédicos suspenderam a paralisação já anunciada ao alcançarem a promulgação do decreto regulamentador da sua actividade. Os metalúrgicos obtiveram um aumento de 20 por cento.

Embora se trate de êxitos parciais e que não eliminam, na

totalidade dos casos, as razões profundas dos conflitos e a legitimidade da continuação das lutas, eles confirmam no entanto que a intensificação das formas de luta é indispensável, perante a intransigência, a incapacidade e o boicote de entidades patronais e governo, para a defesa de direitos e interesses elementares.

Por outro lado, e ainda no campo dos êxitos alcançados, é de assinalar a elevada percentagem de adesão às várias formas de luta democraticamente escolhidas pelos trabalhadores e apoiadas pelo Movimento Sindical.

Milhares de trabalhadores sem salários há meses

Ao lado da luta pela contratação colectiva cresce a luta pelo pagamento de salários em atraso e contra os despedimentos sem justa causa. A situação é de tal ordem que obrigou à criação de uma Comissão Dinamizadora para lutar pela regularização do pagamento de salários. Em conferência de imprensa, promovida por essa Comissão, pela União dos Sindicatos de Lisboa e pelo secretariado da Cintura Industrial do mesmo distrito, foi revelado que só nas grandes empresas da zona há mais de 40 mil trabalhadores sem salários pagos pontualmente. Além dessas empresas — sublinham — haverá centenas de pequenas e médias onde os trabalhadores se debatem com o mesmo problema — o de chegarem ao fim do mês sem a garantia dos salários desse mês e frequentemente de vários meses em atraso, incluindo subsídios,

retroactivos e outras remunerações.

Só no sector ferroviário são 20 mil os trabalhadores nessa situação. Na metalurgia e metalomecânica o mesmo se passa com mais de seis mil trabalhadores. Na construção civil e nos têxteis um total de mais de 7000 trabalhadores estão também afectados por essa situação insustentável que atinge ainda os sectores da pesca, cerâmica, comunicação social, na generalidade com atrasos que variam entre 1 e 24 meses.

A situação exige um combate firme e decidido. Para isso foi criada a Comissão Dinamizadora, que inclui elementos do jornal «O Seculo», Campanha Portuguesa de Pesca, Cometa, Messa, MDF e Nani-Berna. Apoiando-se no Movimento Sindical e na solidariedade militante dos trabalhadores, a Comissão espera alargar a sua acção a outras regiões do país e mobilizar forças para atacar de frente esse problema coordenando acções conjuntas para as levar a bom termo, nomeadamente junto dos órgãos do poder.

Apesar da sua gravidade, o atraso dos salários aponta para situações ainda mais graves. «O não pagamento de salários — afirma a Comissão Dinamizadora — é uma manobra concertada e constitui um primeiro passo para posteriores despedimentos, que começarão por ser selectivos (dirigentes e delegados sindicais, trabalhadores prestigiados, membros das CTs) e culminarão com despedimentos colectivos».

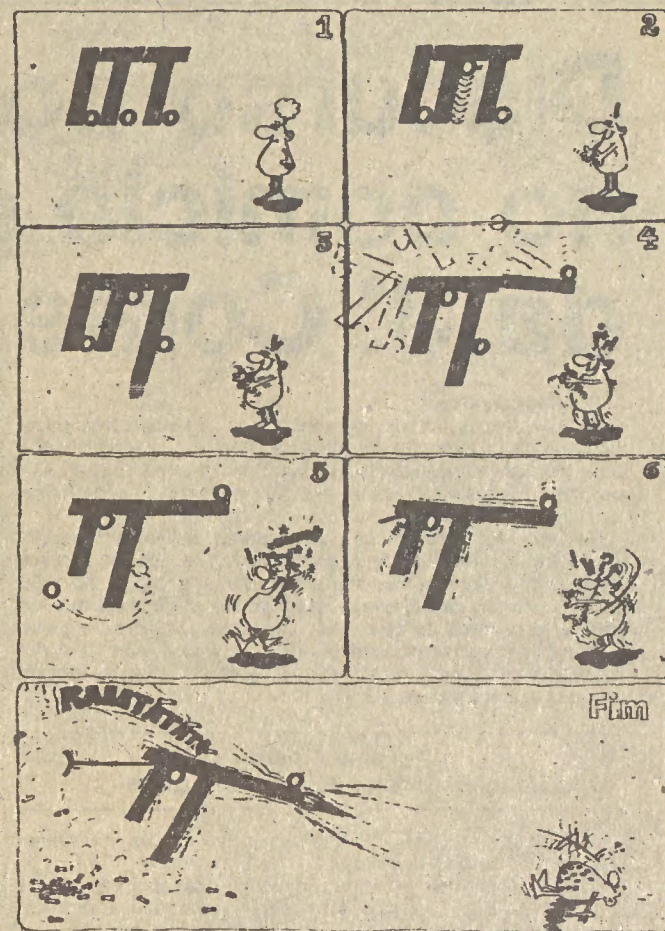
Na Standard/ITT contra despedimento colectivo

Oitocentos e trinta trabalhadores ameaçados de despedimento na divisão de semicondutores da filial da ITT, Standard Eléctrica, em S. Gabriel, Cascais, passam à paralisação com os seus companheiros, exigindo que a Secretaria de Estado do Emprego proveja o despedimento ilegal pretendido pela multinacional americana.

A Comissão Unitária de Trabalhadores afirma que é possível manter esses postos de trabalho, apesar de a ITT ter reduzido as encomendas à secção de semicondutores. O saneamento económico-financeiro da empresa foi proposto à administração pelo pessoal da Standard. Encomendas de outras origens podem ocupar 376 trabalhadores. Os outros podem ser transferidos para a divisão de telecomunicações.

No próximo dia 14 expira o prazo para a Secretaria de Estado impedir o despedimento. Até lá os trabalhadores da Standard continuarão a utilizar todos os meios ao seu alcance para evitar que esse despedimento colectivo, somado ao de 1974 (quase um milhar de trabalhadores) ameace a curto prazo todos os postos de trabalho e lance no desemprego todo o pessoal da Standard.

Com uma carteira de encomendas de cerca de 300 mil contos para 1979 a Standard não precisa de despedir ninguém. Que a Secretaria de Estado tenha isso em conta é o mínimo que se pode exigir.



Não é esta a «solução» que esperam os trabalhadores da Standard/ITT (Desenho publicado no «Electro»)



O canto de Aljustrel presente na Jornada do Mineiro

Unidade e luta no Dia do Mineiro

Os trabalhadores das minas não permitem que as suas condições de vida e de trabalho sirvam apenas para discursos eleitorais. Exigimos que as imensas riquezas que arrancam do ventre da terra não se transformem, para nós, em pão negro, na morte rápida dos nossos pulmões e em banquete para os nossos exploradores. Trabalhemos em profundas buracos ou galerias, mas não permitiremos que eles se transformem em sepulturas. Os nossos camaradas mortos no Pejão, Panesqueira, Borralha e, há bem pouco tempo, em Valongo exigem que se trave uma luta para que as nossas vidas sejam respeitadas, afirmou o presidente da direcção do Sindicato dos Mineiros do Norte e Centro, Santos Ferreira, durante a jornada de confraternização e luta que, no sábado findo, assinalou, no Porto, o Dia do Mineiro.

Apesar das acções desmobilizadoras (em Bragança não foi possível alugar sequer uma camioneta) e do facto de haver minas que continuam a trabalhar ao sábado, a jornada contou com a participação de largas centenas de trabalhadores mineiros. As suas conclusões apontam para a dinamização da vida sindical através do reforço da unidade, da

intensificação da eleição de delegados sindicais e do incremento de acções informativas, de esclarecimento e convívio, de modo a combater o isolamento dos trabalhadores das minas provocado pelas próprias condições do seu trabalho.

Em luta pela revogação da Portaria-Gonella, os mineiros, que paralisaram o nível nacional em 15 de Novembro findo, reclamam a anulação da tabela salarial da classe D, o aumento dos salários, a inclusão das diuturnidades, a semana de 40 horas de trabalho e medidas urgentes para a resolução do problema da segurança e das condições de saúde e higiene.

Na jornada comemorativa, que contou com a actuação do Coro dos Mineiros de Aljustrel, da Banda dos Mineiros do Pejão, do conjunto «Objectivo» e dos artistas Luís Viegas, Sérgio Pacheco e Carlos Cunha, foi decidido, a par do incremento das formas de luta e unidade, avançar o mais rapidamente possível com o processo de integração da estrutura sindical dos mineiros na Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, cujo Congresso, que decorrerá nos próximos dias 8, 9 e 10 do corrente, no Seixal, deve aprovar essa pretensão.

Lutas e Tarefas

● **Reestruturação do SAPP** — Reunidos em plenário, os trabalhadores do SAPP (Serviço de Abastecimento de Peixe ao País), encerrado recentemente por ordem do Governo demitido, reclamaram a revogação daquela medida tenebrosa e a reestruturação da empresa, que deve ser pública, com a salvaguarda dos cerca de 400 postos de trabalho e preparada para transformar, comercializar e distribuir peixe fresco ao País a preços não especulativos.

● **Contra o avanço dos Mellos** — A Comissão de Trabalhadores do Banco Totta & Açores (Zona Norte) acusa «elementos responsáveis dos conselhos de gestão da banca nacionalizada, nomeadamente do Banco Totta & Açores», de conivência com os monopolistas Mellos na aquisição de empresas em Portugal a preços vis, por intermédio da Mello-Deutsch-Morgan, que aparece sob a capa de empresa de estudos técnicos e financeiros. Repudiando esses maneios, a CT do BTA

condena «a passividade das entidades governamentais perante a escalada imperialista em curso no nosso país, lesiva dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral e tendente a agravar a situação económica e a pôr em perigo a independência nacional». Entretanto a célula do PCP no BTA acusa um «centro director» de acções repressivas e discriminatórias contra trabalhadores de esquerda naquele Banco.

● **Aniversário na RABOR** — Num manifesto de saudação a todos os trabalhadores, às forças democráticas e ao povo em geral, as estruturas representativas dos trabalhadores da RABOR, empresa intervencionada de Ovar, por ocasião da passagem do 3.º aniversário da intervenção fazem um balanço da evolução económica e financeira da empresa e referem a dado passo que naquele período de três anos posteriores à intervenção, «liquidaram-se dívidas antigas a fornecedores estrangeiros e nacionais, amortizaram-se a bancas 8063 contos de

empréstimos contraídos pela administração ITT, regularizou-se a situação junto da Caixa de Previdência» e, de Janeiro a Maio do ano corrente, liquidaram-se os salários atrasados de 1975, no valor de 8000 contos. De um prejuízo de 13 458 contos em 1974 passou-se para 33 351 contos de lucro em Junho de 1978. «De uma situação de empresa mal gerida e abandonada,

transformámos a RABOR num símbolo de recuperação económica ao serviço da economia nacional», afirmam ainda os trabalhadores, que aumentaram de 549 para 587 os postos de trabalho e procederam a investimentos no valor de milhares de contos. Firmes e apoiados pelos resultados do seu esforço, os trabalhadores, aguardando o futuro com serenidade



Três anos de provas dadas, na RABOR com os trabalhadores

e confiança, reclamam para a empresa uma solução jurídica no quadro constitucional com a sua participação e não como sucedeu em Julho de 1978 quando o Governo «impôs, de uma forma antidemocrática e sem o acordo dos trabalhadores, a actual comissão de gestão».

● **O FMI na TAP** — No último plenário, os trabalhadores da TAP revelaram a ingerência do FMI na vida da empresa, nomeadamente através de um ofício do ex-ministro das Finanças, Silva Lopes, onde se preconiza a redução do crédito e a discussão do assunto «com os peritos do FMI quando da sua visita a Lisboa». O plenário, com a presença de cerca de 500 trabalhadores, condenou essa ingerência e repudiou a matéria do despacho 327/78 da responsabilidade do ex-ministro dos Transportes e Comunicações do Governo demitido de Nobre da Costa. Esse documento significa, designadamente, «a intenção de reduzir as despesas a qualquer custo, mesmo que isso passe pelo

estrangulamento económico da empresa, afirma numa moção salientando que medidas desse tipo «só se compreendem pela existência de uma política contrária aos interesses da economia nacional e dos trabalhadores e por imposições ditadas pela exigências do FMI».

● **Sinistrados do trabalho** — A Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho revelou recentemente que cerca de 500 mil trabalhadores portugueses vítimas de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais continuam sem receber qualquer pensão ou subsídio. Apesar de há cerca de ano e meio aquela Associação ter entregue a órgãos do poder um caderno reivindicativo, nada até hoje se alterou. Depois de o problema ter sido levantado na Assembleia da República, a Associação voltou a apresentar uma série de sugestões para resolver os problemas dos sinistrados que continuam à espera de satisfação dos seus direitos quatro anos depois de Abril.

Trabalhadores do Porto defendem descanso semanal nos Escritórios

A defesa dos interesses colectivos dos trabalhadores do comércio portuense passa pela defesa da semana inglesa. Nos últimos dias, depois de um plenário, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto opôs-se frontalmente à tentativa de alguns patrões para, contrariando um despacho camarário, abrirem as lojas ao sábado de tarde durante todo o mês de Dezembro. Dispostos ao diálogo e à negociação, os dirigentes sindicais e os trabalhadores não recusam os horários especiais desta quadra, mas exigem com todo o direito que as alterações sejam acordadas

com os trabalhadores e não impostas nas suas costas e contra a sua vontade.

Houve comerciantes que já violaram a lei no último sábado. Abrindo as suas lojas, alguns deles colocaram-se numa posição de «nítido desafio às instituições democráticas e aos trabalhadores», afirma o Sindicato, frisando «não poder consentir que os grandes patrões, através da manipulação (que inclui anúncios na imprensa diária) procurem criar uma situação em que os trabalhadores trabalhariam nos sábados de tarde sem garantia de encerramento compensatório e do

pagamento do trabalho extraordinário».

A decisão unilateral do patronato não foi sequer precedida de comunicação ao Sindicato para negociações. Ao contrário do que sucedeu no ano findo, os representantes dos trabalhadores só tiveram conhecimento da decisão patronal numa reunião convocada pela Câmara em 27 de Novembro findo. A Associação patronal pôs em prática a abertura das lojas, ignorando a disposição camarária, uma moção aprovada pelos vereadores e a disposição de negociar revelada pelos representantes sindicais, que estão autorizados

pelo plenário a negociar a abertura em dois sábados de Dezembro (16 e 23) em troca do descanso em dois dias facultativos, como prevê o contrato de trabalho.

A posição-chave dos trabalhadores incide nas negociações e na recusa muito clara de qualquer ataque às regalias conquistadas com relevo para a semana inglesa.

A não ser modificada a decisão unilateral do patronato, representado pela Associação dos Comerciantes do Porto, os trabalhadores encaram várias formas de luta, incluindo uma manifestação prevista para o próximo sábado.

Concentração

Integrada na luta pela reposição da legalidade democrática no Sindicato dos Trabalhadores do Escritório do Distrito de Lisboa (STEDL), «seguida de uma prática que defenda os reais interesses dos trabalhadores», decorreu na última segunda-feira uma concentração de filiados em frente à sede do seu Sindicato. Numa moção, cujo texto os corpos gerentes auto-empossados se recusaram a receber, exige-se que seja aberto «um debate sobre todos os problemas que afectam os trabalhadores». Um requerimento subscrito por um número de associados estatutariamente suficiente pede a realização de uma assembleia geral apoiada por um abaixo-assinado com milhares de assinaturas.

A actuação divisionista da direcção actual, cuja posse decorreu em condições ilegais, é condenada frontalmente com base em elementos concretos, nomeadamente por utilizar instalações do Sindicato (Rua do Alecrim) «para as actividades da UGT sem consulta da classe», como refere o documento aprovado durante a concentração, a qual não passou sem algumas provocações verbais da parte de divisionistas, encardadas com serenidade pelos trabalhadores presentes.

Convocada pelo GDAG (Comissão Dinamizadora da Assembleia Geral) eleita pelos trabalhadores, haverá na próxima

segunda-feira uma reunião, a partir das 19 horas, nas instalações do Sindicato.

Condenação das agressões

O organismo de direcção dos trabalhadores de escritório de Lisboa do PCP condenava, entretanto, as agressões a um dirigente do Sindicato, quando os corpos gerentes auto-empossados abandonavam a sala, depois de interrompida a assembleia geral de 27 do corrente. Num comunicado, os trabalhadores comunistas repudiam calúnias e respondem a acusações falsas, garantindo e podendo provar que eram militantes do PCP que formavam «o grupo de trabalhadores que fez um cordão à volta do citado dirigente até à saída da sala para impedir as agressões».

Os trabalhadores comunistas, ao reportem a verdade do que se passou, não podem enocar esses factos lamentáveis «desligados das suas origens e do modo arbitrário e antidemocrático como a assembleia foi dirigida, com total atropelo dos estatutos e das mais elementares regras da democracia sindical, sonhando, escamoteando e não aceitando propostas, moções ou simples requerimentos», o que conduziu à falsa aprovação de um orçamento em condições que exigem uma nova assembleia geral.

Começa amanhã no Seixal o Congresso dos Metalúrgicos

Começa amanhã no Seixal o Congresso Sindical dos Metalúrgicos. Durante três dias (sexta, sábado e domingo), 814 delegados eleitos em todo o país vão discutir e aprovar documentos de vital importância para a vida sindical de mais de 214 mil trabalhadores. Antecedendo a anunciada Conferência Nacional de Organização Sindical, promovida pela CGTP-IN, o Congresso constituirá, como a sua preparação garante, uma grande jornada de fortalecimento da unidade de todo o movimento sindical.

Organizado pela respectiva Federação, o Congresso será também uma «resposta adequada às manobras divisionistas fomentadas por elementos estranhos aos trabalhadores», como há dias declarou à Imprensa um elemento da Comissão Promotora.

Trabalho de massas que se concretizou na discussão dos problemas a todos os níveis, nas pequenas, médias e grandes empresas, em zonas, distritos e em plenários nacionais, a organização do Congresso, preparado desde Julho findo, vai atribuir toda a legitimidade aos documentos e conclusões a aprovar, designadamente, aos Estatutos da Federação Nacional e ao Programa de Acção que, entre as questões de maior interesse para os

trabalhadores, prevê, a todos os níveis, «o fortalecimento da democracia interna e a crescente participação dos trabalhadores na vida sindical».

Outras importantes questões serão ainda debatidas, sobretudo no que respeita ao Regulamento do próprio Congresso, que deve passar a órgão máximo da Federação, e ao alargamento do âmbito

desta última estrutura a outros ramos de actividade, designadamente aos dos trabalhadores mineiros.

Aumentos de 20%

Durante uma reunião de conciliação no MT, eram entretanto acordados aumentos de 20% com efeitos a partir de 1 de Novembro para os trabalhadores da metalurgia

e metalomecânica, abrangidos pelas tabelas salariais da nova Portaria de Regularização de Trabalho (PRT). Na reunião estavam presentes elementos da Comissão Sindical Negociadora (CNS) do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV), cuja reivindicação se mantém. Presentes também representantes do patronato e dos Ministérios do Trabalho e da Indústria e Tecnologia.



A grande participação foi constante na preparação do Congresso dos Metalúrgicos

Reivindicações dos TFP

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Função Pública da Administração Central, Regional e Local divulgaram recentemente uma proposta reivindicativa, incluindo uma tabela salarial com aumentos que variam entre 10 e 22 por cento para uma lista de 21 categorias entre as letras A e U, com vencimentos mensais que variam, na tabela actual, entre 24 contos (letra A) e 6800 escudos (letra U). A proposta, subscrita por 20 Sindicatos, reclama a negociação da nova tabela antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para vigorar com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1979 por um período não superior a um ano. O aumento mínimo proposto (10 por cento) destina-se ao vencimento máximo (letra U) que passa de 24 para 26 400 escudos. O aumento máximo contempla a letra U, que passa de 6 800 para 8 300 escudos. Nos considerandos da proposta, os Sindicatos sublinham que «a diminuição do poder de compra nos primeiros 8 meses de 1978 atingiu mais de 16 por cento e os valores previstos até final do ano, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), rondam os 22 por cento, índice este que certamente assumirá valores ainda mais elevados devido ao recente aumento dos combustíveis, decretado pelo governo demitido».

Uma reivindicação essencial

Ao reivindicarem mais uma vez a «saída imediata de legislação previamente negociada com os

Sindicatos», os subscritores da proposta reivindicativa (onde além de todas as associações sindicais da Função Pública, figuram professores, paramédicos, enfermeiros, engenheiros técnicos, construtores civis e trabalhadores judiciais) insistem com relevo na «prática e nas garantias e direitos já contemplados em textos oficiais de eficácia precária» de modo a assegurar inequivocamente: o direito de associação sindical e o exercício pleno da actividade sindical na Função Pública; os direitos e garantias dos dirigentes e delegados sindicais; o exercício do direito de negociação colectiva e participação das associações sindicais na elaboração do regime legal das condições de prestação de trabalho; a institucionalização e garantia de representatividade e intervenção dos órgãos dos trabalhadores em todas as questões relativas às condições de trabalho, nomeadamente na gestão de pessoal e aspectos disciplinares.

De uma série de reivindicações específicas, que dizem respeito à semana de trabalho, à revogação de leis, ao Estatuto de Aposentação, à segurança no trabalho, ao regime de faltas e licenças e aos subsídios, nomeadamente o de creche no valor de 1 000 escudos, destaca-se a exigência da «saída de legislação que consagre inequivocamente a segurança e estabilidade de emprego para todos os trabalhadores que actualmente não pertencem aos Quadros, não admitindo formas de contratação que ponham em causa aqueles princípios».

Congresso sindical na Hotelaria

Com os delegados já eleitos na totalidade após a realização de cerca de 500 plenários em que participaram mais de 20 mil trabalhadores, o secretariado da Federação dos Sindicatos de Hotelaria considera alcançados os objectivos essenciais da preparação do Congresso do sector, que decorrerá em 16 e 17 do corrente, no Estoril. Em contacto com a Imprensa, a Federação informou nomeadamente sobre os princípios aos quais subordinará a sua actividade, de acordo com os novos estatutos a aprovar. Destaque merecem entre esses princípios a luta pela unidade orgânica do Movimento Sindical, o reconhecimento do princípio da unidade sindical e o combate ao princípio fascista que nega a luta de classes.

O Congresso, que aprovará entre outros documentos o programa de acção e os novos estatutos, apontará medidas para o desenvolvimento e a dinamização da Hotelaria e do Turismo. Aluta pelo direito ao trabalho, pela garantia de emprego e contra os despedimentos constará do programa de acção que visa a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, incluindo uma Previdência à altura da sua função e um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde.

Entretanto, uma das direcções de luta continua a ser a extensão ao Norte e à Madeira do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical recentemente conquistado pelo sector.

Estado é discriminado em relação aos trabalhadores. As cooperativas e Cooperativas Agrárias não têm acesso ao crédito e são obrigadas a trabalhar com as dividas não cobradas e pelo governo, pelo Decreto 111-11, de 26 de Março de 1964, de Barreto e Portes, e decidido pelo Governo e a suspensão de quaisquer exceções fiscais por dividas agrárias ao Estado e a particulares. E tanto, as famílias agrárias recebem todos os meses, sem produzir, dez mil reais por milhar de contos de 8 mil e quinze escudos por ano e preparam-se para receber outros indenizações.



na terra forma Agrária!

uma reforma Agrária não foi apenas aqueles dois dias de um fim-de-semana de trabalho. Momento particularmente importante da luta dos que trabalham a terra, a Conferência vinha sendo preparada através de uma participação intensa nas UCPs e Cooperativas e os números agora apresentados, elementos importantes para o esclarecimento da opinião pública, são baseados em inquéritos que responderam 333 UCPs cooperativas, isto é 68 por cento do total.

No comício de encerramento realizado no domingo, pelas 15h30 e no qual participaram cerca de 30 000 pessoas apesar do mau tempo, Álvaro Pereira, em nome da CGTP-IN, foi o porta-voz da solidariedade do povo trabalhador das localidades, das fábricas e escritórios para com a Reforma Agrária. Moisés Calado, trabalhador da terra, foi a terminar.

"A Reforma Agrária vencerá. Vencerá porque a nossa luta é aquela que dá pão, dá trabalho, produz e aumenta a riqueza do nosso país. É aquela que se identifica com os nobres interesses da nossa Pátria.

A Reforma Agrária vencerá, porque estamos determinados a defendê-la, porque connosco estão os trabalhadores das fábricas, dos escritórios, das minas e do mar, estão os jovens e as mulheres, estão os técnicos e intelectuais progressistas, estão os pequenos

e médios agricultores, comerciantes e industriais — estão todas as forças democráticas e patrióticas do nosso país.

Porque connosco está a razão, a verdade, o futuro e o rumo da História."

Como convidado especial, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, esteve presente na Conferência e encerrou o comício final.

A terminar a sua intervenção, Álvaro Cunhal disse das apreensões que, na manhã de domingo, havia em delegados quanto à participação da população no comício de encerramento: "Mas os trabalhadores ficaram os pés na terra e apesar da tempestade participaram no comício e o que observamos é que a chuva passou e os trabalhadores ficaram". O mesmo, concluiu Álvaro Cunhal, se passará quanto à ofensiva, autêntica tempestade que assola as UCPs e Cooperativas: os trabalhadores ficam os pés na terra, a ofensiva passará, a Reforma Agrária permanecerá.

Na luta por esta permanência, na luta pela defesa e consolidação da Reforma Agrária, os 3 000 delegados, os 750 convidados, os que constituíam a multidão presente no final dos trabalhos, foram para as suas terras dando forma, pondo em acção as conclusões da Conferência. Fincando os pés na terra, resistindo, combatendo até à vitória.

Se a ofensiva persistir os trabalhadores paralisarão

Eis as grandes linhas de orientação para a defesa e consolidação da Reforma Agrária apontadas nas conclusões da 3.ª Conferência da Reforma Agrária:

No campo da ofensiva

- Pôr fim à repressão, com a retirada da GNR das Cooperativas e estabelecimento de uma política de diálogo com os trabalhadores.
- Suspensão da Lei Barreto com vista à sua revogação posterior.
- Apoiar e dinamizar um amplo Movimento de Opinião em defesa da Reforma Agrária e de solidariedade com os trabalhadores alentejanos e ribatejanos.
- Constituição de Comissões de Apoio e Defesa da Reforma Agrária nas cooperativas.
- Realização de concentrações, manifestações e, caso persista a ofensiva, uma paralisação geral nos 5 distritos da Reforma Agrária em meados de Janeiro.

Organização:

- Reforçar a vida democrática, condição necessária para melhorar a participação activa dos trabalhadores na vida das cooperativas, uma boa divisão do trabalho e uma eficiente gestão económico-financeira.
- Aumentar e reforçar a formação de quadros técnicos, como condição fundamental para melhorar a organização e aumentar a produção.
- Continuar a combater algumas tendências erradas que ainda se manifestam, nomeadamente o autoritarismo, o demissionismo,

a indisciplina no trabalho, o igualitarismo e inveja e as reivindicações irrealistas.

— Continuar a desenvolver e reforçar os Secretariados, Unões e estruturas económicas e sociais, como oficinas, armazéns, lojas, creches e outros benefícios sociais.

Produção:

Dar continuidade ao desenvolvimento da produção, nomeadamente no que respeita à pecuária, ao melhoramento dos rendimentos por hectare, à intensificação dos regadios, melhorar as condições de utilização de máquinas e equipamento.

Crédito e Investimento

— Exigir apoio financeiro do Estado, nomeadamente através da reabertura do CAE, da criação de linhas de crédito de médio e longo prazo com juros acessíveis.

Comercialização e Política de preços:

— Garantir por parte do Estado do escoamento da produção agrícola a preços compensadores e fixados antes das campanhas, fixando-se simultaneamente os preços dos factores de produção.

— Trabalhar com vista à criação das cooperativas de comercialização.

Aliança com os Pequenos e Médios Agricultores:

— Trabalhar para reforçar a cooperação e aliança dos

trabalhadores das UCP's e Cooperativas com os pequenos e médios agricultores, através da luta por reivindicações comuns, pelo apoio e ajuda estatal.

— Apoiar o reforço das organizações autónomas dos pequenos e médios agricultores.

Contratação Colectiva:

— Tendo em conta que o MAP e o Ministério do Trabalho bloquearam a saída das Portarias, reforçar o apoio aos Sindicatos no sentido de eles desenvolverem as formas de luta adequadas à sua saída.

Organização Sindical:

— Reforçar ainda mais a organização sindical, através da eleição de delegados sindicais nas UCP's e freguesias, dinamizando a sindicalização e assegurando o pagamento das quotas.

— Reforçar a ligação dos sindicatos com os seus associados, mediante realização de plenários, sessões, colóquios e por outras formas.

Solidariedade:

— Os delegados à 3.ª Conferência da Reforma Agrária, perante a violenta ofensiva contra a Reforma Agrária, reconhecem a importância da solidariedade e apelam para o seu esforço e intensificação nomeadamente através da constituição de comissões de solidariedade nas fábricas, nos campos, nos escritórios escolas e noutros sectores de trabalho.



3ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

APELO

Os delegados da 3.ª Conferência da Reforma Agrária, exprimindo o profundo sentir dos trabalhadores da Reforma Agrária, dirigem-se:

- a todos os trabalhadores do campo e das cidades;
- a todos os trabalhadores intelectuais progressistas, às mulheres e aos jovens;
- aos Sindicatos, às Comissões de Trabalhadores e de Moradores;
- às Ligas e outras organizações de pequenos e médios agricultores;
- às Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, aos Conselhos Municipais e Assembleias Distritais;
- a todos os democratas e patriotas do nosso país;
- à solidariedade internacional dos trabalhadores e organizações democráticas dos países socialistas e capitalistas.

Chamando a atenção de todos para os seguintes aspectos essenciais que a 3.ª Conferência da Reforma Agrária considerou necessário que o povo português conheça:

— a Reforma Agrária está consignada na Constituição e é parte integrante do regime democrático. Ela é uma conquista democrática do povo português. Ela liquidou, onde foi aplicada, o domínio das classes mais retrógradas da sociedade — os latifundiários — e marca um passo muito importante no desenvolvimento das forças produtivas do campo.

Porém, as forças hostis ao 25 de Abril desencadearam uma ofensiva criminosa que tem por objectivo destruir a maior conquista do 25 de Abril — a Reforma Agrária.

Desde o início da ofensiva até 3/12/78, foram espancados mais de 600 trabalhadores — homens, mulheres, jovens e velhos — centenas deles feridos e mordidos por cães policiais, muitos dos quais com gravidade.

Neste período foram tiradas às UCPs e Cooperativas 88 000 hectares das melhores terras, 20 000 cabeças de gado, produtos, mais de 250 tractores, 47 cefelhas, mais de 870 máquinas e alfaias diversas e mais de 50 instalações num valor superior a 315 000 contos e lançados no desemprego 13 000 trabalhadores. Foram destruídas já 7 Unidades Colectivas. Há dezenas de outras ameaçadas de destruição total. Os inimigos da Reforma Agrária e da Democracia estão a destruir as UCPs e Cooperativas pela força das armas! Eles aceleram a entrega das terras aos latifundiários.

Os tribunais da zona da Reforma Agrária receberam recentemente poderes para processar e julgar todos aqueles que tentarem penetrar nas terras entregues aos agrários. Existe um clima de violência no Alentejo com brutais espancamentos, prisões, insultos e roubos de terras, gados, máquinas e outros bens dos trabalhadores.

Paralelamente à política repressiva, os inimigos da Reforma Agrária seguem uma prática que leva ao estrangulamento económico e financeiro das UCPs e Cooperativas, com o corte de crédito agrícola, falta de apoio técnico, ausência de medidas que assegurem o escoamento para os produtos agrícolas e preços compensadores.

De novo paíra sobre os lares de dezenas de milhares de trabalhadores a sombra negra do desemprego e da fome!

Repetimos: a todos dirigimos o nosso veemente apelo no sentido de fazerdes pressão sobre os órgãos de soberania — Presidência da República, Conselho da Revolução e Governo — para que seja suspensa imediatamente a ofensiva contra a Reforma Agrária, retirada da GNR das UCPs e Cooperativas, estabelecida uma política de diálogo, e que seja suspensa a Lei 77/77 «Lei Barreto» para a sua posterior revogação. São os nobres interesses dos trabalhadores, da economia nacional e de um Portugal democrático que o exigem.

Três mil delegados 750 convidados

Delegados — 3000 Convidados — 750

Órgãos de soberania

AR — Delegação do Grupo Parlamentar do PCP, Conselho da Revolução

Delegações estrangeiras

URSS — Conselho Central das Cooperativas (Semushkin, responsável pelo sector de Comércio Externo); RDA — Instituto de Economia Agrícola (Helmut Schieck, Director); Instituto do CC do PSUA para a formação de dirigentes no âmbito da agricultura (Alfred Jakubowski, especialista); Hungria — Conselho Nacional das Cooperativas de Produção (Bela Czimbalos, Secretário-geral); Checoslováquia — União das Cooperativas Agrícolas (Pavel Jozef, Presidente); Guiné-Bissau — Conselho Nacional da União dos Trabalhadores da Guiné (Malciana Pereira); S. Tomé e Príncipe — Organização Pro-sindical dos Trabalhadores de S. Tomé e Príncipe; França — Bureau de Agricultura da CGT (Raymond Lagardère); CFDT (Michel Cadieréus); Espanha — Comissões Obreras (Antonio Romero); FSM — Federação Sindical Mundial — UIS — Federação Agrícola da FSM (Eugenio Lardevé, secretário)

Organizações Sindicais

CGTP-IN — 9 Federações, 15 Unões, 27 Sindicatos e Delegações Sindicais

Federações dos Sindicatos do Comércio, da Cerâmica e Cimentos, da Indústria Eléctrica, da Função Pública, dos Rodoviários, da Função Pública, dos Metalúrgicos, dos

Rodoviários, da Celulose/Papel; Unões dos Sindicatos de Beja, de Lisboa, de Setúbal, de Montemor-o-Novo, de Colimbrã, de Aveiro, de Castelo Branco, de Braga, de Faro, da Figueira da Foz, de Sines, de Torres Novas, de Portalegre, de Évora, de Santarém, Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários de Évora, Rodoviários de Beja, Agrícolas de Évora, Agrícolas de Portalegre, Agrícolas de Lisboa, Agrícolas de Setúbal, Agrícolas de Santarém, Agrícolas de Castelo Branco, da Construção Civil do Alentejo, dos Corticeiros do Norte, da Indústria e Comércio Farmacêuticos, das Telecomunicações, da Administração Local, Técnicos de Desenho, das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, da Indústria Hoteleira de Évora, da Indústria Química, Enfermeiros da Zona Sul, do Comércio e Serviços de Évora, Metalúrgicos do Alentejo, da Função Pública — Zona Sul, dos Correios e Telecomunicações (CTT), Profissionais de Seguros (Secção de Évora), da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas (Faro).

Outras Organizações de Trabalhadores — 23

CIL (Cintura Industrial de Lisboa), CIS (Cintura Industrial de Setúbal), Comissões de Trabalhadores de Sotomaior, Metalúrgica Duarte Ferreira, MUNDET, Coopvinhal (Alparça), Factor-Agro, Companhia Nacional de Pescas (Portimão), Cooposor (Conche), Boticários Nacional (Évora), Jovial (Estremoz), Siderurgia Nacional, Lisnave, Arsenal, Quimigal, Sorefame, Parry & Son, Companhia das Lezírias, Pintes Alentejanas, Fábrica dos Leões, Siemens (Évora), CUOP (Évora), Consol (Ferreira do Alentejo).

Câmaras e Assembleias Municipais — 28

Câmaras Municipais de Aljustrel, Azambuja, Coruche, Ferreira do Alentejo, Grândola, Moura, Montemor-o-Novo, Moita, Redondo, Salvaterra de Magos, Seixal, Vila Franca de Xira, Alparça, Montijo, Alandroal, Benavente, Beja, Serpa, Arraiolos, Évora, Vendas Novas, Moura, Borba, Golegã.

Assembleia Distrital de Santarém Assembleias Municipais de Évora, Setúbal, Vila Vicosa

Movimentos de Camponeses

MARN, MAPRU, União dos Caseiros da Ilha da Madeira, etc.

Organizações Políticas

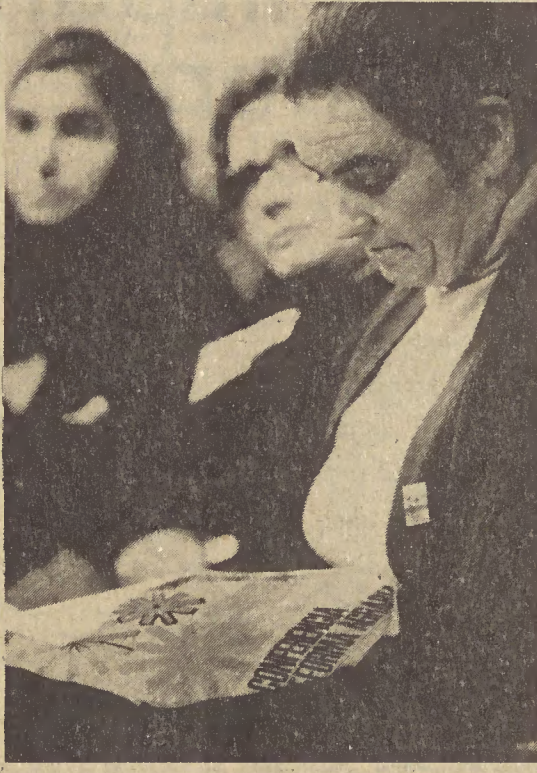
Delegações do Partido Comunista Português, Movimento Democrático Português, União dos Juventudes Comunistas, Movimento Democrático das Mulheres.

Outras organizações

Delegações da CRARA, CRA, Associação dos Arquitectos Portugueses, Conselho Português para a Paz e Cooperação, Movimento para a Paz e Cooperação da Suíça.

Órgãos de Informação

Nacionais, «Avante!», ANOP, «Diário Popular», «Diário de Lisboa», «o diário», «Diário de Notícias», «Jornal de Notícias», «Expresso», RTP-1, «Alavanca», «Unidade», «Reforma Agrária», «A Rabeca», «Forja», «O Amigo» (Avis), «Notícias do Sul», TV-URSS, TV-RDA, ADN, Rádio Filandesa, «Izvestia», «NeuDeutschland», «Triunfo» (Espanha)



a Conferência

o dinheiro do povo português.

Estado e UCPs/ Cooperativas quem deve a quem?

«Os apuramentos do inquérito para a 3.ª Conferência mostram o montante daquilo que neste momento o Estado deve às Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas. Como se diz no Balanço "em termos globais podemos afirmar que as UCPs e Cooperativas têm a haver 785 mil contos. Não podemos porém esquecer que este montante, a exemplo dos dinheiros emprestados pelo Governo sob a forma de crédito, vence juros. Considerando o juro do CAE e o prazo de um ano, aquele mon-

te ultrapassa o valor de 870 mil contos. Neste valor, calculado com prudência, a cortiça ocupa o primeiro lugar, ultrapassando os 261 mil contos, o que somado às dívidas de outras origens — onde se destacam as carnes, os cereais e outros produtos entregues e ainda não pagos — dá um total de 450 mil contos. Por outro lado é de mais de 315 mil contos o valor dos bens e produtos usurpados aos trabalhadores como resultado da ofensiva que o Governo lançou contra a Reforma Agrária.

Se a tudo isto somarmos a verba de pelo menos um milhão de contos do CAE que aguarda transferência para verbas de crédito a médio e a longo prazo,

podemos começar a formar a ideia de que, muito provavelmente, a história das tão feladas dívidas das UCPs e Cooperativas Agrícolas se reduzem a muito pouco, casos havendo de serem estas que têm a haver dinheiros do Estado.

Evitar os Intermediários encontrar formas de escoamento

«É necessário encontrar outras formas (além das cooperativas de comercialização) que evitem, tanto quanto possível, a acção dos regulares de produtos nas aldeias, nas vilas, em todas as localidades,

a reabertura de postos de venda, de supermercados, de talhos; a criação de Mercados da Reforma Agrária, são entre outras algumas formas de escoamento de produtos que interessa dinamizar.

Não só contribuem para a resolução do problema de comercialização como ainda, (quer pelos preços mais baixos, quer pela qualidade dos produtos) fazem chegar os benefícios da Reforma Agrária aos que nela não trabalham.

É no entanto necessário ter alguns cuidados com a criação ou desenvolvimento destas organizações:

a) Deve haver a preocupação de não hostilizar os pequenos comerciantes; b) Os supermer-

cados envolvem problemas de organização, de gestão e investimentos que devem ser tomados na devida conta; c) Devem ser atendidas as questões que resultam da legislação de âmbito fiscal. As lojas que funcionem com tal estão sujeitas a impostos; as que funcionem em termos de cooperativa de consumo apenas podem fornecer os respectivos associados.

Mas é necessário ainda encontrar outros mercados para os produtos da Reforma Agrária. É o caso dos grandes centros consumidores e das grandes empresas. Em colaboração com a CRA — Cooperativa da Reforma Agrária — ou por contactos directos com Comissões de Trabalhadores, Comissões de

Moradores, Comissões de Mulheres, etc, podemos colocar os nossos produtos nessas vilas e cidades, nessas grandes empresas.

Os 4 milhões de contos de que fala Vaz Portugal

«Quando o Ministro Vaz Portugal fala em 4 milhões de contos para a zona da Reforma Agrária é preciso desdobrar esse valor entre aqueles que foi utilizado pelos agrários, pelas grandes empresas agrícolas privadas (como a Sociedade Agrícola Rio Frio) e outros empresários privados, e o que foi utilizado pelas UCPs e Cooperativas Agrícolas.

Tal desdobramento não o faz o Governo porque não lhe convém, mas se invertemos em conta que a área geográfica dos Distritos da Reforma Agrária é de 3,5 milhões de hectares e que a área ocupada pelas UCPs e Cooperativas é de cerca de 1 milhão e 100 mil hectares (31%), podemos ter uma ideia dos valores do crédito utilizado pelos agrários e do restante que foi utilizado pelos trabalhadores. Não podemos finalmente esquecer a verba de 1 milhão de contos que estão inscritos como dívidas das UCPs e Cooperativas Agrícolas ao CAE, quando tal verba foi gasta em investimentos e aguarda transferência.

Delegação do PCI visitou Portugal a convite do PCP

A estrutura do poder local em Portugal é uma das mais avançadas da Europa. — afirmou Armando Cossutta, da Comissão Política do Partido Comunista Italiano, no decorrer de uma conferência de imprensa dada no passado sábado pela delegação do PCI que visitou o nosso país, de 26 de Novembro a 3 de Dezembro, a convite do Comité Central do PCP, para estudo da experiência portuguesa no campo da administração local.

Segundo fez notar o camarada Armando Cossutta, esta visita de estudo enquadra-se num plano de troca de delegações entre os dois partidos para análise de problemas específicos, testemunhando ao mesmo tempo as boas relações existentes entre o PCP e o PCI, bem como o desejo mútuo de intensificar essas relações.

O interesse deste tipo de intercâmbio ficou bem patente na breve exposição feita no início do encontro com os jornalistas.

Após informar que a delegação italiana, composta por Giancarlo Depretis, professor da Universidade de Torino, Luigi Castangola, vice-presidente da Câmara de Génova, Pancrazio de Pasquale, presidente da Assembleia Regional da Sicília, e Elio Gabbuggiani, Presidente da Câmara de Florença, se tinha encontrado com membros do Comité Central do PCP numa reunião dirigida pelo camarada Carlos Costa e ainda com o camarada Álvaro Cunhal,

Armando Cossutta referiu as visitas realizadas às Câmaras Municipais de Lisboa, Vila Franca de Xira, Marinha Grande e Coruche, bem como a diversas freguesias.

Na conclusão destes encontros, que sempre foram completados por exposições sobre a gestão autárquica, a delegação italiana fez questão de salientar o seu apreço pela política local do PCP, uma política que procura a unidade de todas as forças interessadas na resolução dos problemas da população.

Por outro lado, os camaradas italianos puderam constatar, através do contacto com várias Comissões de Moradores, Colectividades e outras organizações populares de base, como se mantêm viva e actuaente a participação popular na gestão local e a intensa actividade que se vem desenvolvendo no aspecto cultural, recreativo e desportivo.

Esta realidade, afirmou Cossutta, não é bem conhecida em Itália e merece ser divulgada.

Quanto à estrutura em que assenta a administração local, o dirigente do PCI fez notar a importância do facto das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, em Portugal, serem eleitas directamente, ao contrário do que sucede em Itália. O sistema português, salientaria, permite uma maior representação dos partidos políticos nesses órgãos, o que sem dúvida contribui para o reforço das relações entre forças diversas.

Durante a sua estada em Portugal aquela delegação visitou também a Câmara Municipal de Almada, as instalações da Cimpor e da Covina, onde foi recebida pelas respectivas Comissões de Trabalhadores e Administrações, e ainda a Cooperativa Agrícola «Águas Belinhas», no Couço.

Estes contactos com várias frentes de trabalho permitiram, segundo o camarada Cossutta, um conhecimento vasto e profundo da realidade portuguesa e, consequentemente, compreender melhor o papel desempenhado pelo PCP. A propósito, aquele camarada afirmou que levavam para Itália impressões muito positivas da actividade desenvolvida pelo PCP, quer no tocante às autarquias locais, quer na luta pela defesa das conquistas do 25 de Abril, pelo desenvolvimento do regime democrático e pelo reforço da unidade dos trabalhadores e democratas portugueses.

Secretário-geral do PCI vem a Portugal a convite do PCP

Já no período de respostas aos jornalistas, o chefe da delegação italiana reafirmou a vinda de Enrico Berlinguer a Portugal, a convite do Comité Central do PCP, estando a data da sua visita apenas dependente da evolução da situação que se vive em Itália e das tarefas inerentes à preparação do XV Congresso do PCI, cujas teses



As delegações italiana e portuguesa durante o encontro em que participou o camarada Álvaro Cunhal, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes

começaram a ser debatidas na passada segunda-feira.

Quanto à existência de «divergências» entre os dois partidos, o camarada Cossutta frisou que, para além das diferenças de posição quanto a algumas questões de carácter internacional, o que existem sobretudo são diversidades de opinião, perfeitamente normais dadas as realidades diferentes de Portugal e Itália. Mas, o mais importante, é que existem grandes pontos de convergência entre o PCP e o PCI, pois ambos lutam contra a crise económica com que se debatem os respectivos países, e defendem uma política de unidade de todas as forças progressistas como condição essencial para defender a liberdade e a democracia.

Respondendo a uma outra questão, relacionada com a institucionalização das Regiões Administrativas em Itália, Armando

Cossutta sublinhou a sua importância e referiu a grande batalha política que foi necessário levar a cabo para o conseguir. Estando embora já previstas na Constituição italiana desde 1948, as Regiões só viriam a ser instituídas em 1970 e regulamentadas em 1977. Recordando que em Itália as Regiões têm poder legislativo, aquele camarada, ao mesmo tempo que às considerava um instrumento indispensável para a política de programação dos diversos sectores de intervenção das autarquias, referiu também que não tem sido fácil conseguir um correcto equilíbrio entre estas e o Parlamento e Governo. Para sair da crise em Itália, afirmou, é necessária uma política de programação, o que só é possível com a participação activa das autarquias locais.

No que toca às relações entre as autarquias onde o PCI detém

grandes responsabilidades desde 1975 (participa directamente na administração de 8 das 10 maiores cidades italianas, em 41 das 94 capitais de província, em 847 concelhos com mais de cinco mil habitantes e em 1718 com menos de cinco mil, num total de 2 605 administrações locais) e o Governo Central, Armando Cossutta diria que, fazendo os órgãos de poder local parte do aparelho de Estado, eles não se contrapõem ao Governo, mas antes desenvolvem todos os esforços para comparticipar e ser responsáveis na resolução dos problemas nacionais. É nesse sentido, por exemplo, que se vem desenvolvendo uma luta pela aprovação de uma Lei sobre autonomia local que, consagrando a intervenção das autarquias que já se verifica em diversos sectores, permita levar à prática uma profunda reforma económica.

O progresso de Fanhões está no voto na APU

Os candidatos da Aliança Povo Unido às eleições suplementares de freguesia de Fanhões divulgaram recentemente o seu programa de acção, onde definem os objectivos principais da sua candidatura e as principais frentes em que se centralizará a actividade a desenvolver, de acordo com as necessidades mais prementes da população.

Propondo-se prosseguir, a luta pela realização das aspirações concretas da população, os candidatos da APU comprometem-se desde já perante o eleitorado a desenvolver todos os esforços para conseguir a delegação de poderes na Junta de Freguesia de Fanhões pela Câmara Municipal de Loures, tal como a Lei das Autarquias dispõe, fazendo notar que com a entrada em vigor da lei das

Finanças Locais o executivo passará a dispor de uma maior capacidade para responder às carências da freguesia.

Essas carências, contudo, só poderão ser eliminadas com a participação activa das populações e suas organizações na gestão autárquica, e na conjugação de esforços junto dos restantes órgãos de poder local do concelho de Loures.

A experiência colhida durante a gestão anterior demonstrou já que apenas os vereadores do Povo Unido poderão levar a bom termo tais objectivos. Com efeito, durante quase dois anos de gestão, sempre os vereadores do PS e PPD contrariaram as propostas concretas que o Povo Unido apresentou, colocando os interesses e alianças partidárias acima da resolução dos problemas

concretos da população e do progresso da freguesia.

Demitindo-se para provocar novas eleições, sem sequer se preocuparem com o facto do trabalho ficar praticamente paralisado durante quatro meses, aqueles partidos mostraram claramente o desprezo que lhe merecem os interesses populares.

A golpe política que presidiu à abertura de mais uma crise artificial num órgão autárquico fica bem documentada, por exemplo, através da composição da lista apresentada pelo PPD/PSD. Nada tendo feito pela freguesia, este partido apresenta-se agora às eleições com alguns candidatos que nem sequer ali vivem, entre os quais o próprio cabeça de lista.

Como poderão tais candidatos, que nada sabem

nem sentem dos problemas que dia-a-dia os habitantes daquela freguesia têm de enfrentar, apresentar-se como os representantes das aspirações populares? Como poderão tais candidatos, desligados da realidade de um povo trabalhador, levar à prática as promessas que tão prodigamente fazem?

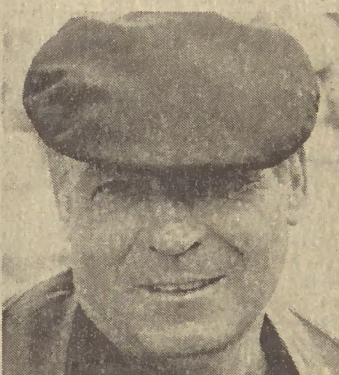
Deixando aos poucos cair a máscara, o partido de Sá Carneiro chega ao ponto de não se preocupar tão pouco em colocar à frente das suas listas, pessoas que a população conheça. O que mostra, sem dúvida, o tipo de administração local que desejava ver no nosso país — desligada das populações que nela seria impedida de participar; entregue aos arbítrios de um presidente da sua confiança; ao serviço dos compadrios.

Como salienta o programa da APU, votar na lista do PPD seria votar no regresso ao passado, seria votar contra a resolução dos problemas de Fanhões.

No programa de acção da APU, elaborado após vários debates com a população, aponta-se como prioritária a resolução de alguns problemas da rede viária, transportes e comunicações, saneamento básico, electrificação, educação, saúde, segurança social, abastecimento, desporto, cultura e tempos livres.

Assim, no que se refere à rede viária, a lista da APU defende a construção da estrada do Casal do Andrade ao Freixial, atravessando as Ribas, bem como a reparação

das ruas da zona da Corredoura e outras localidades. Quanto aos transportes, o objectivo é, por um lado fazê-los chegar às Ribas (onde não podem ir devido ao péssimo estado dos acessos) e, por outro lado,



Ao contrário de certos candidatos, como os do PPD, que nada sabem da freguesia e que ninguém ali conhece, o cabeça de lista da APU — Luís Castelo — é bem conhecido pela sua dedicação e luta pela defesa do progresso de Fanhões

planificar melhores transportes em toda a freguesia, procedendo ao mesmo tempo à construção de abrigos em todas as paragens.

A instalação de cabines telefónicas é também apontada como necessidade de primeira ordem, dado que, em quase todas as localidades as que existem são particulares ou em estabelecimentos, o que impede muitas vezes a sua utilização.

A electrificação da zona do Coxo, em Fanhões, e o reforço das redes das Ribas e Casinhos são outros dois objectivos dos candidatos da APU, bem como a melhoria da

rede de esgotos em toda a freguesia, o abastecimento de água a Casinhos e Torre da Besueira, a construção de lavadouros e sentinas públicas em Ribas de Baixo e Casinhos.

Paralelamente a estas necessidades, outras não menos importantes se colocam. É o caso da construção de escolas primárias (Ribas de Baixo) e pré-primárias; a promoção de cursos de alfabetização; a criação de centros de ocupação de tempos livres para as crianças.

Ou ainda a «simples» criação de uma farmácia em Fanhões, a par de um maior apoio à cooperação de Bombeiros nas suas tarefas ligadas ao socorrismo e transporte de doentes.

De entre as aspirações legítimas da população que a APU se propõe defender salienta-se também a abertura de um mercado em Fanhões; a criação de creches e de um centro de convívio para idosos; o incremento e apoio das actividades desportivas tão do agrado popular; a formação de uma biblioteca pública; a construção de parques infantis.

Como se afirma no programa da APU, seria demagógico dizer que tudo poderá ser resolvido rapidamente. Mas certamente que as principais dificuldades poderão ser vencidas com uma votação massiva na APU e com a participação consciente e activa da população na resolução dos problemas da freguesia.

Começou a campanha eleitoral

A campanha eleitoral iniciou-se em Fanhões no passado dia 1 de Dezembro e terminará no próximo dia 15, sexta-feira. Prosseguindo a campanha de esclarecimento da opinião pública que já vinha sendo feita, os candidatos da APU iniciaram o período eleitoral com a distribuição mão-a-mão do seu programa e a recolha de assinaturas de apoio à lista do Povo Unido.

Tal como havia sucedido durante a sessão de esclarecimento efectuada no dia 30, em Ribas de Baixo, em que cento e vinte pessoas participaram interessadas num debate que se prolongou até à 1 e 30 horas da madrugada, também

o contacto de rua foi bem recebido pela população.

Importa salientar que o apoio à candidatura da APU contrasta com a frieza com que têm sido recebidos os restantes partidos, em cujas sessões participam escassas dezenas de pessoas.

No primeiro porta-a-porta realizado pelos candidatos da APU participaram também os deputados do PCP à Assembleia da República Severiano Falcão, Jerónimo de Sousa e Jorge Lemos que, a par da distribuição do programa, contribuíram para o esclarecimento das razões que motivaram as eleições

para a Assembleia de Freguesia.

Entretanto, começou já a ser distribuído na Freguesia de Fanhões um Manifesto da APU, onde se apela ao voto de todos os homens e mulheres progressistas, de todos os democratas, de todos os jovens que querem ver concretizadas as esperanças nascidas em 25 de Abril.

Também integrada na campanha eleitoral a APU realiza hoje, dia 7, uma sessão de esclarecimento e de apresentação dos candidatos na localidade de Ribas de Cima. No final serão projectados filmes de curta metragem.

Encontro de municípios será importante para superar carências do Porto

Os eleitos da Aliança Povo Unido para os órgãos das autarquias locais do Porto vão promover, no próximo fim-de-semana, um grande Encontro de Municípios, que decorrerá nas Instalações da Faculdade de Economia. Durante a reunião serão discutidos os problemas da cidade, a política municipal que tem sido seguida pela edilidade, definidas as prioridades e apontadas soluções para as dificuldades com que se debate a população da segunda maior cidade portuguesa.

Com o Povo melhorar o Porto, eis o lema desta importante iniciativa que constituirá um assinalável contributo para a melhoria da actividade dos órgãos do Poder Local português e dos eleitos pela Aliança Povo Unido. O «Avante!» entrevistou Cassiano Abreu Lima e Sousa Pereira, membros da Assembleia Municipal do Porto e da Comissão Executiva do Encontro, que nos apontaram os objectivos da reunião e salientaram alguns dos problemas que têm sido mais focados no decurso do trabalho preparatório desenvolvido, através de inquéritos e de reuniões com organizações populares.

Como começou por sublinhar Cassiano Abreu Lima, dois anos decorridos sobre as eleições para as autarquias locais, torna-se oportuna uma reflexão quanto ao trabalho desenvolvido aqui no Porto. Este Encontro surge na sequência de um outro realizado há um ano, o Grande Encontro de Eleitos da então FEPU de todos os distritos do Norte. Agora, val ser feita uma apreciação crítica da acção desenvolvida pelos órgãos municipais do Porto, com relevo para o executivo camarário. Também pensamos dar conta da actividade desenvolvida pelos eleitos da APU e, aprofundar o levantamento das carências locais e debater as soluções mais adequadas para esses problemas.

Além destes objectivos, frisou o nosso interlocutor, o Encontro vai também analisar a importância da unidade dos eleitos, independentemente das suas opiniões e posições ideológicas face a questões políticas gerais, assim como

problemas de legislação em relação às autarquias, a participação da população na actividade das autarquias, através das suas organizações autónomas e muitas outras questões.

Os problemas da cidade continuam por resolver

Uma iniciativa desta envergadura e importância baseia-se naturalmente num trabalho muito amplo dos eleitos da APU com as estruturas populares, que têm um conhecimento muito directo dos problemas e carências mais sentidos pela população. Na preparação do Encontro têm sido efectuadas reuniões com várias Comissões e Associações de Moradores, assim como contactos com Comissões de Trabalhadores, colectividades, cooperativas, sindicatos e outras organizações populares. Paralelamente, estão distribuídos inquéritos a moradores de todas as zonas da cidade.

A recolha já feita permite-nos concluir que os problemas mais sentidos são, entre outros, a carência de habitação, o problema do lixo, o abastecimento de água e energia eléctrica e o respectivo custo, os transportes e o estado das ruas, afirmou Sousa Pereira, acrescentando que, como é patente nas respostas já recebidas, verifica-se que os problemas da cidade continuam a não ser resolvidos, apesar dos esforços desenvolvidos pelos eleitos da APU e outros democratas na Câmara e Assembleia Municipais e nas



A zona da ribeira, no Porto, é uma das mais carenciadas da capital nortenha. Analisar com o povo as soluções para melhorar o Porto é já um passo importante para dar resposta a essas carências

Juntas e Assembleias de Freguesia.

De facto, é evidente a existência no executivo camarário de uma certa dissociação do interesse da população, a falta de audição dos sentimentos populares e até um alheamento quanto à intervenção das Associações e Comissões de Moradores e de outros órgãos para a resolução dos problemas da cidade. Por outro lado, acrescentou Sousa Pereira, é importante referir que, por falta de reorganização dos serviços camarários, como tem sido proposto pelos eleitos da APU para a CM e AM se verifica um nível muito grande de ineficácia, que se reflecte no não cumprimento dos orçamentos e planos que têm sido aprovados.

Após recordar que, não obstante as imensas carências habitacionais da cidade, têm transitado avultadas importâncias de um ano para o seguinte (em 1977, cerca de 363 mil contos), por falta de cumprimento dos planos de habitação, Sousa Pereira sublinhou que os serviços não têm sido capazes de dar resposta às propostas e orçamentos dos planos

municipais. Daqui resultam prejuízos manifestos para a cidade.

Como facilmente comprova quem der uma volta pela cidade, as montureiras e fileiras aumentam, de dia para dia, devido à deficiente recolha do lixo, feita em más horas e com percursos críticos, ao modo como tem sido encarado o recrutamento de cantoneiros, aquisição e distribuição de contentores, etc. Esta situação não é encarada de frente, com prejuízo para a saúde da população. A maioria dos vereadores camarários tem preferido «limpar» as liberdades, em vez de tomar medidas eficazes para a efectiva limpeza da cidade, comentou Sousa Pereira, recordando a ilegalidade e inconstitucionalidade da postura fascizante, aprovada pela maioria dos vereadores da CMP, ao abrigo da qual têm sido postas em causa as liberdades de informação e de propaganda.

Uma iniciativa construtiva

Prosseguindo, Sousa Pereira adiantou ainda posições

concretas, a discutir na reunião. Por outro lado, destacou a importância de uma decisão já aprovada, que apontava para a criação de uma empresa municipalizada de obras, com a função de executar, a tempo e horas, estas tarefas.

O Encontro que se vai realizar na Faculdade de Economia visa a superação de carências e assume um papel altamente construtivo. Como recordou Cassiano Abreu Lima, iniciativas deste género não são frequentes, assim como não é frequente criarem-se oportunidades para, através de uma discussão franca e aberta, eleitos e membros das autarquias e representantes de organizações populares participarem em debates em torno dos problemas e carências locais. Daí estarmos certos de que este Encontro terá saídas muito positivas.

Sublinhando que uma das preocupações dos eleitos da APU tem sido contribuir para a formação cívica das populações, através da sua participação na resolução dos problemas locais, Cassiano Abreu Lima salientou a importância deste estilo de trabalho, que pode constituir um exemplo e contribuir para a melhoria do funcionamento dos órgãos autárquicos da cidade.

O debate, acrescentou, deverá contribuir para a solução dos problemas, na medida em que o Encontro irá exercer uma acção crítica do trabalho desenvolvido, inclusive da actividade dos eleitos da APU, e apresentará propostas construtivas para a superação das carências mais sentidas pela população portuguesa.

As conclusões da reunião, estamos certos disso, serão não só um instrumento de trabalho para os eleitos da APU, como também para todas as pessoas envolvidas na gestão dos órgãos municipais que, de facto, estejam interessadas em contribuir para a resolução dos problemas da cidade do Porto.

Autarquias da Lousã não funcionam — porquê?

Um comunicado recentemente distribuído pela Aliança Povo Unido da Lousã, veio denunciar publicamente algumas das graves irregularidades que ocorrem em certos órgãos autárquicos daquele concelho onde, de uma forma geral, os eleitos do PS e PPD estão em maioria.

Segundo o comunicado, o caso mais flagrante é o da Assembleia Municipal, que nem sequer tem realizado as sessões obrigatórias previstas na Lei, como sucedeu em Fevereiro e Junho deste ano, vivendo na prática à margem dos problemas do concelho, não se debruçando sobre questões tão importantes como, por exemplo, o Plano de Urbanização da Lousã.

Por outro lado, devido ao desinteresse do actual presidente da Assembleia (CDS), o Concelho Municipal ainda não foi instalado e nada indica mesmo se chegará a sê-lo. Esta situação mantêm-se há mais de meio ano, não obstante a Lei estabelecer que as diligências para a constituição do Concelho Municipal não deverão exceder o prazo de trinta dias após a correspondente deliberação da Assembleia Municipal.

Como a APU faz notar, tudo indica que o Plano de Actividades do município para 1979 virá a ser apreciado pela Assembleia sem o parecer, obrigatório por Lei, do Concelho Municipal, o que constituirá mais uma irregularidade daquele órgão autárquico.

As anomalias não se verificam, aliás, apenas na Assembleia Municipal. Não querendo ficar atrás, a Assembleia de Freguesia de Vilarinho (5 eleitos do PS e 4 do PPD) não reúne há mais de três meses, enquanto a Assembleia de Freguesia de Foz de Arouce (4 eleitos do PS e 3 do PPD) só reuniu no início de 1977 para eleição dos vogais da respectiva Junta.

Esta «gestão», sublinha o documento, se não surpreende por parte do PPD e CDS, partidos nada interessados no funcionamento democrático dos órgãos de poder local, não pode deixar de surpreender vinda do PS, partido maioritário no concelho, que entregou, de mão-beijada, a presidência da Assembleia Municipal ao único elemento do CDS.

Alertando para que só a direita reacçãoária está interessada em que as instituições democráticas estejam paralisadas, por forma a provocarem o descrédito das populações e a desacreditar a própria democracia, o comunicado do «Povo Unido» apela para todos os que votaram socialista, confiando numa política democrática virada para a resolução dos problemas das populações, para que exijam o funcionamento dos órgãos autárquicos e uma política de acordo com os interesses das populações.

Eleitos do Povo Unido no Algarve analisaram situação das autarquias

Os eleitos do Povo Unido nas autarquias dos concelhos do Barlavento e Sotavento algarvios reuniram-se recentemente em Portimão e Faro para analisarem a acção que têm vindo a desenvolver nas Câmaras e Assembleias Municipais e também a situação existente nas autarquias de algumas freguesias destas zonas do Algarve.

Durante os trabalhos foi dedicada especial atenção ao estudo dos problemas inerentes à aplicação da nova Lei das Finanças Locais. Sobre esta matéria os eleitos foram unânimes em considerar necessário que os Planos de Actividade e Orçamentos das Câmaras Municipais contemplem desde já as consequências da referida lei no funcionamento das autarquias locais, a partir de 1979.

Os participantes nas reuniões expressaram, por outro lado, a sua satisfação pelas reais possibilidades que esta lei vem abrir para um trabalho não só mais eficaz como, principalmente, mais ajustado às reais necessidades e anseios das populações, uma vez que as verbas destinadas às autarquias passam a estar, de facto, sob gestão autónoma destas, com o desaparecimento dos subsídios e comparticipações.

Entre os temas tratados salienta-se ainda a decisão de desenvolver acções para que as autarquias do Algarve reclamem urgentemente a discussão na Assembleia da República da legislação regulamentadora do Saneamento Básico (um dos maiores problemas algarvios), em moldes que garantam, nas futuras empresas e em todos os seus órgãos, maioria de representantes das autarquias municipais abrangidas.

Questões relacionadas com o recenseamento eleitoral e iniciativas a desenvolver no âmbito do apoio a prestar ao aproveitamento dos tempos livres das crianças e jovens, tendo em atenção o Ano Internacional da Criança, que se comemora em 1979, foram igualmente abordados nos trabalhos.

Os eleitos da Povo Unido aprovaram também, nas duas reuniões, moções de apoio aos trabalhadores da Reforma Agrária, repudiando as arbitrariedades, ilegalidades e violência desenvolvidas pelo MAP.

Câmara de Évora tomou posse

O novo executivo da Câmara Municipal de Évora tomou posse na passada segunda-feira, em cerimónia realizada no palácio D. Manuel.

Ao conferir posse à nova edilidade, o presidente da Assembleia Municipal de Évora, Mário Barradas, recordou a maneira viva e em liberdade como decorreu a campanha eleitoral, que considerou como um exemplo a nível nacional. Mas, como salientou, ultrapassada essa mesma campanha, é preciso passar das palavras aos actos, sendo necessário que a partir de agora e na medida do possível, a nova Câmara dê resolução aos problemas da vida do concelho.

Na ocasião o presidente do município, Abílio Fernandes (APU), afirmou que a nova equipa camarária tudo fará para que se consiga uma Câmara democrática ao serviço do povo de Évora.

Ao acto de posse da edilidade, composta por quatro eleitos da APU, dois do PPD/PSD e um do PS, assistiram o Governador civil do distrito, o chefe do Estado-Maior da Região Militar Sul, o juiz do Tribunal da Comarca, o representante do bispo da Diocese e os comandantes das Forças de Segurança aquarteladas na cidade.

AS NACIONALIZAÇÕES defesa e dinamização

SECTOR NACIONALIZADO O QUE É? COMO DINAMIZAR?

A MAIS COMPLETA ANÁLISE DOS SECTORES CHAVE DA NOSSA ECONOMIA



- DADOS — NÚMEROS — FACTOS
- RENTABILIDADE E GESTÃO
- DIREITOS DOS TRABALHADORES

um livro INDISPENSÁVEL

190 páginas 60\$00

edições átrium

A Universidade em debate nacional: Encontro da UEC apontou os caminhos da reestruturação democrática

Com a presença de 500 delegados (300 do Ensino Superior, 100 do Secundário, 40 do Médio e os 60 elementos da Comissão Central da UEC) e de cerca de 700 convidados oriundos de todos os pontos do país, decorreu no passado fim-de-semana, em Coimbra, o Encontro Nacional sobre a Reestruturação do Ensino Superior, importante iniciativa dos estudantes comunistas que culminou uma intensa actividade preparatória durante a qual foram elaborados numerosos documentos, fruto de um amplo debate e de uma análise objectiva da grave situação que se

vive actualmente na Universidade Portuguesa. O Encontro, que se subordinou ao lema «A Universidade que temos, a Universidade que queremos», iniciou-se no sábado de manhã com uma sessão plenária, no Teatro Gil Vicente, em que estiveram presentes destacadas figuras da vida universitária e cultural do país, muitos convidados ligados a outros sectores e ainda os seguintes camaradas do Comité Central do Partido: Ângelo Veloso, José Bernardino, Carlos Luis Figueira, Zita Seabra e Jorge Lemos, estes dois membros do Grupo

Parlamentar do PCP. A sessão final do Encontro, que também decorreu em plenário, apresentou as conclusões finais, após um intenso debate nas 12 secções que funcionaram na Faculdade de Letras, e que analisaram, entre outros, os problemas relacionados com o ensino em Económicas, Ciências, Direito e Administração Pública, Magistérios, Letras, Saúde e com a Democratização da Universidade. O documento-base do Encontro recebeu 41 alterações, tendo sido aprovado por maioria.

Tal como sublinha o documento final (Manifesto), «a Universidade

que temos é desajustada em relação às necessidades económicas e sociais do Portugal de Abril, é classista e elitista, é marcada por indefinições, incoerências, excessivo centralismo, e com uma tendência de crescente degradação da qualidade pedagógica e científica». Por outro lado, «a Universidade que queremos deve estar adequada às necessidades de uma política de desenvolvimento económico e social. Deve inscrever-se no preceito constitucional de democratização do ensino, exigindo uma total redefinição das actuais instituições universitárias. Deve

melhorar a qualidade pedagógica e científica do ensino ministrado».

Discursando na sessão de encerramento, o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC, sublinhou que «a política de direita é, também no ensino, uma política de agravamento e agudização da crise».

Lajos Demesak, representante da União Internacional de Estudantes (UIE), dirigiu uma saudação a todos os presentes e à UEC, tendo revelado que dentro de dias terá lugar em Chipre uma reunião do executivo da UIE.



Um Encontro para o Ensino de amanhã

Depoimentos ao «Avante!»

Um dos factores que enriqueceu o debate no Encontro foi a participação de professores universitários de diversos cursos. Durante a sessão plenária de encerramento, o «Avante!» registou, as opiniões dos doutores Oriando de Carvalho (catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra), Rui Carrington da Costa (professor da Faculdade de Medicina de Coimbra) e António Dourado (assistente de Engenharia Electrotécnica).

Disse-nos **Oriando de Carvalho**: O trabalho da UEC e o do de todas as organizações juvenis interessadas em construir um novo estilo de sociedade e em concretizarem o projecto constitucional, é um trabalho verdadeiramente meritório que deve ser elogiado, nomeadamente pelo esforço que representa ao repensar a escola, ao repensar os propósitos do ensino no nosso país.

De toda a maneira, creio que não poderão esperar-se daqui resultados espectaculares. Exige-se naturalmente um trabalho mais prolongado, uma reflexão mais prolongada. Por exemplo, se formos ver o que aconteceu na secção de Direito, onde não foi possível apresentar

conclusões definitivas, isso não deve surpreender, porque os problemas são muitos.

Não basta desenhar um projecto de sociedade, não basta saber o que deve fazer um especialista ou um técnico nesse projecto de sociedade. É necessário também responder a vários problemas concretos da situação dos estudantes, da ligação dos estudantes com a Universidade, do acesso à Universidade, da organização dos currículos, etc.

De toda a maneira, creio que este empreendimento deve ser o ponto de partida para o despertar do interesse geral por parte dos estudantes portugueses relativamente aos problemas do ensino, aos problemas da cultura, aos problemas dum Portugal novo à medida das ambições de Abril.

Rui Carrington da Costa: Penso naturalmente que este encontro é de toda a utilidade. Não se chegou nem val chegar-se tão cedo a uma situação definitiva quanto ao ensino superior. Portanto, todos os encontros que visam rever a situação do ensino superior e que tentam melhorá-la, são de grande utilidade.

Estive na secção de Saúde, onde exprimi a minha opinião. Quanto às conclusões dessa secção, que agora ouvi, parecem-me correctas. Trata-se, aliás, dum sector difícil, muito discutido neste momento no país e em que há uma situação claramente definida mas muito contestada.

António Dourado: Por um lado, quero referir um sentimento forte, o desejo de encontrar soluções para os problemas que caracterizou todo o Encontro. A discussão na secção das Ciências pode ter ficado um bocadinho prejudicada pelos problemas que mesmo a nível nacional são questões delicadas. Aliás, esse sentimento está reflectido nas próprias conclusões que, em muitos casos, apontam para o aprofundar dos debates sectorialmente.

Por outro lado, quanto à necessidade de colaboração entre os estudantes e os professores comunistas, de que já há muito tempo se fala, ela parece-me muito necessária e útil, por levar a resultados mais ricos e a uma visão mais completa dos problemas.

Propostas centrais de luta e acção

Na sequência do debate preparatório e da discussão que decorreu em Coimbra, as conclusões do Encontro Nacional promovido pela UEC apontam direcções principais para uma nova política de reestruturação do Ensino Superior, a que qualquer plano governamental não pode ficar alheio. São as direcções aprovadas no dia-a-dia da luta estudantil, aprovadas pelas organizações representativas dos estudantes, pela maioria dos professores e órgãos de gestão; aprovadas por todos os sectores conscientes da Universidade Portuguesa:

• adequação da Universidade às necessidades de uma nova política de desenvolvimento

e económico e social do país; • democratização da Universidade; • redefinição institucional da Universidade; • melhoria da qualidade pedagógica e científica do ensino ministrado.

Por outro lado, a reestruturação democrática da «Universidade que queremos» deverá assegurar, entre outros, os seguintes objectivos: diversificação dos níveis e graus de formação do Ensino Superior; criação de escolas e cursos em áreas actualmente não cobertas ou insatisfatoriamente cobertas pelo sistema universitário; diversificação dos perfis e saídas profissionais nos

cursos actualmente existentes ou a criar; revisão do «currículo» de diferentes cursos, tendo em conta uma maior profissionalização; e definição de uma política de expansão do aparelho do Ensino Superior, com vista à satisfação das necessidades em quadros para o desenvolvimento económico e social do país.

Entretanto, a reestruturação da Universidade — problema central que se coloca actualmente ao Movimento Estudantil no Superior — é uma luta que tem objectivos imediatos e concretos: revogação do decreto de Cardia sobre as Faculdades de Letras e do «numerus clausus» no Ramo Educacional das Faculdades de Ciências; dinamização da luta

contra a institucionalização do Ano Propedéutico, televisivo, degradado e selectivo, e pela defesa do ensino unificado, principalmente pela dignificação e efectivo funcionamento do 10.º ano unificado; criação do Conselho Nacional do Ensino Superior como participação de estruturas estudantis representativas; suspensão da publicação e aplicação de qualquer plano de reestruturação que não tenha em conta o diálogo e a cooperação com as organizações dos estudantes, e as suas reivindicações justas (designadamente as que estão aqui enunciadas); revisão da legislação sobre as CCNI, abrindo-as às estruturas

representativas da massa estudantil; e abertura de um debate nacional envolvendo, nomeadamente, o Governo, as Reitorias, os Órgãos de Gestão e as Associações de Estudantes.

Para além do desenvolvimento de formas de luta diversificadas, o Encontro sublinhou a necessidade da realização de uma jornada de luta nacional. Esta acção unificada de todo o Ensino Superior, discutida, organizada, dinamizada e preparada no âmbito do Movimento Associativo, foi considerada pelos estudantes comunistas como uma jornada fundamental para o êxito da luta em torno das questões centrais da reestruturação democrática.

Aveiro: Unidade mais forte

Uma centena de quadros comunistas, membros de dezenas de células de empresa do distrito de Aveiro, reuniram-se no passado sábado na Casa do Povo de Esqueira, naquela cidade. «Reforçar a Organização, alargar o Partido, defender Abril», foi o lema da reunião, convocada pela Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

Membros da Comissão Distrital e ainda os camaradas Blauqui Teixeira, da Comissão Política do CC, Carlos Luis Figueira, do Comité Central e Américo Valente, da Direcção da Organização Regional das Beiras, presidiram aos trabalhos «cuja» conclusão confirmou o fortalecimento da unidade entre os trabalhadores nas empresas, assinalando que os comunistas, os socialistas e outros democratas, defendendo as conquistas alcançadas, exigem

uma nova política favorável aos interesses das classes produtivas.

Apesar de se verificar uma grande ofensiva patronal nas empresas — sublinham ainda as conclusões — traduzida na restrição de liberdades e na falta de cumprimento das leis e dos contratos colectivos, os trabalhadores do distrito demonstram, com as suas lutas, por exemplo nos sectores da metalurgia e dos têxteis e na grande manifestação de São João da Madeira, em 18 de Novembro passado, que estão dispostos a resistir a essa ofensiva facilitada pela política dos últimos governos. Finalmente a reunião constatou as boas condições existentes no distrito de Aveiro para o alargamento do número de militantes do Partido e para o reforço de organização nas células de empresa.

Mais de cem camaradas reuniram-se nas instalações do Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, ocupando o dia 1.º de Dezembro na Reunião de Quadros da ORL para as Comissões de Trabalhadores. Presidiram aos trabalhos Domingos Abrantes, do Secretariado do Comité Central, Georgete Ferreira, Manuel Pedro e José Casanova, do Comité Central e da DORL, e ainda os camaradas Jerónimo, da Comissão de Trabalhadores da MEC, Nobre, da CT da Sorefame, Ricardo, da CT da Trefilária, e Heider, da CT da Mague.

Foi o camarada Jerónimo a abrir a reunião, recordando a ordem de trabalhos que compreendia três pontos, abordando-se designadamente a situação política e o papel

das estruturas unitárias dos trabalhadores, a organização interna das Comissões de Trabalhadores e, por fim, a ligação do Partido às Comissões de Trabalhadores e aos Conselhos de Trabalhadores.

Na introdução do primeiro ponto, enquadrando politicamente esta importante reunião, o camarada Domingos Abrantes comparou a situação presente e o que caracterizava a situação, quando da anterior reunião deste tipo, há cerca de um ano.

De novo se assiste a uma ofensiva de direita pondo em causa o regime democrático — sublinhou Domingos Abrantes para, em seguida, salientar a pujança do movimento popular. A questão do novo Governo e a sua caracterização, o que podem os

trabalhadores esperar do ministério Mota Pinto com o acentuar da política do anterior Governo atacando as conquistas dos trabalhadores, contra o movimento operário e as suas organizações, foram também a tónica da intervenção do camarada, que assinalou, entretanto, o ascenso do movimento operário, advertindo para as tentativas de divisão que se desenhavam contra as Comissões de Trabalhadores e as tarefas que hoje se colocam às mesmas e à Cintura Industrial de Lisboa no seu conjunto — a defesa quotidiana dos interesses dos trabalhadores e a própria unidade destes.

A importância crescente e viva do controlo operário foi também objecto da intervenção de Domingos Abrantes que convidou

os participantes na reunião a comparar a situação nas empresas onde ele existe com a que se pode verificar onde ele não é praticado.

Em cada ponto da ordem de trabalhos registaram-se muitas intervenções dos participantes, descrevendo experiências e avançando sugestões e críticas, contribuindo decisivamente para as conclusões que fizeram desta reunião um passo importante para o trabalho futuro dos comunistas nos organismos unitários dos trabalhadores na região de Lisboa.

Das conclusões destacam-se as que constata o amplo carácter unitário das Comissões de Trabalhadores e a grande influência que nelas exerce o PCP e, a necessidade de incentivar a participação da juventude e das

mulheres nesses organismos assim como nos Conselhos de Trabalhadores.

Para além da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores na sua empresa e da aplicação do controlo de gestão, a solidariedade para com todos os trabalhadores na defesa das conquistas de Abril e a informação e formação dos mesmos através da propaganda escrita e oral, são apontadas como tarefas fundamentais sobre o funcionamento das CTs.

A grande importância dos Conselhos de Trabalhadores — também sublinhada, concluindo-se ainda como muito positiva a participação destes nos Conselhos Municipais.

A Cintura Industrial de Lisboa é considerada de grande importância na coordenação

distrital, apontando-se nas conclusões a necessidade do seu reforço e alargamento.

Antes do final da reunião, a camarada Georgete Ferreira interveio:

Demos um passo em frente no nosso trabalho — afirmou, lembrando que as conquistas alcançadas não podem ser defendidas sem a grande massa dos trabalhadores, através das diversas estruturas e de acordo com as características dos diferentes sectores.

Melhorar e corrigir o trabalho dos comunistas no funcionamento e coordenação das estruturas existentes foi também outra das preocupações apontadas, como necessárias pela reunião que veio a findar os seus trabalhos ao fim da tarde.

Importante reunião de quadros em Lisboa

Delegação do PCP em Moçambique

Encontra-se na República Popular de Moçambique, a convite do Comité Central da Frelimo, uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Carlos

Carvalhas, membro suplente do CC do PCP.

Durante a sua estada no Maputo, a delegação do PCP terá diversos encontros de trabalho com várias entidades da Frelimo e da República Popular de Moçambique.

UJC: o trabalho de propaganda e o êxito da Campanha de Fundos

São vários os factores que têm contribuído para o bom andamento da Campanha Nacional de Fundos promovida pela União da Juventude Comunista (UJC).

Um desses factores é o trabalho de propaganda e divulgação, o qual está a mobilizar o entusiasmo e o espírito de iniciativa de centenas de jovens. Entre outros materiais, a Comissão Nacional editou milhares de exemplares do cartaz central da Campanha, afixado um pouco por todo o País pelos militantes e simpatizantes da UJC. Outro contributo importante foi a ampla difusão do «Apelo», no qual a Comissão Nacional sublinha a importância de que se reveste a Campanha dos 1500 contos para o prosseguimento das múltiplas

tarefas e actividades da organização e para o desenvolvimento da luta da juventude trabalhadora, na vanguarda da qual está a UJC.

Mas a amplitude do trabalho de divulgação e propaganda não fica por aqui. A nível local, regional e distrital, os militantes e simpatizantes da UJC, além de muitos outros jovens democratas que compreendem a importância da Campanha, procederam a um vasto trabalho que deu à iniciativa uma imagem nacional de grandes repercussões na massa juvenil e na população em geral. É que a Campanha está na rua. Através de panos, pinturas murais, cartazes a anunciarem iniciativas,

tarjetas, comunicados, apelos, documentos vários, etc., etc.

Val e participa ... e leva um amigo

Entretanto, os milhares de pequenos autocolantes circulares com a figura do «Micha», o ursinho dos Jogos Olímpicos de Moscovo, foram já todos vendidos. Breve, mente aparecerá nova edição. Aliás, não foram só estes os autocolantes que esgotaram, sucedendo o mesmo a outros materiais de divulgação e propaganda da Campanha, como por exemplo os isqueiros, os porta-chaves e as medalhas.

Para os próximos dias estão marcadas mais iniciativas da Campanha. Aqui ficam algumas:

amanhã — recolha de fundos nas ruas da Branda; festival regional da canção juvenil da Moita/Montijo/Alcochete, na Sociedade Capricho Molten, às 21 e 30; no Barreiro, festa de solidariedade com a Reforma Agrária, com espectáculo em que participam coros alentejanos, Canto Livre, futebol e música com o conjunto «Praxis», tudo isto a partir das 16 horas; festival da canção juvenil do Seixal, na Sociedade Recreativa Amorense; jogo de futebol feminino no campo do Estrela Mar, na Marinha Grande; **sábado** — recolha de fundos nas ruas da

Damaia, na parte da manhã, e nas ruas dos Olivais a partir das 9 e 30, onde desfilará uma banda de música; debate e exibição do filme sobre o tema «Contra o desemprego, pela ocupação dos tempos livres da juventude» na Cooperativa de Habitação do Bairro Bela Flor, às 21 horas; festival da canção juvenil de Benavente; jogo de futebol feminino entre as equipas da Moita e do Barreiro; festival da canção juvenil de Aveiro, na Escola Comercial e Industrial; **domingo** — excursão às grutas de Mira d'Aire organizada pela célula dos socioprofissionais de Lisboa; jogo de futebol feminino entre as equipas de Grândola e do Barreiro, a realizar na «Vila Morena».

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

1500 CONTOS



Dia 8, Sexta-feira

Faro, às 21 e 30 horas, reunião geral de militantes no Centro de Trabalho, com o camarada Vítor Neto. • **Alcochete**, às 10 horas, Assembleia Concelhia, com intervenção política pelo camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. • **Montijo**, às 16 horas na colectividade do Bairro Areias, e às 21 e 30 no CT, projecção de filmes. • **Barreiro**, às 21 horas, na ex-Cordaria Nicola, espectáculo de variedades e fado para a Campanha de Fundos para o Novo Centro de Trabalho.

Dia 9, Sábado

Baixa da Banheira, às 21 horas, no Ginásio, sessão de esclarecimento com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. • **Lagos**, sessão de esclarecimento com o camarada Vítor Neto. • **Serlhos Grandes**, às 16 horas, na colectividade, projecção de filmes infantis. • **Santa Susana** (Alcácer do Sal), às 16 horas, sessão de esclarecimento sobre a Reforma Agrária com o camarada Custódio Gíngão, deputado. • **Montijo**, no Centro de Trabalho, às 16 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Domingos Lopes.

Dia 10, Domingo

Brandão, às 15 horas, no Pavilhão Polivalente, reunião geral de militantes. • **Vale de Cavaleiros** (Santarém), às 16 horas, comício com o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. • **Montijo**, às 15 horas, no Centro de Trabalho, projecção de filmes infantis.

CAMARADAS FALECIDOS

EDUARDO MAJOR — No passado dia 23 de Novembro, faleceu por doença o camarada Eduardo Major, militante do Partido em Odemira onde era muito conhecido e estimado.

MANUEL DUARTE — Vítima de atropelamento, veio a falecer no passado dia 23 de Novembro o camarada Manuel Duarte, de 72 anos de idade, e que era reformado da GNR. Este camarada residia em Alfeizerão, concelho de Alcochete.

JOÃO AUGUSTO DA SILVA LAGARTO — Com 26 anos de idade, faleceu, vítima de acidente de viação, no passado dia 20 de Novembro, o camarada João Augusto da Silva Lagarto, que era natural de Vale da Vila, Pinhal Novo.

JOSÉ VICENTE DA SILVA — Faleceu no passado mês de

Outubro o camarada José Vicente da Silva, operário agrícola, acometido de doença súbita. Este camarada era membro da Célula do UCP «Estrela da Manhã», em Vendas Novas.

JOSÉ COSTA ROSÁRIO — Pescador, de 52 anos de idade, faleceu o camarada José Costa Rosário, de há muito militante comunista e que era membro da Célula dos Pescadores de Portimão, onde morava.

ALFREDO NUNES — Vítima por doença, faleceu no passado dia 1 do corrente, no Hospital de Santarém, o camarada Alfredo Nunes, que contava 75 anos. O camarada falecido era residente no Baixinho, freguesia da Mocarria, Santarém, e destacado militante comunista de há dezenas de anos, tendo estado preso em Caxias em 1948.

Setúbal: mulheres em trabalho unitário

Promovido pela DORS realizou-se no passado dia 1 de Dezembro um encontro de quadros do Partido cujo objectivo foi a discussão dos problemas do trabalho unitário de mulheres.

No encontro, dirigido pelas camaradas Sofia Ferreira, do Comité Central e da DORS e por Luísa Araújo e Dália Ferreira, também da Direcção da Organização Regional de Setúbal, que contou com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC, estiveram presentes cerca de 100 camaradas de Comissões Concelhias e Comissões de Freguesia do Partido, e comunistas ligados à actividade

sindical, a Comissões de Trabalhadores e de Moradores, a colectividade e ao Movimento Democrático de Mulheres.

Das conclusões aprovadas e que constituem um importante base para a dinamização do trabalho futuro, sublinha-se a necessidade de ultrapassar várias dificuldades, o sectarismo e a estreiteza de visão dos vários problemas, e que se procure interpretar cada vez melhor os interesses das mais amplas camadas da população feminina, desde as mulheres operárias e empregadas às domésticas, e às camadas da pequena e média burguesia, e que igualmente se procure encontrar as formas mais

adequadas de organização deste vasto sector.

Concluiu-se também que, para além dos diversos motivos de luta específicos e locais, a luta contra o agravamento do custo de vida, em defesa da Reforma Agrária, à volta do recenseamento eleitoral e na organização de iniciativas ligadas ao Ano Internacional da Criança são, entre outros, grandes pólos de dinamização do movimento unitário de mulheres em redor de comissões unitárias nas quais deve participar um grande número de mulheres.

Apontou-se para a realização de um outro encontro deste tipo na segunda quinzena do mês de Fevereiro.

Prossegue a preparação do Encontro sobre desporto

Está a ser distribuído por todas as organizações do Partido o folheto editado pela Comissão Organizadora Nacional do Encontro sobre Cultura Física e Desporto, que decorrerá em 3 e 4 de Março, em Lisboa. A importância da actividade desportiva, as suas relações com a saúde, a educação e a cultura; os objectivos do Encontro; a análise do que foi o desporto e a educação física durante o fascismo; a experiência democrática que teve lugar entre o I e o VI Governos Provisórios; as consequências da política de recuperação capitalista na cultura física e no desporto; as propostas para uma nova política neste sector e as questões a abordar pelo Encontro são os temas essenciais do folheto que está agora a ser divulgado pelas organizações do Partido.

Entretanto, o trabalho preparatório da iniciativa, que reúne a colaboração e o entusiasmo de muitos camaradas, amigos do Partido



e de outros democratas de diferentes tendências ligados, por vários factores, à actividade desportiva e à cultura física, encontra-se já no final da sua primeira fase, a qual, como referimos nas edições anteriores, visa a dinamização e o empenhamento dos grandes sectores da organização do Partido na iniciativa, orientando-se a sua participação por temas e assuntos que estão directamente liga-

dos à sua experiência e campo de acção. A recolha do trabalho efectuado nesta fase inicial conclui-se até ao próximo dia 15.

As reuniões que têm decorrido nas organizações do Partido em várias regiões do país revestem-se de grande importância para o êxito do trabalho preparatório do Encontro, pois é a partir daí que surgem as comissões de dinamização e apoio, constituídas por camaradas e amigos de diversos sectores de actividade. A formação destas comissões, o desenvolvimento do trabalho das comissões e grupos já constituídos, o debate amplo e objectivo em torno das questões referidas nos textos de apoio distribuídos pela Comissão Organizadora Nacional para dinamização e orientação do debate preparatório e a programação de diversas iniciativas — são alguns dos traços que têm vindo a caracterizar a preparação do Encontro.



Soeiro Pereira Gomes

Assinalando mais um aniversário da morte do grande escritor e querido camarada Joaquim Soeiro Pereira Gomes, ocorrida a 7 de Dezembro de 1949 — e cuja obra completa, recordamos, foi já publicada pelas Edições «Avante!», pedimos a três camaradas, também eles escritores, breves depoimentos que nas páginas do nosso jornal assinalassem a efeméride.

Alexandre Cabral Mérito literário e significado histórico

A audiência invulgar que o autor de ESTEIROS encontrou no público leitor da década de 40 em Portugal encerra em si mesma a prova irrefutável de duas constatações, que o futuro viria a confirmar: o elevado mérito literário da obra e o seu significado histórico.

Sem menosprezar a importância do papel representado por Joaquim Soeiro Pereira Gomes, de parceria com outros jovens escritores de então, no surto espectacular do movimento neo-realista português (trata-se, queiram ou não os seus detractores, de um marco a assinalar um virar de página da História da Literatura Portuguesa), é sobretudo a beleza estética do seu guincho romanesco, em termos estritamente de análise literária, e a influência sociológica que exerceu em vastas camadas de leitores, que contribuiu para que o público, de imediato, o aplaudisse como um grande e inovador escritor. Como não podia deixar de ser!

O bando capitaneado pelo Gineio, que transplantou com desenvoltura as suas tropéias e sofrimentos de um determinado recanto ignorado do Ribatejo para o interior da casa de cada um dos leitores do romance, teve o saudável condão de sacudir o torpor de muito boa gente. Quer isto dizer que a literatura perdia o seu carácter de puro entretenimento (que em boa verdade nunca o tivera

inteiramente) para assumir o pelouro de cardeal-diabo, ao mesmo tempo incómodo e salutar, como alertador de consciências. É que os personagens baixavam das planuras do imaginado ao rés da trivialidade, de coisa vaga e mítica surgiam ao leitor como gente humanizada (houve até quem julgasse que excessivamente humanizada), que sofria as atribulações impostas aos estratos marginalizados por uma sociedade marcada pelo estigma da crueldade e da exploração.

Com efeito, deixavam de ser personagens de fantasia para se transformarem em companheiros inconvencionais do dia-a-dia do leitor, a quem revelavam sem rebuço aspectos camuflados da realidade social. Sabemos hoje — por depoimentos públicos — como muitos homens e mulheres tomaram conhecimento (não só conhecimento, sublinhe-se, mas consciência) através da literatura neo-realista de uma realidade sociopolítica que o sistema fascista procurava em vão deturpar, escamoteando-lhe as angústias repulsivas.

Independentemente da qualidade literária da obra de Soeiro Pereira Gomes (atribuídos estilísticos, arquitectura romanesca, veracidade de caracteres e autenticidade das situações), há que considerar ao mesmo nível valorativo um outro aspecto, tão essencial como o primeiro, sem o que,

inadvertida ou acintosamente, lhe estamos a defraudar a imagem, que como merece e é de justiça tem de ser vista e apresentada em corpo inteiro.

É que Pereira Gomes, de maneira porventura mais exemplar do que alguns dos seus camaradas de geração, soube associar de maneira absoluta as preocupações estéticas (que tinham o seu domínio específico e as suas exigências particulares) com uma práxis social de relevante actualidade.

Escritor de viril autenticidade quis ser, e foi-o, mas um escritor que a par das particularidades inerentes à sua arte, não pôde, porque a sua formação ideológica lho impedia, nem sequer quis, desvincular-se das vicissitudes gravosas do seu povo, que ele amou como verdadeiro patriota e a quem acabou por sacrificar a própria vida.

O exemplo que nos legou, de dupla face, mas formando um todo de luminosa e coerente harmonia, perdura ainda hoje e perdurará enquanto persistir a necessidade da luta intransigente pela libertação do Homem das cadeias da exploração afrontosa. Refirimo-nos à actividade libérrima de escritor enquanto tal, dando curso ao livre à fantasia e à imaginação, ao espírito criador da fabulação romanesca, e ao mesmo tempo à fidelidade a uma práxis socio-política que em vez de comprometer antes enriqueceu a sua faceta de escritor.

Baptista-Bastos A liberdade como fim

Pouco se sabe do que Soeiro Pereira Gomes leu, quanto leu, sobre, que leu. Terá isso importância? Teve alguma vez importância o roteiro interior das escolhas e favoritismos literários de um artista? Creio bem que sim. Um homem não é o exclusivo produto de si mesmo; é o resultado de muitos outros homens; daquilo que muitos outros homens pensaram. E se um homem é, de facto, também aquilo que ele aceita e aquilo que ele rejeita... ele conduz-se como uma iniciativa ou é a repositio

o que se sabe dele (e eu sei pelas longas conversas com Rui, pelas comovidas evocações de Alexandre Cabral), fornece o retrato a meio corpo de um homem que não se pertencia, pertencendo aos outros; de um homem para o qual o acto de escrever assumiu e assimilou as formas impositivas de moral em acção.

Um artista que assim procede torna-se suspeito. O seu trabalho, para não ser injustificável e redundante, é o resultado de uma consciência activa, que no seu trajecto jamais se separa da ideologia, porque esta é imaneente ao humano. Um artista suspeito porque arranca o discurso à sua utilização vulgar e exprime, com essas palavras, essas mesmas coisas de todos os dias, enfeitadas por fastio, negadas por negligência, recusadas por pedanteria. Suspeito, pela aparente banalidade desse (então seu) discurso, que não estará irremediavelmente datado porque o seu sentido profundo é o contrário da fossilização. «Aqueles que sonham acordados têm conhecimento de mil coisas que escapam aos que sonham a dormir». A bela frase de Poe pode ser aplicada, como conceito, a Joaquim Soeiro Pereira Gomes. Poucas

vezes, na cultura portuguesa, um homem radcou e esmiuçou a sua experiência (cultural, portanto política) a tal ponto. Suponho insuperável com as palavras e com os actos, em ambos se comprometendo na contingência e na necessidade. E se a sua vida e a sua obra são, em si mesmas, imagens devolvidas de uma contestação, a verdade é que ambas recusam qualquer idela de corporação implícita — porque, completando-se, são dissemelhantes, adoptando-se nos seus próprios fins. Em Soeiro, a velha interrogação sobre o poder da literatura encontra a sua dicotomia mais sedutora: por um lado, a literatura não dispõe de poder revolucionário, podendo ser revolucionária; por outro, o escritor, neste caso, é revolucionário porque compõe obras revolucionárias, mas também porque actuou revolucionariamente.

Reivindicação — eis o termo que encontro mais perfeito e rigoroso para definir o empreendimento cultural (portanto político) de Soeiro Pereira Gomes. Reivindicação que se radica na proposta de os outros, nós, ele mesmo, participarem na formação de uma consciência não mistificada, onde o próprio movimento da liberdade tenha como fim a própria liberdade.

Urbano Tavares Rodrigues

A luta de classes e a felicidade possível

Foi Paul Eluard quem escreveu: «O poeta deve ser mais útil do que qualquer outro cidadão da sua tribo. A poesia não é um objecto de arte mas um objecto utilitário. Toma-se lição das coisas» (1). Em 1937, no seu texto «Futuro da Poesia», foi também Paul Eluard, que viria a ser uma das vozes maiores da Resistência Francesa e da poesia que se tomou universal, o autor desta tão bela afirmação: «A poesia só se tornará carne e sangue a partir do momento em que for recíproca. Essa reciprocidade é a verdadeira função da igualdade da felicidade entre os homens. E a igualdade na felicidade elevaria esta a uma altura de que só podemos hoje ter fracas noções. Mas tal felicidade não é impossível (2)».

Se escolhi para a introdução a este texto, sobre Soeiro Pereira Gomes, narrador, duas citações de Paul Eluard, poeta, foi não só por terem sido contemporâneos na mesma esperança e na mesma luta e também para contrastar o projecto (felicidade, igualdade) com o mundo de miséria e de injustiça que Soeiro denunciou em «Esteiros» e em «Engrenagem» (apontando, na unidade dos trabalhadores, o caminho da transformação, o momento nos «Contos Vermelhos», que circulam clandestinamente antes de Abril), mas sobretudo porque em «Esteiros» me aparece, como reverso da vida negra dos pobres, esse mesmo sonho (que Eluard anuncia/enuncia) prenunciado na festa que é a feira, no onirismo do Saguí, na comunidade fraterna dos adolescentes de tudo esparapados.

Alás, sonho, sonho activo, que se propõe a abater grades e sujeições, a melhorar a existência dos homens, é afinal toda a vida-líção-de-vida de Joaquim Soeiro Pereira Gomes.

O contista de «Refúgio

Perdido» não só desejou intensamente alertar as camadas populares para os combates e para as formas de solidariedade que haviam de ajudá-las a defender-se e a libertar-se (e isso está tão presente no texto essencialmente político «Praça de Joma (3) como no romance «Engrenagem»), mas trabalhou sempre para as mobilizar rumo à cultura, fosse esta o desporto (e não ajudou ele a construir, com as suas próprias mãos, uma piscina em Alhandra?), fosse a literatura. Porque tinha plena consciência de que a arte literária é para as camadas trabalhadoras não só uma necessidade de carácter ideológico, processo de apreensão e conhecimento da realidade, que aumenta com o desenvolvimento das relações sociais de produção, mas algo mais: uma espécie de alimento, fermento de felicidade que, ao mesmo tempo que consciencializa e incita à luta de classes, responde a profundas exigências espirituais do ser humano. E isto não só nas sociedades onde o Socialismo já foi instaurado mas também naquelas onde se pugna, como ainda hoje entre nós, pela progressiva colectivização dos meios de produção, consignada expressamente na Constituição da República. Soeiro Pereira Gomes, passando a batilha clandestina contra o fascismo, foi ele próprio exemplo de dádiva militante, de energia sem limites. O seu romance «Engrenagem», que se situa no período da segunda grande-guerra, quando os proceres da ideologia nazi-fascista impunham aos portugueses uma ditadura feroz e inimiga da cultura, reproduz uma situação económica característica da época: a implantação de uma indústria que, por falta de carvão, havia de cessar a sua laboração. Marcas de uma era nova: a paixão pelas máquinas, o calor dos fornelhos, as

labaredas nítidas perfurando a noite. As personagens, rurais, escriturários, técnicos franceses, o capataz, sobretudo operários-camponeses, arrancados por aquele surto de desenvolvimento mecânico às suas terras sem horizontes, vêm os campos poluídos e o futuro barrado por um muro. E, diversamente reagindo, se definem: uns recusam, outros caem no oportunismo, ou no desespero; outros avançam, perfazem-se na luta; há um que sacrifica um dedo para obter o seguro de trabalho, os que se vendem e os que persistem, que resistem, mesmo quando, na confusão gerada, se não descobre claramente qual seja o verdadeiro caminho da resistência. Aponta-se o operário Fariseu aos seus camaradas de trabalho que ameaçam destruir o forno e os motores da fábrica de cimento. E ele quem os detém, no último instante: «Tenham juízo (...) Qualquer dia podem aparecer comboios de carvão e sem máquinas nunca mais haveria trabalho nesta aldeia. A culpa não é da fábrica. É de quem faz as guerras e a fome». Este romance fundamental do neo-realismo (neste caso concretamente realismo-socialista) em Portugal termina com a marcha fraternal, cántico de aurora, dos trabalhadores que vão a lutar reclamar trabalho ao administrador. E também o hino do sol nos pámpanos dos choupos, na água da vida renascente.

(1) Citado por Mário de Andrade no seu prefácio a «Poesia com Armas» de Costa Andrade, Ed. Livraria Sá da Costa (para a União dos Escritores Angolanos), 3.ª ed., 1977.
(2) Paul Eluard: Oeuvres Complètes, Tome 1 (Edição estabelecida por Marcelle Dumas e Lucien Scheller), Bibliothèque de la Pléiade, pag. 532. A tradução do texto citado é da minha autoria.
(3) Ed. Organização dos Técnicos Agrícolas da Dori do PCP, Setembro de 1976.

Temas vários

URSS: 61 vezes o grande Outubro (4)

Trabalhos para os Jogos trabalhos para o povo

Moscou, Leninegrado, Tallin: cidades da URSS onde, em 1980, se irão desenrolar as provas desportivas dos Jogos Olímpicos e onde, por este motivo, estão a ter lugar profundas obras que têm em vista dotar as referidas cidades de todas a infra-estruturas necessárias para esse fim. Mas não só: em Moscovo, em Leninegrado e em Tallin, os trabalhos olímpicos têm em vista, não apenas o Verão de 1980 mas também o povo soviético — é que os trabalhos de construção ou reconstrução de instalações desportivas, turísticas e outras infra-estruturas servirão também para a elevação do nível de vida material do povo soviético. Por este motivo, os trabalhadores de Moscovo, de Leninegrado e de Tallin, através das suas organizações de massa, empenham-se decididamente nos trabalhos preparatórios dos Jogos Olímpicos de 1980.

Tudo o que estamos a construir ou a reconstruir para os Jogos Olímpicos é necessário ao normal desenvolvimento da cidade de Moscovo — dir-nos-la Alexander Golonbinski, do Comité Preparatório dos Jogos, no decorrer de uma deslocação que juntos efectuámos a algumas das principais construções olímpicas da capital da URSS.

Em Moscovo, e do ponto de vista desportivo, estão a ser construídos 11 novos empreendimentos desportivos, enquanto outros 11 beneficiam de obras de reconstrução. Todas estas obras têm em conta, obviamente, o plano urbanístico da cidade de Moscovo. Assim, e por exemplo, enquanto que em Munique e em Montreal — onde ainda hoje mais de metade das habitações olímpicas se encontram vagas em virtude da exorbitância dos preços — a aldeia olímpica de Moscovo, logo que acabem os Jogos, será ocupada por cidadãos moscovitas que para ali irão morar.

Ou seja, a aldeia olímpica passará a ser, depois dos Jogos, mais um bairro residencial desta cidade que não pára de crescer — bairro residencial com uma

Aldeia ou cidade olímpica?

A construção da aldeia olímpica é uma das que mais impressiona quem a visita, pelas suas dimensões, que são tais que com

Do nosso enviado especial JOSÉ MARTINS

muio mais propriedade se deveria chamar-se-lhe cidade olímpica.

Situada na zona sudeste da capital soviética, a aldeia olímpica ocupa uma área de 107 hectares onde, no decorrer dos jogos, viverão cerca de treze mil pessoas.

A construção da aldeia olímpica é um modelo da aplicação do princípio de que nos falou Alexander Golonbinski. Com efeito, ao contrário do que sucedeu em Munique e em Montreal — onde ainda hoje mais de metade das habitações olímpicas se encontram vagas em virtude da exorbitância dos preços — a aldeia olímpica de Moscovo, logo que acabem os Jogos, será ocupada por cidadãos moscovitas que para ali irão morar.

Ou seja, a aldeia olímpica passará a ser, depois dos Jogos, mais um bairro residencial desta cidade que não pára de crescer — bairro residencial com uma

policlínica, vários postos médicos, uma central telefónica, quatro grandes restaurantes para mil pessoas cada um, uma sala de concertos, duas salas de cinema, etc. Em resumo: mais uma cidade dentro de uma grande cidade.

Por sua vez, também os 300 mil turistas estrangeiros que são esperados em Moscovo para os Jogos irão encontrar as infra-estruturas necessárias para que a sua estadia na capital da URSS decorra da forma mais acolhedora possível. Existem já em Moscovo mais de 70 hotéis, dois hotéis e um parque de campismo capazes de albergar ao mesmo tempo mais de 50 mil hóspedes.

Entretanto, novos empreendimentos hoteleiros se erguem diariamente: perto do Parque Izmailovo ergue-se um complexo hoteleiro para dez mil pessoas, na

Avenida da Paz, perto da entrada principal da Exposição das Realizações Económicas da URSS, constrói-se outro grande hotel de 27 pisos para 3500 pessoas.

Um trabalho de todo o povo

O orçamento do Comité Organizador dos Jogos Olímpicos de Moscovo é de 250 milhões de rublos, sendo a parte de leão desta verba absorvida pelas obras de construção e reconstrução desportiva. Porém, um capital de grande importância, sem preço, está à disposição do Comité: o trabalho voluntário.

Em Moscovo encontram-se a trabalhar, vindos de todos os pontos da URSS, mais de 30 mil jovens do Komsomol Leninista; por sua vez, os moscovitas realizam, aos sábados, jornadas



Os símbolos das 24 modalidades dos Jogos Olímpicos

de trabalho voluntário nas instalações olímpicas.

Em Tallin, onde se desenrolarão as provas de vela, os trabalhadores da cidade realizaram já mais de 100 mil obras de trabalho voluntário com vistas aos Jogos. O Comité Organizador de Tallin decidiu premiar este trabalho, oferecendo um emblema de bronze por 25 horas de trabalho voluntário, um emblema de prata por 75 horas e um emblema de ouro por 225 horas de trabalho voluntário. Nas vésperas dos Jogos, entre os possuidores de emblemas de ouro, serão

sorteados bilhetes para a cerimónia inaugural, que terão lugar no Estádio Central Lenine, em Moscovo.

É nesta atmosfera de verdadeira emulação socialista que os trabalhadores das cidades onde se desenrolarão as provas olímpicas preparam activamente as suas cidades para o Verão de 1980, certos de que o seu trabalho, para além de contribuir para o reforço da paz e da cooperação entre os povos — signo sob que decorrerão os Jogos Olímpicos de Moscovo — será um trabalho para o povo soviético.



Um aspecto dos trabalhos olímpicos na zona de Khrushchevo, em Moscovo: ao fundo, o velódromo coberto e, no canto superior direito, parte da nova pista de ciclismo

Delegação do Komsomol entre nós

A convite das organizações da juventude comunista portuguesa (UJC e UEC), esteve recentemente no nosso país uma delegação do Komsomol Leninista, constituída pelos camaradas Alevtina Fedulova, membro do Secretariado e do Bureau do Comité Central e ainda Presidente do Conselho Central da Organização dos Pioneiros da URSS, e Yuri Denisshenkov, do CC do Komsomol.

No decorrer da sua estadia, os camaradas soviéticos visitaram o Porto, Braga e Lisboa, tendo contactado com várias organizações juvenis de diferentes sectores de actividade. Avistaram-se igualmente com os directores da UJC, UEC e Pioneiros de Portugal, e ainda com uma representação do Comité Central do PCP, da qual fazia parte o camarada Álvaro Cunhal.

Na passada semana, a delegação participou na «Festa da Amizade da Juventude Portuguesa e Soviética», que levou ao salão da Voz do Operário, em Lisboa, centenas de jovens trabalhadores e estudantes que aplaudiram entusiasticamente a saudação dirigida à juventude portuguesa pela camarada Alevtina Fedulova, que sublinhou a firmeza e a determinação revolucionária com que os jovens comunistas e todos os jovens de outras tendências democráticas e progressistas defendem as conquistas alcançadas com o 25 de Abril. Além da dirigente da juventude soviética, usaram da palavra na primeira parte da sessão os camaradas Jorge Araújo, do Secretariado do CC do PCP, que falou sobre a juventude e a situação política; Horácio Rufino, do Executivo da CC da UJC e Pina Moura, do Secretariado da CC da UEC, ambos do CC do Partido; e ainda um elemento da Organização dos Pioneiros de Portugal. Na segunda parte da Festa houve poesia, música e canções. Actuaram, entre outros, Ary dos Santos, Fernando Tordo, Carlos Paulo e Lúcia Basto. Na véspera do regresso da

representação soviética, o «Avante!» teve oportunidade de recolher as impressões da

camarada Alevtina Fedulova, durante a visita que a delegação fez à redacção do nosso jornal.

Durante a viagem que fizemos pelo vosso País, estivemos no Porto, em Braga, nos bairros populares de Lisboa, encontramos-nos com jovens trabalhadores membros da União da Juventude Comunista, com membros da União dos Estudantes Comunistas, com Pioneiros.

Em toda a parte onde estivemos, sentimos o grande interesse pelo povo soviético, pelo Komsomol leninista, pela vida da juventude soviética. Sentimos a solidariedade sincera e o grande interesse da parte dos portugueses pela realidade soviética.

Vimos que a juventude portuguesa conhece a atitude da União Soviética para com o povo português, conhece a solidariedade do povo soviético para com a Revolução do 25 de Abril. Mas ao mesmo tempo sentimos que os meios de informação da reacção são dirigidos para deturpar a realidade da União Soviética. A União da Juventude Comunista diz a verdade sobre a União Soviética em Portugal e pronuncia-se a favor do fortalecimento da amizade entre as nossas uniões juvenis, faz todo o possível para dar a conhecer à juventude portuguesa como é a vida da juventude soviética.

Os jovens trabalhadores revelaram grande interesse pela vida dos jovens operários e camponeses da União Soviética. Interessaram-se pela organização da preparação profissional, pela aquisição da instrução pelos jovens operários, pela organização da vida quotidiana e dos tempos livres e também pelas possibilidades que são oferecidas pelo Estado soviético ao desenvolvimento integral dos interesses dos jovens.

Guardámos impressões muito vivas e claras do comício que se realizou em Lisboa e que se tornou numa grande festa de amizade entre as juventudes portuguesa e soviética. A nossa intervenção foi recebida com grande interesse e as intervenções dos camaradas portugueses expressaram a amizade, o respeito sincero para com o nosso país e a solidariedade para com a luta da juventude democrática de todo o mundo, pela paz, pelo progresso social, pelo desenvolvimento.

Verificámos que as condições em que trabalha a juventude portuguesa não são nada muito simples e também que a situação do país é muito complexa, mas vimos a determinação com que a juventude conduz a luta pelos seus direitos, pela democracia e também notámos a grande certeza da vitória final.

Creio que é preciso falar ainda da impressão que levamos dos Pioneiros de Portugal. Vimos, nos vários encontros que tivemos, que também estas crianças se preparam para se tornarem lutadores pela causa justa. Vimos nos seus olhos ardentes o interesse verdadeiro pelo nosso país, o grande interesse com que ouviram a nossa informação sobre a vida da nossa organização de Pioneiros.

Encontrámos dois rapazes que tinham passado as suas férias na União Soviética, no acampamento dos Pioneiros Artek e estes rapazes recordaram muitas crianças soviéticas que se tomaram seus verdadeiros amigos. Eles escreveram uns aos outros, enviam os seus desenhos, contam a sua vida. Nestes rapazes nós também vimos o futuro de Portugal. Eles preparam-se para a vida e gostam muito da sua Pátria. Levamos conosco muitas saudações dos Pioneiros portugueses, e claro que vamos entregar, todas essas lembranças aos clubes de Pioneiros nas escolas onde foram criados os círculos de solidariedade para com a Revolução Portuguesa.

É preciso dizer ainda que o vosso país é muito lindo, que o povo é muito amável, forte e corajoso.

O PORTO EM DEBATE

ENCONTRO DE MUNICÍPIOS PROMOVIDO PELA ALIANÇA DO POVO UNIDO

9 e 10 DEZEMBRO
Faculdade de Economia

PARTICIPAM ACTIVISTAS DA APU E MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

HORÁRIO:
1.ª sessão — dia 9 das 14.30 às 20.00
2.ª sessão — dia 10 das 09.30 às 13.00
3.ª sessão — dia 10 das 15.00 às 18.30

NOITE CULTURAL:
Sábado, dia 9 às 21.30

CANTO
TEATRO
POESIA
COLÓQUIOS:
Dia 9 às 16.00
«As Autarquias e o Papel das Organizações Populares»
Dia 10 às 11.00
«A Lei das Finanças Locais»

INSCREVA-SE! SOLICITE CONVITE NA SEDE DA APU
Rua Dr. Alfredo Magalhães, 110-1.º Esq.º Porto



29
Quarta-feira

1945 — Proclamação da República Federativa da Jugoslávia.

As autoridades iranianas proibem todas as manifestações durante o período religioso muçulmano que se inicia no sábado e terminará a 10 de Dezembro ■ O Primaz de Espanha e arcebispo de Toledo, cardeal Marcelo Gonzalez Martini, lança violento ataque contra a nova constituição espanhola, em carta pastoral que será lida no próximo domingo, precisamente três dias antes do referendo, em todas as paróquias da diocese de Toledo ■ Por iniciativa das Nações Unidas comemora-se o «Dia da Palestina» ■ Fontes oficiais etíopes anunciam que os 17 anos de guerra da Etiópia contra os secessionistas da Eritreia terminaram ontem quando as forças governamentais reconquistaram Keren, o bastião rebelde nas montanhas ■ Várias organizações públicas dos EUA, nomeadamente o Conselho de Luta Pela Paz, o Comité Americano para os Acordos entre o Este e o Oeste e uma associação de cientistas enviaram à Casa Branca uma carta onde exprimem a sua preocupação pelas concessões feitas pelo governo dos EUA aos adversários das negociações SALT ■ O futuro primeiro-ministro japonês, Masayoshi Ohira, espera avistar-se com o presidente dos EUA no fim deste ano ou princípios de 1979 ■ Os dirigentes soviéticos, na sequência da última colheita cerealífera recorde, anunciam metas mais altas para o próximo ano e afirmam que as despesas militares serão mantidas nos níveis de 1977/78 ■ Três abalos sísmicos na capital do México provocam pelo menos oito mortos e mais de 500 feridos ■ É assinado em Bona um importante acordo entre a RDA e a RFA respeitante às demarcações fronteiriças entre os dois Estados ■ O ministro dos NE da República Árabe Saraui Democrática responsabiliza formalmente o governo marroquino pelo ataque criminoso à traineira espanhola «Cruz del Mar», que vitimou os seus tripulantes.

30
Quinta-feira

1967 — Criação da República Democrática Popular do Yemen.

O ditador Idi Amin, do Uganda, «desaparece» misteriosamente e, segundo um seu colaborador íntimo, ninguém sabe dele em Campala desde terça-feira de manhã ■ A Assembleia Geral das Nações Unidas condena os países ocidentais e as sociedades multinacionais por serem em prática políticas que impedem os povos oprimidos da África Austral de usufrutarem os Direitos Humanos ■ O Partido Janata, no poder na Índia, ganha as eleições parciais para o parlamento central, derrotando por 27 000 votos o candidato do Partido do Progresso, de Indira Gandhi ■ O grupo de guerrilha dos separatistas bascos ETA ameaça matar um funcionário governamental raptado se a polícia se aproximar demasiadamente do seu esconderijo.

1
Sexta-feira

1943 — Termina a Conferência de Teerão entre os chefes de Estado da URSS, EUA e Grã-Bretanha.

Dirigentes do partido governamental espanhol — a União do Centro Democrático (UCD) — consideram que a recente carta pastoral publicada pelo primaz de Espanha, o arcebispo de Toledo Marcelo Gonzalez Martini, visa desestabilizar o processo constitucional ■ Fontes oficiais do Vaticano confirmam uma audiência privada concedida pelo Papa João Paulo II a dirigentes dos movimentos de Libertação da África Austral ■ Dois mil jovens chineses manifestam-se em Pequim contra a anunciada decisão do PC chinês em manter Hua Kuo-feng no lugar de primeiro-ministro ■ Membros do governo e deputados iranianos exigem ao procurador-geral da Justiça a divulgação dos resultados de um inquérito oficial sobre corrupção e enorme exportação de divisas por parte da nobreza, militares e funcionários governamentais ■ Agudiza-se o conflito laboral que atinge oito siderurgias da RFA com a concretização da ameaça de lock-out feita pelas entidades patronais, em retaliação pela greve encetada por 37 mil trabalhadores, na passada terça-feira.

2
Sábado

1975 — Proclamação da República Democrática Popular do Laos.

Segundo economistas norte-americanos, a subida de preços no consumidor registada no passado mês de Outubro provocou uma nova descida no nível de vida médio nos EUA, especialmente em sectores fundamentais como a habitação, alimentação e serviços médicos ■ O presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, declara que o preço do petróleo subirá pelo menos 10 a 20% ■ Em Praga anuncia-se que será um bôlgaro o próximo astronauta a participar num voo conjunto com astronautas soviéticos, no âmbito do programa espacial da URSS e dos países socialistas ■ O dirigente do Partido Socialista de Chipre, Vassilis Lyssarides, exige a rejeição imediata do plano apresentado pelos EUA, Grã-Bretanha e Canadá sobre o futuro de Chipre, acusando-o de visar a rápida legalização da divisão do país ■ O embaixador dos EUA nas Nações Unidas, Andrew Young, realiza conversações separadas com o presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, e com Robert Mugabe, co-dirigente da aliança de guerrilha rodesiana da Frente Patriótica ■ Explode no centro de Paris, num grande armazém, uma bomba que faz um morto e seis feridos ■ O Conselho Nacional do PAIGC para Cabo Verde reúne-se para debater a situação política, económica e social de Cabo Verde e alguns aspectos da sua política externa.

3
Domingo

1969 — Morre o marechal Kliment Vorochilov, que, de 1953 a 1960, foi presidente do «Presidium» do Soviète Supremo da URSS.

O chefe do governo sionista de Israel, Menahem Begin, informa o seu gabinete sobre o conteúdo de uma carta que lhe foi enviada pelo presidente egípcio Sadat sobre o reatamento das negociações do tratado separado de «paz» entre os dois países ■ Os eleitores venezuelanos vão às urnas para eleger o novo presidente da República e os 183 deputados do Congresso ■ O presidente da Libertação da Palestina, Yasser Arafat, afirma que está não aceitará uma autonomia que não seja acompanhada dum independência total

4
Segunda-feira

1947 — É aprovada a Constituição da República Popular da Bulgária.

O senador brasileiro Franco Montoro afirma que a restauração das liberdades democráticas no Brasil é condição essencial para uma reconciliação política no país ■ Segundo os manifestantes, nos últimos três dias as forças repressivas do Xá do Irão assassinaram cerca de mil pessoas que se manifestaram contra o regime ■ Começam na Namíbia as eleições fantoches promovidas pelo regime racista da África do Sul, em desrespeito pelas decisões tomadas pela ONU ■ Reúnem-se em Berlim todos os ministros da Defesa do Pacto de Varsóvia para uma reunião normal de trabalho ■ O primeiro-ministro sionista, Menahem Begin, envia uma mensagem ao presidente Sadat, do Egipto, numa aparente recusa em renegociar o tratado de «paz», como mais uma forma de pressão sobre Sadat ■ A sonda norte-americana «Pioneiro Vénus-Um» alcança uma órbita de Vénus após ter percorrido, em sete meses, 480 milhões de km

5
Terça-feira

1894 — É apresentado no Reichstag um projecto de lei contra os socialistas, que viria a ser rejeitado em 11/5/1895.

O governo do Irão refuta «categoricamente» indicações segundo as quais o ditador, Xá Reza Pahlavi, abdicaria face à gigantesca contestação ao seu regime ■ É anunciado que foi criada uma Frente Unida de Salvação Nacional do Camboja (FUSNK), cujos objectivos são estabelecer um Estado democrático, popular, pacífico, independente, neutro e não alinhado, progredindo em direcção ao socialismo ■ A embaixada da Bulgária no Egipto é invadida e depredada, por ordem directa de Sadat

URSS — colheita cerealífera recorde. Porquê?

A União Soviética atingiu este ano uma colheita cerealífera recorde — 235 milhões de toneladas, mais cinco milhões do que as últimas estimativas previam. Isto significa que, apesar das dificuldades quanto a solo e clima — de que as consequências a nível de produtividade são amplamente explorados pela reacção internacional —, a URSS é já hoje um dos maiores produtores de cereais do mundo. Com 7% da população do planeta, regista-se aí 17% da produção mundial de cereais.

Múltiplos factores concorrem para que, num domínio em que ainda pesam de forma sensível elementos para já incontroláveis, como as oscilações climáticas, seja possível obter resultados tão positivos e cumprir ou mesmo ultrapassar os planos elaborados. Características determinantes da economia socialista como a planificação, a rápida aplicação das descobertas da ciência na indústria e na agricultura, têm um peso insubstituível e decisivo. Como destacou o camarada Leonid Brejnev na última sessão plenária do CC do PCUS, a base técnica e material da agricultura foi sensivelmente reforçada nos primeiros três anos do quinquénio em curso. O equipamento eléctrico rural cresceu 25 por cento, o fornecimento de adubos químicos aumentou em 230 milhões de toneladas, os trabalhos de drenagem e de irrigação de novas terras abrangearam uma área superior a 4,5 milhões de hectares.

Actualmente, o sector agrícola, que emprega 23 por cento da população, contribui com cerca de um terço do rendimento nacional. Entretanto, a diminuição da população rural prosseguirá. No fim do quinquénio estará concluída, no fundamental, a mecanização integral da produção de cereais, e elevar-se-á consideravelmente o nível da mecanização em ramos como a pecuária. O consumo de energia eléctrica na produção agrícola crescerá de 60 por cento. A intensificação da produção agrícola corresponderá a um esforço por parte da indústria, para construção de maquinaria agrícola, produção de adubos e rações para gado, e outros materiais necessários. A rápida integração no processo produtivo dos progressos científico-técnicos reflecte-se igualmente na agricultura. E é grande a sua importância. Nos últimos nove meses o país lançou mais de

dois mil novos tipos de produtos industriais.

Todos estes factores determinam um aumento contínuo da produtividade do trabalho e da produção por hectare. Assim, em 1977, a produtividade por trabalhador foi cerca de 170 em relação ao nível de 1965 (base 100), número que equivale à economização do trabalho de 16 milhões de pessoas por ano.

Mas não só a estrutura e a política económica do socialismo se reflectem nos resultados obtidos na agricultura. É toda a vida política e social que é própria do sistema socialista. Se o número de monocultores cresce de ano para ano e ganha cada vez maior peso o conjunto de especialistas presentes no trabalho agrícola, isso representa um esforço notável no domínio da educação e do ensino, significa a sua total massificação. Se são milhares os novos tipos de

	1961/65	1966/70	1971/75
Estados Socialista dos quais a URSS	7,2	7,6	8,7
Países capitalistas desenvolvidos dos quais os EUA	8,5	8,5	7,5
Países da CEE dos quais a RFA	6,1	5,4	1,8
Japão	5,6	3,6	1,2
Países da CEE dos quais a RFA	11,1	15,3	2,1
Países da CEE dos quais a RFA	4,8	5,6	1,6
Países da CEE dos quais a RFA	5,3	5,9	0,8
Grã-Bretanha	4,7	6,4	2,3
Itália	3,7	1,9	0,4
Países em vias de desenvolvimento	6,5	7,4	2,1
	7,1	6,8	7,7



América Latina — cresce a luta contra as ditaduras reaccionárias.

América Latina: direita perde terreno

Não se pode dizer neste momento que a América Latina vive uma situação revolucionária. Mas pode-se afirmar, justamente, que, se a democracia no continente é profundamente instável, também os regimes militares reaccionários o são. Pode-se concluir também que o ano de 78, como já o de 77, é um período importante na vida dos diversos povos da América Central e do Sul.

Entre 77 e 78, registaram-se lutas mais ou menos importantes na maioria esmagadora dos países da zona. No ano de 1978 houve eleições presidenciais e legislativas na Guatemala, na Costa Rica, na República Dominicana, na Colômbia, na Bolívia, no Equador. No Peru foi eleita uma Assembleia Constituinte, no Equador realizou-se um plebiscito para a escolha da nova Constituição. No Brasil houve eleições presidenciais (indirectas) e legislativas. Na Venezuela acabam de se realizar eleições presidenciais.

A situação nestes vários países é muito diversa. A envergadura das lutas, o cariz e as consequências dos processos eleitorais são-nos também. Mas uma tônica ressaltava: a profunda movimentação política por todo um continente que o imperialismo se tem esforçado particularmente por asfixiar. Movimentação que não se pode reduzir a manobras, a falsas aberturas democráticas, aliás também dependentes dum

alteração na correlação de forças, mas que reflecte, nitidamente, um ascenso da luta popular de massas.

Independentemente dos resultados imediatos — e sob formas diferentes — ressaltam em diversos países do continente a envergadura do movimento popular, do profundo descontentamento, da capacidade de organização e de resposta, apesar da repressão e, muitas vezes, da debilidade da estrutura organizada das vanguardas dos trabalhadores.

Na Nicarágua, o grande levantamento popular de Setembro, selvaticamente reprimido pela guarda de Somoza armada e auxiliada por Washington e os seus comparsas, deixou claro o profundo isolamento do ditador. Setembro foi um momento definidor e polarizador de forças. Hoje, o «Plano de Washington», que consiste na realização de um «plebiscito» («livre», como se deve calcular) que vote a permanência no poder de Somoza até 1981, «solução» que Somoza acabou por aceitar após resistência inicial, é apoiada pela oposição burguesa mais à direita, actualmente reunida numa Frente Ampla de Oposição (FAO) desmembrada. Entretanto, Setembro, apesar de uma acção prematura, apesar dos milhares de mortos e das dezenas de milhares de refugiados nos países limítrofes, não aniquilou a resistência popular, hoje agrupada no

Movimento Povo Unido (MPU) que reúne 26 organizações e conta com o apoio da Frente Sandinista. No Brasil, as eleições legislativas foram uma retumbante vitória da oposição. Não pode restar a menor dúvida quanto ao profundo repúdio popular de uma ditadura que assenta na repressão e num viciado sistema eleitoral. O recrudescimento do movimento grevista, numa zona fulcral como é São Paulo, surge como um elemento importante, no contexto político nacional. Nas eleições presidenciais agora realizadas na Venezuela, e cujos resultados não se traduziram numa alteração dos grandes princípios orientadores da política que tem vindo a ser seguida, parece registar-se uma maior influência dos partidos de esquerda.

A situação na Bolívia — apesar de não haver uma definição de uma política de acordo com os interesses populares, antes se registando alguns factos preocupantes, como a recusa dos oficiais que demurraram o sucessor de Banzer de retirar o Exército das minas, onde se concentra uma massa de trabalhadores cuja combatividade e consciência de classe pesam na luta geral dos trabalhadores do país — reflecte uma força organizada e uma determinação popular que tem conseguido impor, num período histórico curto, profundas alterações no quadro político do país.

Greves e manifestações contra o Xá do Irão

A greve alastrou às principais indústrias do Irão. O petróleo, o gás, a energia, a petroquímica — os sectores mais importantes da economia iraniana — estão paralisados. Os trabalhadores das linhas aéreas do Irão suspenderam o trabalho durante três horas, para protestar contra a detenção dos dirigentes da greve de fins de Outubro e princípios de Novembro. Tropas guardam os escritórios da Rádio Nacional do Irão, depois de os trabalhadores da noite desta estação emissora terem abandonado o local de trabalho como forma de protesto contra a censura.

Por todo o país, manifestações populares mobilizam centenas de milhares de pessoas contra a monarquia. As manifestações religiosas do período do Moharam, período de celebrações religiosas do calendário muçulmano, assumem um cariz abertamente político, contra a ditadura do Xá. Na grande manifestação de Teerão, no Bazar, centro da cidade velha, os trabalhadores das centrais eléctricas cortaram a electricidade, quando as tropas do Xá abriram fogo. Muitos lojistas encerraram as portas como forma

de adesão ao movimento popular de oposição à ditadura. Enquanto prossegue a luta popular, em que estão empenhadas as mais amplas massas de trabalhadores, o Xá do Irão reúne os seus colaboradores para debater a situação e encarar soluções. No debate um colaborador indispensável: o embaixador dos Estados Unidos. A situação arrasta-se entre vacilações sobre o possível período de sobrevivência do regime. E o governo do Irão recorre à única arma que tem entre mãos: a repressão. Blindados, metralhadoras, granadas, bombas de gás lacrimogénico, são atirados sobre as multidões de manifestantes. A oposição denuncia o assassinato de cerca de mil manifestantes em Teerão. A repressão aliam-se as ameaças. O governo afirma que as forças de segurança não «se pouparão a esforços para manter a paz», apoda de «raídores à pátria» os milhares e milhares de pessoas que se erguem contra o fascismo.

Paralelamente, Washington prossegue com as suas manobras e contactos em busca de uma «solução». O Xá não tem futuro,

mas a sua substituição por uma figura que mantenha o regime não é fácil. Esboçam-se tentativas de criar uma «oposição moderada», que constituiria a saída antipopular ideal para o clima de profunda crise política que se vive no país. A oposição religiosa, mesmo a que assume posições mais à direita, não aceita pactuar com o regime. Os traços anti-imperialistas da luta acentuam-se, tomando forma clara nos protestos contra a ingerência norte-americana, e na exigência dos trabalhadores das refinarias de afastamento dos técnicos norte-americanos.

A oposição ao Xá é uma vasta frente de luta, complexa e heterogénica, em que se entrecruzam mesmo interesses objectivamente divergentes. Neste contexto assume particular significado a denúncia dos empregados bancários em greve, contra 144 das 180 personalidades mais importantes do país, implicadas em acções de corrupção, denuncia que contribui para um processo de consciencialização e delineação de campos determinante numa luta em que se acentua cada vez mais a ampla mobilização popular.

produtos industriais lançados em poucos meses, isso significa que milhões de pessoas se dedicam à criação, à descoberta de formas de melhoria da actividade produtiva, e que têm, como tal, a capacidade e a vontade para isso.

Há notícias que são rotina no socialismo, e que no entanto se revestem para nós numa importância especial, pelo que reflectem da realidade socialista, em contraste com a do capitalismo. Factos que facilitam a compreensão do profundo e permanente desenvolvimento em todos os domínios da vida na sociedade socialista, e que os índices económicos tão bem reflectem. Há alguns dias, 1,8 milhões de membros da central sindical da RDA, a FDGB, discutiram o plano económico nacional para o ano de 1979, tendo proposto mais de 880 000 emendas, que visam fundamentalmente uma crescente eficácia económica das ciências e da técnica, uma valorização eficiente da racionalização socialista, uma melhor preparação e organização da produção e um melhoramento contínuo das condições de vida e de trabalho.

Isto é rotina na RDA, como na URSS, como em qualquer outro país da comunidade socialista. Uma rotina impensável no capitalismo. E que reflecte e determina as vitórias de uma economia virada para a satisfação das necessidades das massas trabalhadoras, e gozando do total empenhamento das suas energias.

Crise e lutas na Europa do capital

Mais de 40 mil trabalhadores do aço no Ruhr estão em greve desde 28 de Novembro. É a primeira greve dos últimos 50 anos na indústria do aço da RFA, uma importante luta de trabalhadores no centro industrial do país que é a cabeça do capitalismo na Europa.

A greve, que paralisou 8 fábricas do Estado de Vestefália, apresenta para já dois traços significativos. Primeiro, a reivindicação fundamental, para além de um aumento salarial de 5%, é de 35 horas semanais de trabalho, como forma de minorar o desemprego que atinge o sector e se está a cifrar numa média de 1000 desempregados por mês. Segundo, a resposta do patronato, que se concretizou no «lock-out», atingindo cerca de 80 mil trabalhadores de 16 empresas siderúrgicas na Renânia e na Baixa Saxónia, obrigando os sindicatos a pagarem subsídios aos grevistas, no claro intento de liquidar a greve por asfixia económica. Contra o «lock-out» têm-se realizado diversas manifestações de trabalhadores. A solidariedade das massas trabalhadoras com os grevistas está também a concretizar-se em novas adesões ao movimento.

Assim, no centro da Europa capitalista, o desemprego crescente aparece como um problema central. A resposta do patronato é significativa do teor de uma «democracia» que dá ao patronato as mais amplas possibilidades de impor as suas posições... os seus lucros.

As lutas de trabalhadores contra o desemprego, por melhores salários e pela manutenção de um poder de compra sistematicamente degradado por sucessivos aumentos do custo de vida, registam-se também noutros países da Europa capitalista. Em Nápoles, na Itália, grandes manifestações de desempregados denunciaram a existência de 170 000 desempregados numa população de 300 000 habitantes. Na Grécia, os trabalhadores do

As «soluções» do capital

A acção do imperialismo, das forças de direita a nível internacional e em cada país e zona geográfica em particular, é multifacetada e sistemática. Face à luta de massas nos países capitalistas, à luta contra governos reaccionários e fascistas, ao desenvolvimento do movimento de libertação, face aos êxitos do socialismo, é preocupação permanente do capital encontrar as suas «soluções». «Soluções» que visam manter privilégios, deteriorar o clima político onde avançam as forças progressistas, semear a divisão.

ESTA constante da política mundial do capital reflecte-se em múltiplos exemplos actuais. Em África, Pretória impõe na Namíbia um processo eleitoral farsa, enquanto prende dirigentes da SWAPO, graças ao apoio político e económico dos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa e dos EUA. Na Rodésia, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha prosseguem esforços para conseguir uma solução neocolonial, enquanto manobram no sentido de dividir o movimento de libertação do Zimbábue e criar dificuldades entre países africanos que o apoiam. No Médio Oriente, esforçam-se por impedir uma solução dos graves problemas pendentes, fazendo arrastar uma fórmula de «paz» que assenta na traição de Sadat. Na Europa, o anticomunismo, o terrorismo, a divisão dos trabalhadores e das forças progressistas, são as armas utilizadas para manter os alicerces abalados do capitalismo.

NALGUNS casos, a acção do imperialismo reveste-se de formas directas, como no apoio ao Xá do Irão e à ditadura fascista de Somoza na Nicarágua, ou ainda na ingerência política directa sob a forma de «conselhos» em diversos países da Europa, na legalização da perseguição a democratas na RFA, na intervenção armada no Zaire. Aqui não é utilizada a máscara da «ajuda» e da preocupação na «defesa» dos «direitos humanos». A acção em defesa dos interesses do capital prescinde de máscara, por incapacidade de se revestir de outras formas.

UM elemento fundamental da política do capital a nível internacional é o fomento do divisionismo: pela criação de várias centrais sindicais ou a sua divisão, alimentando discórdias e divisões entre o movimento de libertação, captando sectores das forças representativas de camadas populares para a órbita da direita, promovendo uma «política selectiva» em relação à comunidade socialista e no seio do movimento comunista internacional.

NO seu conjunto, as «soluções» e manobras do capital — atrasando o inevitável processo de libertação na direcção do socialismo — esbarram com uma realidade que lhe é cada vez mais desfavorável, ou seja, a agudização da sua crise face ao sólido desenvolvimento do socialismo. Entre 1975 e 1977, os países do CAME ultrapassaram em quase duas vezes os países capitalistas desenvolvidos quanto aos ritmos de aumento do seu rendimento nacional, e, em três vezes, quanto ao aumento do seu produto industrial. De 1960 a 1977, o produto agrícola «per capita» bruto aumentou 19% nos países capitalistas desenvolvidos e 31% no CAME. São números claros, significativos, que nenhuma campanha pode obscurecer. E que apontam o futuro.

Enquanto o arcebispo de Toledo e o primaz de Espanha, com o apoio de 8 dos 75 participantes da Conferência Episcopal, incita, em carta pastoral, a votar contra a nova Constituição, o que levantou protestos generalizados de partidos da esquerda e do partido governamental, o governo proíbe a realização de quaisquer manifestações até dia 10 de Dezembro. Entretanto, a polícia prende participantes numa reunião de republicanos organizada para denúncia dos crimes do regime fascista. Em Itália, sob o pano de fundo da rotina do terrorismo, a Democracia Cristã faz nova tentativa, vivamente repudiada pelo Partido Comunista Italiano, para atrair os socialistas a uma coligação, e resuscitar a velha fórmula «centro-esquerda». Uma manobra anticomunista que já provou ser estéril, incapaz de resolver os problemas do país.

A Europa do capital debate-se nas suas insolúveis contradições. Na permanência da crise, a luta das massas trabalhadoras, apesar de contradições e de oscilações, é o factor determinante no abrir de novas perspectivas para o futuro.



A repressão é arma do capitalismo em crise. Manifestação na RFA contra as «interdições profissionais»

Breves notícias

• **Solidariedade com o Povo Uruguaio** — Entre os dias 8 e 15 deste mês decorrerá uma jornada de solidariedade com o povo uruguaio, a realizar no Panamá e contando com o apoio do governo deste país, acontecimento que já foi anunciado em Portugal pelas duas antifascistas uruguiaias que recentemente estiveram entre nós a convite do MDM, mantendo, durante cinco dias, contactos com entidades oficiais e organizações de trabalhadores. Estas duas antifascistas, Haidée Ballesteros e Julia Antunes, integram uma delegação de

dez mulheres uruguiaias que já visitou oito países europeus, procurando que se intensifique o apoio e a solidariedade para com a luta clandestina do povo uruguaio contra a ditadura.

O Uruguai é um pequeno país com apenas 2 780 000 habitantes. Nele existem presentemente 7 000 presos políticos e sindicais, 20% dos quais são mulheres; em cada 400 habitantes já foi torturado; 25% da população teve de emigrar. Esta é a realidade que se vive no Uruguai, onde a ditadura fascista consome 60% do orçamento do Estado no

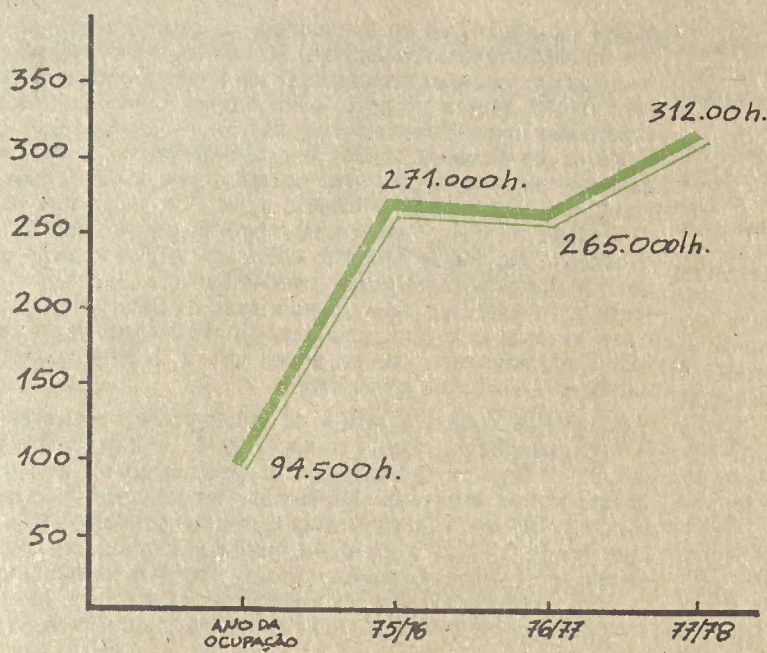
aparelho repressivo. Quando cresce a resistência popular no Uruguai, quando a ditadura recorre ao terror e à repressão indiscriminada, a nossa solidariedade para com o povo uruguaio deve fortalecer-se e alargar-se.

• **RDA e RFA assinam protocolo sobre delimitação de fronteiras** — No passado dia 29 de Novembro foi assinado em Bona, capital da RFA, um protocolo entre o governo da República Democrática Alemã e da República Federal da Alemanha relativo à revisão, renovação e complemento do acordo de delimitação da fronteira entre a RDA e a RFA, à documentação fronteiriça e à regularização doutros problemas relacionados com a linha da fronteira. O protocolo governamental e os documentos a ele referentes — nomeadamente, o «dossier» da topografia fronteiriça, a descrição da fronteira, as cartas fronteiriças e outros documentos importantes confirmam a inviolabilidade da fronteira entre a RDA e a RFA e o seu carácter de fronteira a separar dois Estados soberanos.



OS NÚMEROS DA REFORMA AGRÁRIA

Áreas totais semeadas



Evolução dos postos de trabalho

Permanentes



ANTES DA OCUPAÇÃO
11.000



1975/76
44.100



1976/77
45.200



1977/78
43.000

Eventuais



ANTES DA OCUPAÇÃO
10.600



1975/76
27.800



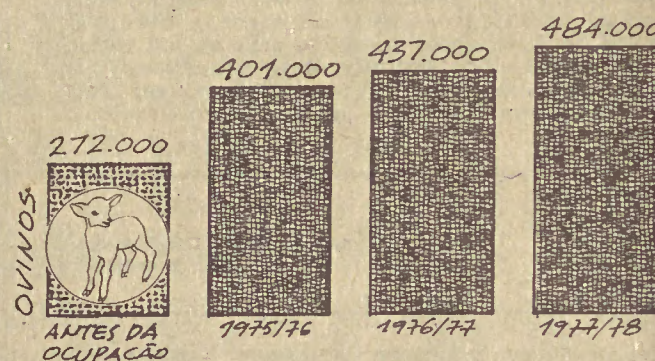
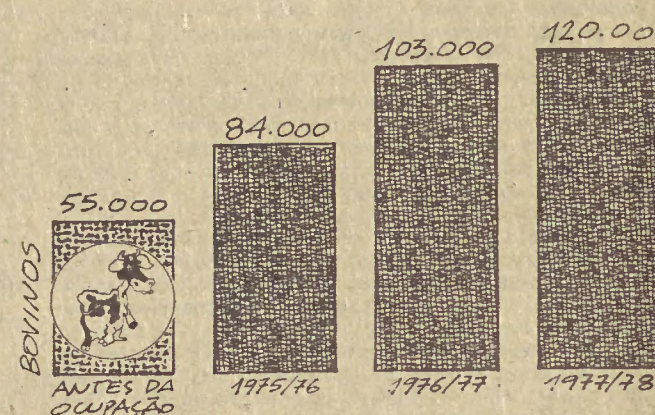
1976/77
19.000



1977/78
16.000

O decréscimo do número de postos de trabalho é consequência directa da aplicação da Lei Barreto que provocou assim já o desemprego de cerca de 12 900 trabalhadores.

Efectivos pecuários



A grande quebra no nível de suínos deve-se em primeiro lugar aos milhares de mortos causados pela peste suína. Em segundo lugar, as indemnizações pelas mortes causadas pela peste chegaram a ter atrasos de um ano; em terceiro lugar, a falta de uma política de comercialização dificultou o escoamento do produto a preços compensadores; em quarto lugar, a ausência de créditos cria dificuldades à montagem de condições para a criação que possa resistir à peste; em quinto lugar, o Governo não toma medidas efectivas para erradicar a doença.

Produtividade do trabalho

Média em Portugal	Antes da ocupação	Nas UCP's e Coop.	Aumento
52 000\$00 por trabalhador	60 000\$00 por trabalhador	141 000\$00 por trabalhador	235%

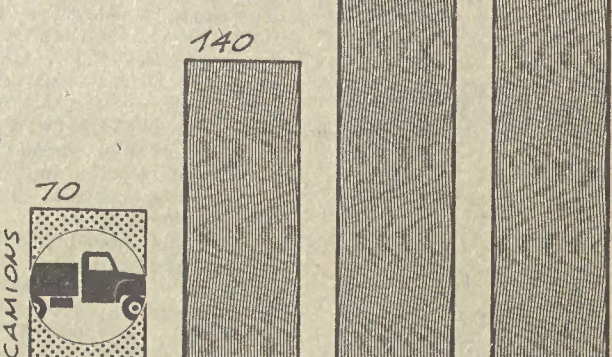
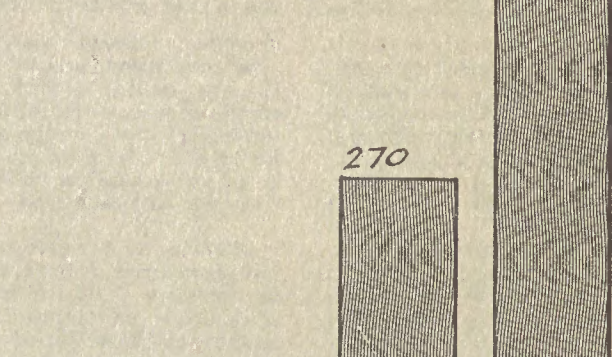
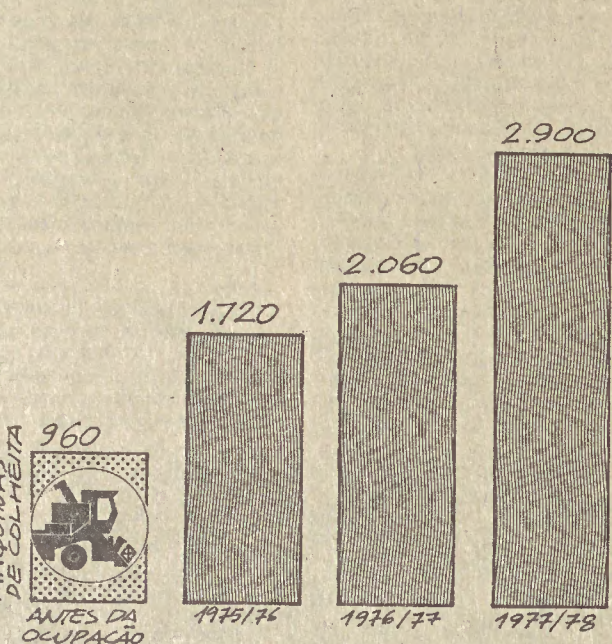
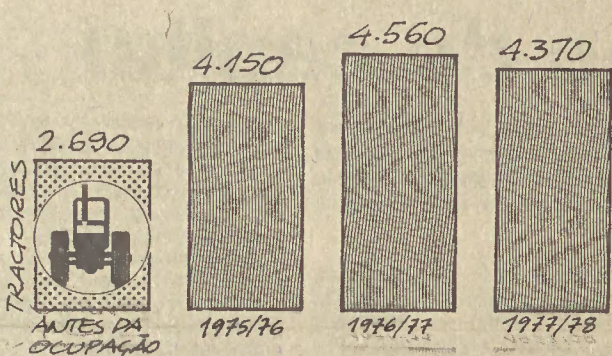
Os cálculos comparativos foram feitos tendo em conta a desvalorização da moeda. Os valores apresentados para o tempo dos agrários encontram-se publicados nas obras «Produtividade do Trabalho e da Terra no Continente» e «Inquérito às Explorações Agrícolas do Baixo Alentejo» do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Gulbenkian.

Produtividade da terra

Média em Portugal	Antes da ocupação	Nas UCP's e Coop.	Aumento
6500\$00 por hectare	4000\$00 por hectare	5800\$00 por hectare	49%

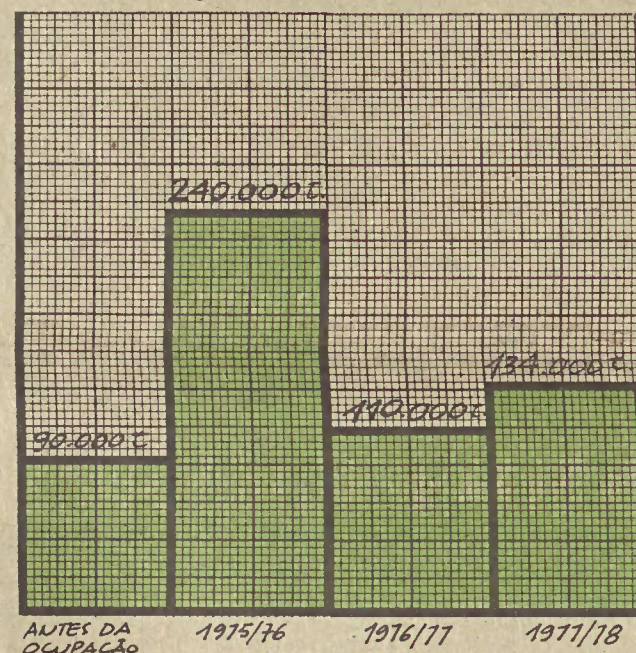
Os cálculos comparativos foram feitos tendo em conta a desvalorização da moeda. Os valores apresentados para o tempo dos agrários encontram-se publicados nas obras «Produtividade do Trabalho e da Terra no Continente» e «Inquérito às Explorações Agrícolas do Baixo Alentejo» do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Gulbenkian.

Existência de máquinas



A quebra do número de tractores deve-se ao facto de o MAP ter roubado às UCP's e Cooperativas para entregar aos agrários a quem tem dado reservas 250 tractores no valor de 52 000 contos.

Produção de cereais



Para além das más condições climáticas dos dois últimos anos, o fornecimento pela EPAC de sementes deterioradas provocou uma perda de cerca de 20 000 toneladas de cereais. O MAP não tomou quaisquer medidas contra este crime.

Indicadores económico-financeiros

Solvência das UCP's e Coop.	Lucros contab. latifúndios	Lucros contab. UCP's e Coop.	Financiamentos a crédito	Auto-financiamentos
1,8	0,77	1,1	24%	76%
Ou seja: os bens e valores das UCP's e Cooperativas valem mais do que os seus débitos actuais na relação de 1,8 para 1.	O lucro contabilístico é a relação entre o Rendimento Bruto e o Custo de Produção. A situação dos agrários era de prejuízo permanente e a das UCP's e Cooperativas é já positiva.		O que significa que as UCP's e Cooperativas não puderam recorrer a créditos bancários ou oficiais e os investimentos foram feitos com o dinheiro das suas próprias receitas correntes.	



Melhoramentos efectuados

Captações de águas



Construídas cerca de 400 obras de captação de águas que beneficiaram 5500 hectares.

Melhoramentos fundiários (desbravamentos de terras, despedregas e obras de enxugo)



Recuperados 144 000 hectares

Construções de instalações



Construídos 140 e reparados 200 instalações para gado que albergaram 33 000 cabeças. Construídas 170 e reparadas 281 armazéns, oficinas, etc.

Obras sociais



Moradias, creches, cooperativas de consumo, etc. — 100 no valor de cerca de 750 000 contos